



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



YASMIM MENDES DE ANDRADE

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LABORAIS E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE
GARANTIA DE RENDA MÍNIMA E INCLUSÃO PRODUTIVA DA
MULHER/MARIANA D'ELAS**

MARIANA-MG

2026

YASMIM MENDES DE ANDRADE

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LABORAIS E DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE
GARANTIA DE RENDA MÍNIMA E INCLUSÃO PRODUTIVA DA
MULHER/MARIANA D'ELAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro

MARIANA-MG

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A553a Andrade, Yasmim Mendes de.

Análise das condições laborais e dos objetivos do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher/Mariana D'Elas. [manuscrito] / Yasmim Mendes de Andrade. - 2026.

122 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Ambiente de trabalho - Mariana (MG). 2. Assistência social - Mariana (MG). 3. Capitalismo. 4. Mariana (MG). I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 304.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Yasmim Mendes de Andrade

Análise das condições laborais e dos objetivos do programa de garantia de renda mínima e inclusão produtiva da mulher/Mariana D'Elas

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de fevereiro de 2026

Membros da banca

[Doutor] - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutor] - Davi Machado Perez - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Bacharel] - Grazielle Alves de Paula - (Prefeitura Municipal de Mariana)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/02/2026



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/02/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1066766** e o código CRC **C5DFB755**.

Dedico este trabalho às mulheres do
Inclusão Produtiva de Mariana –
especialmente às que convivi no ambiente
de trabalho e às que possibilitaram que
este trabalho fosse possível. A vocês,
meu muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que minha formação e este sonho – outrora apenas um objetivo – fossem possíveis. Agradeço a Deus/ao mundo pela vida; a mim, pela persistência e coragem de mudar de cidade para cursar Serviço Social; à minha família pelo apoio dentro do que foi possível cada membro(a) oferecer: à minha mãe Marilza, ao meu irmão Pablo, à minha irmã Vitória ao meu irmão Igor, ao meu pai Wander; ao meu amor e melhor amigo Túlio por caminhar ao meu lado na trajetória da vida e deixar a vida mais leve e feliz; à sua mãe Sandra pelo carinho constante; às minhas amigas e amigos pelo apoio e companheirismo, em especial à Ana Luiza por ter me apresentado a UFOP, e ao seu companheiro, por ter indicado a república Luluzinhas, bem como minhas amigas Kate e Laila.

Às meninas da República Luluzinhas pelo apoio, pelo carinho e pela amizade, especialmente à Tainara, à Fabiana e à Lara. Obrigada pelo desabafo, suporte e fofoca! Amo vocês!

À Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino, pelos grupos de extensão, pelos(as) professores(as) críticos(as) e pelas vivências proporcionadas; ao meu orientador, Rodrigo, pelo suporte na construção deste trabalho e por ter me despertado o interesse sobre o tema trabalho; à colega de curso Cris pelo apoio constante e por ter me apresentado a dissertação de Rejane Carneiro, fundamental para este estudo. À banca de TCC por ter aceitado participar deste momento: Grazi e Davi.

À classe trabalhadora, por ser resistência! E, novamente, a todas as pessoas que me potencializaram de alguma forma. A nós, o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar e refletir sob uma perspectiva de totalidade as condições laborais das beneficiárias do Programa de Garantia de Renda e Inclusão Produtiva da Mulher/Mariana D'Elas, bem como as possibilidades de concretização dos objetivos do programa na sociabilidade capitalista. Para tanto, fundamenta-se no método materialismo histórico-dialético de Marx, nas particularidades do território de Mariana/MG, na formação social do Brasil e nas ofensivas do capitalismo, a fim de analisar os dados coletados junto às usuárias do programa e à coordenação do Mariana D'Elas. A pesquisa evidencia que o programa cumpre a função de oferecer apoio institucional às mulheres e suas famílias, mas apresenta limitações na capacitação para o mercado de trabalho formal e na fiscalização das condições de trabalho das beneficiárias, podendo contribuir para a precarização laboral.

Palavras-chave: Assistência Social; Programa de Garantia de Renda e Inclusão Produtiva; Município de Mariana/MG; Capitalismo; Condições Laborais.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo general analizar y reflexionar, desde una perspectiva de totalidad, sobre las condiciones laborales de las beneficiarias del Programa de Garantía de Renta e Inclusión Productiva de la Mujer/Mariana D'Elas, así como las posibilidades de concreción de los objetivos del programa en la sociabilidad capitalista. Para ello, se fundamenta en el método del materialismo histórico-dialéctico de Marx, en las particularidades del territorio de Mariana/MG, en la formación social de Brasil y en las ofensivas del capitalismo, con el fin de analizar los datos recolectados junto a las usuarias del programa y a la coordinación del Mariana D'Elas. La investigación evidencia que el programa cumple la función de ofrecer apoyo institucional a las mujeres y sus familias, pero presenta limitaciones en la capacitación para el mercado de trabajo formal y en la fiscalización de las condiciones laborales de las beneficiarias, pudiendo contribuir a la precarización laboral.

Palabras clave: Asistencia Social; Programa de Garantía de Ingresos e Inclusión Productiva; Municipio de Mariana/MG; Capitalismo; Pobreza; Precarización del Trabajo; Condiciones Laborales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2 – Informações sobre as condições das entrevistadas no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher – Mariana, MG.....	36
Figura 3 – Perfil socioeconômico das usuárias do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher – Mariana, MG.....	51
Figura 5 - Mapa do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil, com a sede e os respectivos distritos:.....	62
Figura 6 – Quadro das condições de entrada, manutenção e motivos de desligamento no PRMIP.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1 – Rendimento das provedoras inseridas no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher.....	23
Figura 4– Taxa composta de subutilização da força de trabalho, segundo sexo e cor/raça Brasil – 3º Trimestre de 2024.....	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEM	Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFEM	Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais
CENTRO POP	Centro de Referência da População de Rua
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEAD	Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
OSCT	Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRMIP	Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher
PT	Partido dos Trabalhadores
SINE	Serviço de Emprego mantido pelo Município
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 A pobreza no contexto histórico das sociedades pré-capitalistas e as suas particularidades na sociedade burguesa.....	18
1.1 A pobreza nas sociedades primitivas e nas primeiras sociedades de classe	18
1.2 Antecedentes e fatores fundamentais para o surgimento do capitalismo.....	19
1.3 A pobreza no sistema capitalista: sua amplificação, reprodução e Questão emergente na sociedade burguesa.....	22
2. Questão social, capitalismo e particularidade brasileira.....	34
2.1 Capitalismo e reprodução da força de trabalho.....	34
2.2 Particularidades do Brasil enquanto país de capitalismo dependente.....	39
2.3 Formação social brasileira: relação entre raça, gênero e classe.....	46
3. Trabalho no capitalismo contemporâneo e sua relação com a Política de Assistência Social.....	54
3.1. Trabalho no capitalismo contemporâneo: tendência de intensificação e ampliação dos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho.....	54
3.2. A mulher no mundo do trabalho.....	58
4. Análise do Programa de Garantia de Renda Mínima sob a ótica do trabalho precarizado.....	65
4.1 Panorama do município de Mariana.....	65
4.2. Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva para Mulheres (PRMIP)..	69
4.3. Análise do PRMIP sob a ótica das usuárias.....	75
4.4. Programa PRMIP - Análise do questionário.....	88
5.0 Considerações Finais.....	91
Referências Bibliográficas.....	94
Anexos.....	99
Anexo I – Questionário.....	99
Anexo II – Entrevista.....	100
Anexo III – Esquema das Legislações.....	102

Anexo IV - Comparativo das Entrevistas.....	107
Anexo V - Questionário Respondido.....	122

Introdução

O **Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher (PRMIP)** – denominado atualmente **Programa Mariana D’Elas**, em decorrência da instituição da Lei Municipal nº 3.873/2025 – configura-se como um programa socioassistencial do município de Mariana/MG, cujo objetivo expresso é “oferecer apoio institucional às mulheres, bem como mulheres que se identificam como travestis e transexuais, em unidades familiares em situação de vulnerabilidade social [...]” (MARIANA, 2015, p.1).

Podendo ser composto por aproximadamente 500 (quinhentas) participantes, com idades entre 18 (dezoito) e 54 (cinquenta e quatro) anos, o programa prevê o encaminhamento e a alocação dessas mulheres em diversos setores da administração pública direta e indireta, assim como em organizações da sociedade civil organizada e de entidades e associações de cunho social, com vistas à **qualificação profissional**. No que se refere aos aspectos específicos da alocação, as usuárias do programa exercem as atividades designadas durante uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, recebendo 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente como contrapartida financeira. Diante desse contexto e levando em consideração que as atividades desenvolvidas são realizadas por intermédio de um programa da Política Social de Assistência Social em âmbito municipal, torna-se fundamental refletir sobre a possível relação entre o trabalho realizado por essas mulheres e o processo de precarização do trabalho. E é justamente dessa relação que se este trabalho se ocupa. Embora haja a contrapartida financeira – cuja importância na vida prática e material dessas mulheres é inegável –, faz-se necessário analisar e refletir sobre o papel do Estado no atendimento das necessidades básicas e imediatas das beneficiárias do programa, bem como na reprodução de formas de trabalho precário.

Tendo como base a observação das atividades desempenhadas pelas beneficiárias do programa nas instituições públicas do município de Mariana que frequentei – tanto como estagiária do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), quanto como trabalhadora no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Mariana (IPREV Mariana) –, bem como a leitura das legislações referentes ao **Programa Mariana D’Elas** e ao antigo **PRMIP**, este trabalho partiu das seguintes hipóteses:

1. O PRMIP Mariana/Mariana D'Elas, assim como quaisquer outros programas socioassistenciais, não possui o potencial para combater as causas da pobreza – sobretudo na sociabilidade burguesa – como se propõe;
2. As atividades desenvolvidas pelas participantes do programa podem se configurar como trabalho precarizado, não estando elas imunes ao assédio e à sobrecarga laboral e;
3. Apesar dos objetivos formais de “capacitação” e “qualificação” para o mercado de trabalho, grande parte das usuárias executam atividades relacionadas ao campo de serviços gerais.

A fim de investigar as hipóteses elencadas, a perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético de Marx foi utilizada como guia de construção deste trabalho e de análise dos dados e informações obtidas. Como instrumentos de coleta de dados, citam-se entrevistas realizadas com as usuárias, questionário respondido pelo setor responsável pelo programa,¹ bem como as análises documental e bibliográfica de trabalhos já realizados sobre o assunto. Em relação aos objetivos, este trabalho tem como horizonte geral a análise e reflexão sobre as condições laborais das usuárias do **PRMIP/Programa Mariana D'Elas** sob a ótica delas próprias e do processo de precarização do trabalho, que se desdobram nos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar atividades desenvolvidas e as condições de trabalho às quais as usuárias estão submetidas, com destaque para os instrumentos e meios laborais utilizados;
2. Verificar a presença de instrumentos de fiscalização e controle do programa e dos locais de trabalho das usuárias;
3. Analisar a relação entre o número de participantes do **PRMIP/Programa Mariana D'Elas** e os campos de atividade em que estão inseridas;
4. Investigar a viabilidade de concretização dos objetivos formais, tais como a capacitação para o trabalho, a promoção da reinserção da mulher-provedora

¹ Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto deste trabalho foi submetido à apreciação e à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFOP antes da realização das entrevistas e da aplicação do questionário. Número do processo: CAAE: 88577325.3.0000.5150. Destaca-se ainda a ocultação do nome verdadeiro das participantes como forma de garantir o sigilo.

no mercado de trabalho e a oportunidade de reintegração ao processo de educação.

Quanto à importância deste trabalho, destaca-se – além das análises e reflexões sobre a relação entre o PRIMP/Mariana D'Elas e a possível reprodução do trabalho precarizado – a contribuição para reflexões críticas sobre um programa social inserido no mesmo território de abrangência da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), campus Mariana. Essa análise parte do relato das próprias usuárias da Política de Assistência Social, que constitui um dos principais campos de atuação da(o) assistente social.

Em relação às motivações para a realização desta pesquisa, incluem-se o interesse em compreender o programa e a visão sobre ele pelas próprias mulheres – que exercem cotidianamente nas repartições públicas um trabalho indispensável ao bom funcionamento destas, porém em campos pouco valorizados (como o de Serviços Gerais) e sem acesso a garantias próprias do trabalho formal – bem como o interesse pelos estudos acerca do trabalho, sua manifestação no capitalismo, seus impactos nas políticas públicas e os movimentos de luta da classe trabalhadora. Neste sentido, disciplinas como *Trabalho e Sociabilidade*, *Política Social* e a participação no grupo de extensão *Observatório do Sujeito Coletivo do Trabalho (OSCT)* – cujo objetivo é retratar por meio de um boletim informativo os movimentos de luta da classe trabalhadora com vistas às melhores condições trabalhistas e de vida ou mesmo para manutenção de direitos já garantidos, mas ameaçados pelo avanço do capital – foram essenciais para a escolha da ótica pela qual será analisado o programa: a do trabalho precarizado.

Por fim, destaca-se a divisão desta pesquisa nos seguintes capítulos para fins de organização: 1. *Pobreza no contexto histórico das sociedades pré-capitalistas e as suas particularidades na sociedade burguesa*, no qual serão discutidos os seguintes tópicos: 1.1 Pobreza nas sociedades pré-capitalistas, 1.2 Antecedentes que propiciaram o surgimento do capitalismo e 1.3 Particularidades da reprodução do capitalismo nas sociedades burguesas; 2. *Capitalismo e particularidades brasileiras*, no qual serão discutidos os seguintes assuntos: 2.1 Capitalismo e a reprodução de trabalho, 2.2 Particularidades do Brasil como país de capitalismo dependente e 2.3 Formação social brasileira: relação entre raça, gênero e classe; 3. *Trabalho no Capitalismo Contemporâneo e sua relação com a Política de Assistência*

Social, no qual serão discutidos os temas: 3.1 Trabalho no capitalismo contemporâneo: tendência de intensificação e ampliação dos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho, 3.2 A mulher no mundo do trabalho e 3.3 Potências e limites da Política de Assistência Social; 4. *Análise do Programa de Garantia de Renda Mínima sob a ótica do trabalho precarizado*, no qual serão apresentados os seguintes assuntos: 4.1 Panorama do município de Mariana, 4.2 Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva para Mulheres (PRMIP)/Mariana D'Elas, 4.3 Análise do PRMIP/Mariana D'Elas sob a ótica das usuárias e 4.4 Programa PRMIP - Análise do questionário e; 5 Considerações Finais, no qual será realizada uma síntese articulando os capítulos apresentados e as hipóteses elencadas acima.

1 A pobreza no contexto histórico das sociedades pré-capitalistas e as suas particularidades na sociedade burguesa

Dividido em três subcapítulos, este capítulo tem como objetivo trazer um breve histórico sobre a pobreza, evidenciando as principais diferenças do fenômeno no contexto das sociedades primitivas e nas sociedades de classe, bem como sua intensificação nas sociedades capitalistas.

Enquanto o subcapítulo **1.1 - A pobreza nas sociedades primitivas e nas primeiras sociedades de classe** relaciona o baixo índice de desenvolvimento da força produtiva com a manifestação da pobreza nas sociedades primitivas, o subcapítulo **1.2 Antecedentes e fatores fundamentais para o surgimento do capitalismo**, se concentra nas condições que propiciaram o surgimento do capitalismo – sistema socioeconômico hegemônico na atualidade. Por fim, o subcapítulo **1.3 A pobreza no sistema capitalista: sua amplificação, reprodução e Questão emergente na sociedade burguesa**, aborda as particularidades da pobreza no capitalismo, relacionando sua reprodução e ampliação à medida que a riqueza, gerada coletivamente, é apropriada de forma privada.

1.1 A pobreza nas sociedades primitivas e nas primeiras sociedades de classe

A pobreza, um dos alvos de atuação do **PRMIP/Programa Mariana D’Elas**, não é um fenômeno recente, tampouco restrito às sociedades capitalistas. Como mostra Rufino (2019), a pobreza começa a existir no momento de transição da sociedade primitiva para a sociedade de classes. Nas sociedades primitivas, como mostra Lessa e Tonet (2004), a organização das sociedades primitivas tinha como característica básica a coleta de plantas e pequenos animais, sendo a quantidade coletada dependente da disponibilidade de alimentos na natureza. Nesse momento histórico da humanidade, os bens necessários eram produzidos em quantidade mínima para atender às necessidades coletivas, sendo o trabalho socialmente produzido usufruído por todos que trabalhavam – diferentemente do que ocorre no capitalismo.

É com o surgimento e o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e das forças produtivas, como mostram Lessa e Tonet (2004), que o ser humano passa a ter condições de produzir mais do que o necessário para sobreviver, sendo o excedente produzido condição possível para a exploração do homem pelo homem.

Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. **A classe dominante tem que explorar o trabalho, este não quer ser explorado** (Lessa;Tonet, 2004, p. 30 - grifo nosso).

Para que a exploração fosse possível – antes mesmo do surgimento e desenvolvimento do capitalismo –, Lessa e Tonet (2004) destacam a criação de complexos sociais, tais como o Estado e o direito, para legitimar a exploração, defender os interesses da classe dominante e impedir uma “luta aberta” entre as classes antagônicas, sendo as sociedades escravistas e as “formas asiáticas” as primeiras formas de exploração do homem pelo homem.

Em suma, no processo de transição das sociedades primitivas para as sociedades de classes, a pobreza – antes determinada pelas condições objetivas daquele período histórico e de caráter eminentemente natural (Rufino, 2019) – passa a ser socialmente produzida e legitimada pelos complexos sociais criados para defender os interesses da classe, que se apropria do excedente produzido graças ao desenvolvimento das forças produtivas e da exploração do homem pelo homem. Exploração esta que se manifesta pela expropriação de seu tempo, de sua força de trabalho, de seu conhecimento e de seu território. Por fim, vale destacar também que esses processos de exploração gestaram as condições para a acumulação primitiva, compreendida por Marx como o ponto de partida do modo de produção capitalista.

1.2 Antecedentes e fatores fundamentais para o surgimento do capitalismo

Como visto no subcapítulo anterior, a pobreza não é exclusiva do sistema capitalista. Entretanto, como aponta Pimentel (2012), é no modo de produção capitalista que esse fenômeno apresenta uma “qualidade nova”. Manifestada pela

pauperização da classe trabalhadora no processo de industrialização, a pobreza no capitalismo resulta da acumulação privada do capital:

[...] mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279).

Essa exploração, por sua vez, só foi possível graças à “acumulação primitiva”, cujo processo forjou as condições necessárias para futura formação da burguesia e a sujeição de um grande contingente de trabalhadores (o proletariado) a essa classe.

Conforme aponta Marx (2013, p. 960), os métodos dessa “acumulação primitiva”, que possibilitaram a exploração de um grupo sobre outro, são tudo menos “idílicos”. A acumulação primitiva só foi possível graças a um conjunto sistemático de violências praticadas – tais como roubo, massacres, expropriações de território e de conhecimento – contra um grande contingente de pessoas que foram forçosamente desprovidas de seus meios de produção e terras, tornando-se “trabalhadores livres”.

A dissolução do feudalismo, base sobre a qual emergiu o capitalismo, foi essencial para a liberação de elementos destes. Como mostra Marx (2013), os trabalhadores que antes estavam ligados à gleba/terra e ao suserano pelas relações de vassalagem só se tornaram **“vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam”** (Marx, 2013, p. 961-962, grifo nosso).

Como bem destacado acima, para que a formação de trabalhadores livres se concretizasse, foram essenciais a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural/camponês e o aparato legal que legitimava essa expulsão. Fatores como o aumento do desenvolvimento das forças produtivas no campo, o florescimento das cidades no século XV e da manufatura na Inglaterra, bem como o confisco de terras para pastagem, criaram as condições para que o feudalismo se exaurisse. Importa ressaltar que a expropriação das terras impactou diretamente nas novas condições de vida desse “trabalhador livre”. Como mostra Marx (2013, p. 974, grifo nosso):

[...] a usurpação da terra comunal e a conseguinte revolução da agricultura surtem efeitos tão agudos sobre os trabalhadores agrícolas que, segundo o

próprio Éden, entre 1765 e 1780 o **salário desses trabalhadores começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, “já não bastava para satisfazer as necessidades vitais mais elementares”.**

Assim, com a usurpação das terras comunais bem como outros elementos que fogem à análise deste trabalho – como alienação fraudulenta dos domínios estatais² –, criaram-se as condições para a conquista do campo para a agricultura capitalista e as bases necessárias para a formação da indústria urbana, com a consequente disponibilização de um grande contingente de “trabalhadores livres”: o proletariado. Vale destacar também que, além da liberação de trabalhadores para a indústria, a expropriação possibilitou a formação do mercado interno.

Não eram todos os trabalhadores expulsos, entretanto, que eram absorvidos pela manufatura emergente. Tal fato acabou gerando um contingente de trabalhadores que não conseguiram se integrar à nova ordem socioeconômica, ou seja, vender à sua força de trabalho. Tendo em vista esse cenário, durante o final do século XV e ao longo do século XVI na Europa foram criadas as chamadas **leis sanguinárias contra a vagabundagem**. Como aponta Marx (2013), essas leis partiam do pressuposto de que a obtenção do trabalho nas novas condições sociais eram dependentes apenas da “boa vontade” das pessoas. Para fins de exemplificação, Eduardo V – Rei da Inglaterra no período de 1547 a 1553 – criou uma lei que condenava quem se recusasse a trabalhar como escravizado daquele que o denunciou como vadio. Para além da expropriação, a mera existência de pessoas que não têm nada para vender – a não ser a sua força de trabalho – não basta para o desenvolvimento capitalista. Torna-se necessário o desenvolvimento de uma classe trabalhadora que “por educação, tradição e hábito, reconheça as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesma” (Marx, 2013, p. 983). Além disso, é fundamental a atuação do Estado para “regular” o salário e manter o trabalhador num certo nível de dependência.

Em síntese a chamada “acumulação primitiva” – marcada pela violência sistemática, usurpação de terras respaldada pelo Estado, pelo arcabouço legislativo e demais estruturas sociais, como a educação – foram essenciais para o surgimento do capitalismo e a projeção da burguesia como classe dominante, detentora dos meios de produção e exploradora do trabalho alheio.

² Para mais informações, sugere-se a leitura *O Capital*, volume I, de Karl Marx (2013).

1.3 A pobreza no sistema capitalista: sua amplificação, reprodução e Questão emergente na sociedade burguesa

Como mostra Rufino (2019, p. 11), “a pobreza é um produto necessário ao capitalismo que acumula riqueza ao mesmo passo que produz e reproduz pobreza”. Para compreender as condições que gestam e amplificam a pobreza nesse sistema, faz-se necessário analisar os mecanismos de reprodução e desenvolvimento do capitalismo que, conforme Netto (2007, p. 142) é “necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”.

Por meio da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pela burguesia (classe dominante neste sistema socioeconômico), o trabalho – categoria fundante do ser social na ontologia lukácsiana – passa a ser realizado não apenas como forma de realização humana, mas como produtor de mercadorias, sendo a própria força de trabalho transformada em mercadoria nesse sistema. Conforme Lessa (2009 apud Gois, 2015, p. 02, grifo nosso):

No modo de produção capitalista o trabalho passa a se degradar numa maior intensidade, tornando a força de trabalho humana mera mercadoria que serve para produzir outras mercadorias. **O trabalho, nesse sentido, não é uma forma de realização humana, mas sim uma forma do indivíduo sobreviver na sociedade.**

Embora o trabalho seja, antes de tudo, um processo de interação entre o homem e a natureza com vistas à transformação desta para a satisfação das necessidades humanas, no capitalismo o trabalho assume outras dimensões. A classe proletária (classe antagônica à burguesia) – gestada pelos violentos processos de expropriação da acumulação primitiva – passa a vender a sua força de trabalho aos capitalistas e produzir **mercadorias** que, além da utilidade e razão de existir (valor de uso) de todo fruto do trabalho, possui o valor de troca, sendo o preço sua expressão monetária. Nesse processo de trabalho e de consumo da força humana, destacam-se, segundo Marx (2013), dois fenômenos: 1) o controle do capitalista sobre o trabalho alheio, a fim de evitar desperdícios de insumos/matéria-prima, danificação dos meios de produção e quaisquer ocorrências que possam interferir na produtividade do trabalho e, conseqüentemente no lucro da

burguesia; e 2) o fato de o produto ser de propriedade do capitalista, e não das pessoas que o criam.

Neste processo, o trabalhador é pago pelo tempo que cede a sua força de trabalho, mas não pelo que de fato produz. Em outras palavras, a classe do proletariado trabalha para além do necessário para pagar seu próprio trabalho, sendo o valor excedente produzido (o mais-valor) no momento da mercadoria e apropriado pelo capitalista. Parte deste valor, por sua vez, é reinvestido na própria produção num contínuo ciclo de forma a propiciar a chamada “acumulação capitalista”. A análise acerca do papel dos capitais envolvidos é essencial para a compreensão deste processo. Conforme aponta Marx (2013), a composição do trabalho deve ser considerada sob dois aspectos: 1) sob o aspecto econômico do valor, no qual há a repartição do capital em capital constante (ou valor dos meios de produção) e o capital variável (a soma total dos salários decorrente do pagamento da força de trabalho); e 2) sob o aspecto da matéria (composição técnica do capital), no qual há a divisão do trabalho em meios de produção e força viva do trabalho. À medida que parte do valor produzido é reinvestido na produção, há, conseqüentemente, o aumento desta, o enriquecimento dos capitalistas, a abertura de novos mercados e a absorção cada vez maior da força de trabalho. Entretanto, como evidenciam as análises de Marx (2013) acerca do processo histórico de acumulação capitalista, em algum ponto as necessidades de acumulação começam a ultrapassar a oferta de trabalho, resultando em aumento de salário, sem, contudo alterar o caráter fundamental da produção capitalista.

A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (Marx, 2013, p. 841, grifo nosso).

Em outras palavras, a força de trabalho – comprada com vistas à satisfação do comprador – só é vendável na medida que fornece uma fonte de capital adicional: o trabalho não pago. Tal fato independe das condições de venda serem mais ou menos favoráveis ao trabalhador. Em decorrência da acumulação capitalista e do aumento conseqüente da força de trabalho, o lucro dos capitalistas passa a decair. Entretanto, com o decréscimo da acumulação, “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente”

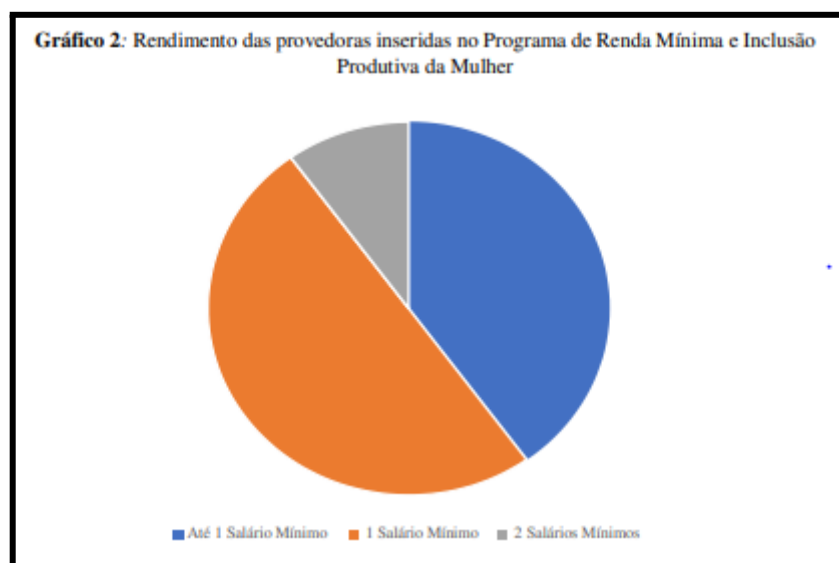
(Marx, 2013, p. 842) e, dessa forma, ocorre a diminuição dos salários. Observa-se, nesse processo, movimentos ora de diminuição, ora de aumento do valor da força de trabalho, sendo estes dependentes e regulados pelos movimentos do capital e com vistas à preservação do processo de acumulação.

Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. **Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe** (Marx, 2013, p. 843-844, grifo nosso).

Para além da força de trabalho, os meios de produção cumprem papel fundamental na acumulação capitalista ao possibilitar que, numa mesma carga horária de trabalho, o trabalhador produza mais. Com o aumento de investimentos dos meios de produção, ocorre uma alteração na composição técnica do capital, na qual o aumento dos meios de produção é acompanhado pela diminuição da massa de trabalho e na formação de uma população excedente, o que Marx designa como **exército industrial de reserva**.

Segundo Marx (2013), a superpopulação relativa – integrada por todo(a) trabalhador(a) que se encontra parcial ou inteiramente desocupado – pode se manifestar nas seguintes formas: flutuante, latente e estagnada. A forma flutuante se manifesta mais facilmente em locais onde há centros industriais e fabris e a força de trabalho ora é atraída, ora é repelida de acordo com as necessidades de produção. Como mostra o autor, essa forma específica de superpopulação relativa pode ocorrer com o rápido desgaste dos trabalhadores empregados na produção, bem como com o desenvolvimento de maquinário e da aplicação da divisão do trabalho, capazes de “expulsar” parcela(s) dos trabalhadores da produção. Já a forma latente, como mostra Souto (2012, p. 130), “congrega os trabalhadores que estão rebaixados ao mínimo de sobrevivência, os quais são expulsos, gradativamente do campo, visto à expansão do grande capital na agricultura”. Por fim, a forma estagnada é formada pela grande massa de trabalhadores(as) que estão na ativa – ou seja, que estão trabalhando –, mas em ocupações irregulares e/ou condições precárias, tendo como características “o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (Marx, 2013, p. 873).

No que se refere ao público-alvo deste trabalho, as mulheres participantes do PRMIP Mariana/Mariana D'Elas podem se enquadrar na forma estagnada. Entre os fatores para essa inclusão, destaca-se o fato de não estarem inseridas no mercado de trabalho formal – apesar de trabalharem –, além dos baixos rendimentos recebidos, geralmente acompanhados pelo recebimento de benefícios socioassistenciais. Conforme pesquisa de Rejane do Carmo João Carneiro, apresentada na dissertação *Trabalho e política de assistência social no capitalismo dependente: as mulheres atendidas no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva em Mariana, Minas* (2024), das 10 (dez) usuárias entrevistadas, 05 (cinco) recebiam até um salário mínimo, 04 até meio-salário mínimo e um recebia o equivalente a dois salários mínimos.



Fonte: CARNEIRO, 2024, p. 61

Como aponta Netto (2006), esse contingente de trabalhadores desempregados é utilizado pelos capitalistas como forma de pressionar os salários para baixo. Embora essa ferramenta não resulte de um ato consciente dos capitalistas, o exército industrial de reserva é um componente essencial para a dinâmica histórico-concreta do capitalismo, de modo que não há economia capitalista sem desemprego.

O próprio processo de acumulação capitalista, como visto anteriormente, culmina no desenvolvimento de instrumentos e meios de produção, de modo que parte da força de trabalho seja dispensada.

Assim, uma parte (sempre variável, maior ou menor) do proletariado aparece como sobrante em face das necessidades da acumulação; essa parcela de supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reserva; trata-se mesmo de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como população excedentária ou superpopulação relativa (Netto, 2006, p. 133).

Embora, em um primeiro momento e com o amparo da mídia, o desemprego possa se apresentar como uma consequência inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, vale relembrar que o aumento e diminuição da força de trabalho estão relacionados com as ações dos capitalistas quanto ao nível da acumulação do capital. Como destaca Netto (2006, p. 134, grifo nosso), “o **desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas**, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas **sob as relações sociais de produção capitalistas**”.

Para além do desemprego, os processos de pauperização da classe trabalhadora decorrem da acumulação capitalista. Essa pauperização pode ser absoluta, quando as condições de vida e do trabalho diminuem de forma geral (exemplo: queda do valor real do salário, intensificação do ritmo de trabalho, desemprego, entre outros) ou relativa, quando cresce a parte dos valores expropriados pelos capitalistas.

O que se observa no processo de acumulação capitalista/reprodução ampliada do capital é o processo de degradação da força de trabalho, a necessidade de uma parcela de contingentes desempregados e a formação de uma grande riqueza que, apesar de ser produzida pela coletividade, torna-se a – custo de muita violência e roubo – propriedade privada de alguns, de forma que o desenvolvimento capitalista resulta da produção e da amplificação da pobreza, conforme já destacado ao longo deste trabalho.

Para além do exército industrial de reserva, destaca-se o caráter destrutivo e autodestrutivo do capitalismo, sendo as crises experimentadas por este sistema, bem como suas respostas, essenciais para compreensão do processo de transformações no mundo do trabalho, que impactam cada vez mais as condições de vida da classe trabalhadora. Entre essas mudanças, destacam-se o desemprego estrutural, o aumento crescente de pessoas em empregos informais e precarizados. Tudo isso em razão de uma “lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital” (Antunes, 2009, p. 17).

O metabolismo social deste sistema perverso, como mostra Antunes (2009), emerge da divisão social que operou a subordinação do trabalho aos interesses do capital e não da coletividade. Essa subordinação, entretanto, não resulta uma condição inerente ao ser social, mas de um processo que é historicamente construído. Nesse sistema, as mediações primárias/de primeira ordem, relacionadas à preservação das funções vitais da reprodução do indivíduo e da sociedade são subjugadas às mediações de segunda ordem. O primeiro grupo (referente às mediações primárias) tem como fundamentos o fato de os seres humanos se constituírem como parte integrante da natureza e da necessidade de intercâmbio entre ambos como indispensáveis à sobrevivência da espécie humana, como aponta Mészáros (1985, apud Antunes, 2009, p. 21-22). Entre as funções vitais da mediação primária, citam-se a regulação da atividade biológica humana e a regulação do processo de trabalho, entendido como o processo de interação entre o homem e a natureza e não como a forma em que é conduzido/subjugado no sistema capitalista.

Já o segundo (referente às mediações secundárias), como aponta Antunes (2006), surge em um período específico/datado da história da humanidade, afetando de forma substancial as mediações de primeira ordem, por meio dos processos de fetichização e da alienação decorrentes do modo de produção capitalista. Entre as condições necessárias para a vigência de segunda ordem, segundo Mészáros (apud NETTO, 2006, p. 23), citam-se a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção, a personificação do capital na figura dos capitalistas – em detrimento da compreensão do capital como uma relação social – e a personificação do trabalho na figura do trabalhador, como se este pudesse ser reduzido às atividades que o produz. Ainda em relação às mediações de segunda ordem, é importante destacar a sua existência pela interrelação entre o capital, o trabalho e o Estado.

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado – é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do metabolismo social não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho como tal continuará

reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, apud ANTUNES, 2009, p. 24).

Essas mediações, próprias do capitalismo, aprofundaram a separação entre a produção para o atendimento das necessidades humanas e a produção para a necessidade de reprodução e ampliação do próprio capital. E, como bem destaca Antunes (2006), quanto mais aumenta a concorrência e competição entre os intercapitais, maior é a destruição/precarização da força de trabalho, da natureza e da relação entre ambos. O que se observa é uma crescente tendência de crise estrutural do capital no processo de continuidade, vigência e expansão do capital. Não à toa, ações conjuntas entre o capital e o Estado são criadas a fim de frear e administrar as crises decorrentes das próprias contradições desse sistema, denunciando e confirmando o caráter destrutivo deste sistema.

Essas crises que posteriormente eram seguidas das fases expansionistas (como, por exemplo, a eclosão dos “anos dourados” após a crise de 1929³), estão, como afirma Antunes (2006), tornando-se cada vez mais frequentes e evidenciando o esgotamento do capitalismo.

A partir da década de 1970 e após um período de acumulação de capitais, o capitalismo começou a apresentar sinais críticos, como queda da taxa de lucro (decorrente do aumento do preço da força de trabalho); maior concentração de capitais (em razão das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, crise do “Welfare State”/“Estado de Bem-Estar Social” e incremento das privatizações acompanhado dos processo de flexibilização e desregulamentação do processo produtivo, do mercado de trabalho e da força de trabalho.

Segundo Antunes (2006), o resultado das crises do capitalismo e das estagnações se originam do excesso de capacidade da produção e da perda da taxa de lucro adequada.

³ A crise de 1929, também conhecida como a *Grande Depressão* ou *Crash de 1929* foi, segundo Behring (2000, p. 8) a “maior crise econômica do capitalismo até aquele momento”. Como aponta Rossini (s.d), o período que antecedeu o colapso da Bolsa de Valores (entre 1922 e 1929) foi marcado por um período de crescimento em diversos setores, como o automobilístico (no qual as vendas aumentaram 33% ao ano), a geração de energia elétrica – que duplicou neste período – e o comércio. Essa situação influenciou na elevação das cotações das empresas que, naquele período, estavam de fato com ganhos estáveis. Entretanto, com a crescente valorização das ações, houve a intensificação da *especulação financeira*. Esse aumento das ações não tinha base na realidade e juntamente com a *superprodução* e a estabilidade dos salários, favoreceu o surgimento da crise – que se manifestou pelo fechamento de empresas, bancos e aumento do desemprego. No Brasil, uma das consequências significativas foi a queda da demanda internacional pelo café e a consequente compra e queima do produto pelo governo brasileiro como forma de proteger os cafeicultores.

A partir da segunda metade dos anos 60, produtores de custos menores [Alemanha e especialmente Japão] expandiram rapidamente sua produção (...) reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de seus rivais. O resultado foi o excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do G7 como um todo. (...) Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século, [a partir] do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. (...) **As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade resultaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento**” (BRENNER apud ANTUNES, 2006, p. 33, grifo nosso).

Como mostra Antunes (2006), o que na época parecia uma crise do fordismo e do keynesianismo, era uma crise mais profunda e estrutural do capital. A fim de minimizá-la e manter o nível de acumulação experimentado em outros momentos, o capital e seus mecanismos ideológicos e políticos de dominação foram reestruturados, resultando em medidas como a privatização do Estado, processo sistemático de precarização das políticas públicas e reestruturação do trabalho, principalmente com o advento do neoliberalismo. Nas palavras de Holloway (1987, apud ANTUNES, 2009, p. 108):

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução pela luta, mediante o estabelecimento da autoridade e por meio de uma difícil busca de novos padrões de dominação.

No que se refere aos impactos sobre a classe trabalhadora atual, ressalta-se a sua diversidade e sua complexidade quando comparada com a classe de trabalhadores produtivos, ligados diretamente ao processo de produção de mercadorias e, portanto de mais-valor. Para além desses trabalhadores, a classe trabalhadora da atualidade inclui também os chamados trabalhadores improdutivos, nos quais se incluem os trabalhadores que estão alocados na área de serviços, sejam eles de uso público ou para o capitalista, como ressalta Antunes (2006). O grupo de trabalhadoras analisado neste trabalho (as mulheres do PRMIP/Mariana D'Elas) se enquadram neste grupo, sendo o termo “improdutivo” utilizado para se

referir aos trabalhadores que não estão envolvidos diretamente com a produção de mercadorias e não como juízo de valor.

Com a reação do capitalismo frente às crises enfrentadas, em especial com o advento do neoliberalismo, é crescente o número de trabalhadores que se encontram em postos de trabalho precários, inclusive em instrumentos e serviços públicos, sendo o impacto sobre as mulheres ainda maior. Apesar da absorção cada vez maior do trabalho feminino, a desigualdade salarial, o acúmulo com os trabalhos domésticos, bem como o tipo de atividade que exercem, são outros fatores que resultam na intensificação da exploração sobre a mulher. Em outras palavras, além da classe, a questão de gênero – e como veremos mais adiante a questão racial – são essenciais para a compreensão das particularidades do processo de exploração das mulheres trabalhadoras, que, como bem destaca Antunes (2006), é duplamente explorada pelo trabalho que exerce fora e dentro do ambiente doméstico.

A transnacionalização do capital é outra questão-chave para entender como a precarização e a piora das condições trabalhistas e de vida se manifestam de forma geral. A busca incessante por lucro e condições mais vantajosas ao capitalista, faz com que as fronteiras entre os territórios nacionais se enfraqueçam e que parte ou toda produção seja deslocada de um local a outro. Para fins de exemplificação, cita-se o caso da greve dos trabalhadores da Volkswagen em 2024, na Alemanha, como forma de protesto contra as medidas anunciadas pela empresa, entre as quais, a transferência da produção do “Golf” da Alemanha para o México com vistas à diminuição do custo. Ao lado dos mecanismos citados, podemos citar também as contrarreformas em diversos âmbitos. No caso do Brasil, a contrarreforma trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, é um exemplo de como os interesses do capital se manifestam também em medidas tomadas pelo Estado. Entre outras mudanças trazidas com a nova legislação, estão a prevalência de acordos coletivos sobre a legislação e a possibilidade de trabalho intermitente com vistas à “flexibilização”, leia-se precarização das relações trabalhistas.

Em vista das análises tecidas e tendo como base as transformações oriundas do desenvolvimento do capitalismo, observa-se na atual fase deste sistema, como bem aponta Antunes (2006, p. 70), processos sistemáticos de superexploração da força de trabalho, privatizações, aumento de subproletariados, terceirizados e subempregados, acompanhados de ataques aos direitos sociais conquistados pela

classe trabalhadora, enfraquecimento dos sindicatos, aumento crescente do desemprego e dos níveis de pobreza.

Nesta ordem societária, a concepção acerca da pobreza, como destaca Rufino (2019), é construída ideologicamente como a carência monetária, e não como um fenômeno cuja reprodução é ampliada com a reprodução do capitalismo. Essa visão cria a ideia errônea de que a pobreza pode ser combatida por meio do Estado, através de serviços e programas sociais, como os de transferência de renda e os de inclusão produtiva, como é o caso do PPRMIP Mariana/Mariana D'Elas.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1996, p. 104, apud RUFINO, 2019, p. 12), um dos resultados obtidos por meio desses serviços e programas sociais “é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era um ‘problema social’ em uma questão sob controle”. Em outras palavras, no capitalismo, as políticas sociais – com destaque para a Assistência Social – são utilizadas como mecanismos de gerenciamento da pobreza, e não de combate das raízes desse fenômeno. Apesar de não agirem nas causas e de servirem também para a manutenção desse sistema e da reprodução da força de trabalho, as políticas públicas se tornam cada vez mais precárias com o fortalecimento do neoliberalismo, cuja perspectiva acerca da pobreza se assenta na responsabilização individual e na defesa de um Estado mínimo para os trabalhadores. Como mostra Montaño (2002, apud RUFINO, 2019, p. 21):

A estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado, a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra, tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado ‘terceiro setor’, ou da chamada ‘sociedade civil’, orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma Questão emergente filantrópica.

No caso do Brasil, podemos citar, além dos processos de flexibilização/precarização do trabalho e das contrarreformas realizadas, o estabelecimento de tetos de gasto – implementado pela Emenda Constitucional nº 95/2016 no governo do então presidente Michel Temer do partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – e sua posterior substituição pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF) - implementado pela Lei Complementar nº 200/2023 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entre as principais diferenças entre esses dois modelos está a possibilidade de aumento real das despesas. Enquanto o Teto de Gastos determinava o congelamento das despesas primárias (necessárias ao funcionamento do Estado, como as relacionadas às políticas públicas), pelo reajuste destas apenas pelo índice da inflação independentemente do crescimento das receitas, o NAF garante o crescimento real, com as despesas sendo corrigidas pelo índice da inflação e o aporte adicional variando entre o intervalo de 0,6% a 2,5%, conforme informações obtidas na Nova Técnica acerca do PLP 93/2023 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023). Embora tenham diferenças, ambos os instrumentos limitam o valor disponível para o desenvolvimento de políticas públicas – como a saúde, educação e demais despesas públicas – que são financiadas com recursos públicos. Além disso, apesar dos limites impostos ao pagamento das despesas primárias, há gastos que não estão sujeitos a esse controle, como o pagamento da dívida pública. Também há de se destacar o limite de crescimento da despesa (em 2,5%), que pode impactar o financiamento das políticas públicas mesmo em períodos de expansão econômica, com crescimento superior a 2,5%.

Em síntese, a pobreza se configura como elemento constituinte do capitalismo que, embora não criado por ele, se reproduz e se amplifica com o desenvolvimento desse sistema. Como meios de reprodução desse sistema socioeconômico estão a manutenção de um contingente de pessoas desempregadas (o chamado “exército industrial de reserva”) e os mecanismos de precarização e flexibilização da força de trabalho, que são construídos e desenvolvidos em parceria com o Estado. Em decorrência do caráter destrutivo do capital e da tendência de queda da taxa de lucro, o capital assume, ao longo do processo sociohistórico, formas diversas para tentar manter o nível de acumulação, sendo o neoliberalismo a nova configuração assumida. Esta configuração representa uma resposta do capital à crise dos anos de 1970 – ou seja, uma nova fase do capital – marcada pelo compromisso do Estado na proteção das instituições financeiras em detrimento do interesse da classe trabalhadora. Nas palavras de Harvey (2009, p. 16) o neoliberalismo se refere a um “projeto de classe” em que o discurso pela “liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”. Essa

defesa intransigente das instituições e a submissão do Estado ao capital pode ser observada através do processo sistemático de privatizações e precarização das políticas públicas, sendo o arcabouço fiscal e a contrarreforma trabalhista exemplos emblemáticos dos impactos do neoliberalismo na realidade brasileira. Ademais, o processo de impacto do neoliberalismo sobre as políticas públicas e, consequentemente, sobre os/as seus/suas usuários/as será discutido.

2. Questão social, capitalismo e particularidade brasileira

Dividido em três subcapítulos, este capítulo tem como objetivo analisar as particularidades do capitalismo no Brasil a partir da intersecção entre classe, gênero e raça, tendo em vista a inserção do país no capitalismo dependente, nossa formação histórica e os impactos sobre a classe trabalhadora – em especial as mulheres pretas, que são maioria no programa social analisado.

Enquanto o subcapítulo **2.1 - Capitalismo e reprodução da força de trabalho** analisa os mecanismos de exploração sobre a classe trabalhadora, especialmente sobre as mulheres e, de forma ainda mais intensa, sobre as mulheres pretas, o subcapítulo **2.2 Particularidades do Brasil como país de capitalismo dependente** se concentra nas particularidades do capitalismo dependente no Brasil, formado a partir da submissão e do atendimento aos interesses da burguesia internacional, e tendo como histórico a exploração sobre os povos nativos e dos africanos escravizados. Por fim, o subcapítulo **2.3 Formação social brasileira: relação entre raça, gênero e classe**, aborda como a nossa formação social, o modo de produção escravista e a posterior substituição deste pelo capitalismo impactam na exploração sobre a classe trabalhadora – especialmente sobre os negros e as mulheres pretas – e na chamada divisão sexual e racial do trabalho.

2.1 Capitalismo e reprodução da força de trabalho

Como visto anteriormente, a categoria “mercadoria” ganha destaque no sistema capitalista. Ademais, a própria riqueza, neste modo de produção, se expressa, como afirma Marx (2013, p. 93) como uma “imensa coleção de mercadorias [...]”, sendo a própria força despendida pelos trabalhadores uma mercadoria especial: a única capaz de gerar mais-valor.

Neste sistema, cujo objetivo é o lucro dos capitalistas – às custas da exploração dos trabalhadores –, a produção de mercadorias está relacionada, para além da exploração do proletariado, ao cumprimento de duas condições: a divisão social do trabalho e a propriedade privada do capitalista (a burguesia). Essa exploração, conforme elencado no capítulo anterior, se assenta no descompasso

entre o valor produzido pela classe trabalhadora e a contrapartida financeira que esta recebe na forma de salário.

A fim de evidenciar as particularidades e o caráter predatório/destrutivo do capitalismo quando comparado a outros sistemas socioeconômicos que lhe antecederam, faz-se necessário ressaltar as diferenças entre o modo de produção mercantil simples e o modo de produção capitalista em relação ao âmbito dos ganhos dos proprietários dos meios de produção e ao papel do dinheiro. Como aponta Netto (2006), os ganhos oriundos do modo de produção mercantil se realizavam no âmbito da circulação da mercadoria, sendo o dinheiro obtido pela sua venda como um *meio de troca* para a intermediação de outras mercadorias, com o esquema **Mercadoria > Dinheiro > Mercadoria**. Já no modo de produção vigente, os ganhos (lucros) dos capitalistas resultam da exploração da força de trabalho no momento de *produção* das mercadorias, sendo o dinheiro utilizado com o objetivo de produzir e acumular mais dinheiro (**Dinheiro > Mercadoria > Dinheiro Acrescido**), com o reinvestimento de parte do lucro obtido na produção de novas mercadorias.

Essa exploração se materializa, como bem aponta Medeiros (2023), na expropriação do tempo e da vida da classe trabalhadora, processo marcado por violência sistemática e que resulta na separação dos indivíduos de tudo aquilo que é necessário para a produção e reprodução da vida. Ademais, em decorrência do capitalismo e das estruturas e superestruturas criadas/modificadas para atender aos interesses do capital, as necessidades, desejos e afetos humanos passam a ser desconsiderados nesse modo de produção.

Essa expropriação, discutida sobretudo em relação aos mecanismos que propiciaram a chamada “acumulação primitiva”, não é um fenômeno que tenha ficado no passado: pelo contrário, ela permanece atual. Como aponta Medeiros (2023, p. 208):

[...] na contemporaneidade ela [expropriação] se intensifica e se mantém presente dentro das relações capitalistas como qualquer outro traço caracterizador dessa sociabilidade, todavia, salienta-se, com aspectos mais devastadores.

Como exemplos de processos de expropriação praticados contra a classe trabalhadora no contexto atual do capitalismo (neoliberalismo), citam-se, segundo Mota e Tavares (apud Medeiros, 2023), os processos de privatização, mercantilização e as supressões de direitos sociais.

Embora toda a classe trabalhadora seja afetada por esses processos de expropriação, importa destacar as particularidades da exploração sobre as mulheres – principalmente as mulheres pretas. Além do trabalho assalariado, seja ele gerador de mais-valor ou não, as mulheres frequentemente ficam responsáveis pelo trabalho doméstico, cuja realização propicia condições favoráveis para a reprodução social e humana da força de trabalho, indispensável ao capitalismo. Como mostra Cisne (apud Medeiros, 2023), sob uma perspectiva histórica evidencia-se uma divisão sexual entre as esferas produtiva e reprodutiva – que intensifica a hierarquia do homem sobre a mulher e aumenta a desigualdade entre ambos. Enquanto a primeira esfera (ligada à produção de riqueza no capitalismo) é tida como um espaço masculino, as atividades da esfera de produção social (tarefas relacionadas ao cuidado, as tarefas domésticas, entre outras) são executadas majoritariamente por mulheres.

Vale ressaltar, também, que com a intensificação e absorção das mulheres no mercado de trabalho,

[...] a marca histórica de subordinação das mulheres aos homens [...] se solidifica nesses tempos de capitalismo de modo particular quando visto o trabalho assalariado, o qual é negado, inicialmente a essas, e **quando as inserem, é de modo precarizante e aliado aos trabalhos domésticos ou com reflexos da condição de reprodução social** (MEDEIROS, 2023, p. 220, grifo nosso)

Em síntese, a reprodução da força de trabalho no capitalismo é marcada pela expropriação de vida e tempo da classe trabalhadora como um todo, cujo objetivo principal é o lucro dos capitalistas em detrimento das necessidades coletivas. Entretanto, essa exploração não ocorre de forma homogênea, sendo as categorias gênero e raça fundamentais para a compreensão das particularidades do capitalismo sobre o proletariado. No que se refere às mulheres, percebe-se uma construção histórica baseada no suposto papel da mulher nas atividades de reprodução social (do cuidado, da procriação e das tarefas domésticas). Mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho – cujo processo será discutido ao longo deste trabalho – observa-se que elas continuam a desempenhar as atividades ditas “domésticas”, sem serem devidamente remuneradas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, enquanto 91,3% das mulheres realizaram alguma atividade relacionada a afazeres

domésticos, essa proporção era de 79,2% entre os homens. Além dessa proporção, cabe destacar o maior número de horas dedicadas pelas mulheres para a realização das atividades domésticas e/ou cuidado de pessoas: enquanto os homens despenderam cerca de 11,7 horas, as mulheres gastaram em torno de 21,3 horas.

Outro ponto que merece atenção – para além da expropriação do tempo da mulher sem qualquer contrapartida financeira – é a predominância de mulheres nos postos de trabalho de cuidado remunerado. Conforme pesquisa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), quase 75% dos postos de trabalho no setor são ocupados por mulheres, sendo a principal categoria ocupacional a de trabalhadoras domésticas. Este posto, por sua vez, é formado principalmente por mulheres (93%), das quais a maioria é negra (61%).

Embora não se configure como um trabalho formal, tampouco como um trabalho voluntário, as atividades exercidas pelas mulheres do PRIMP Mariana/Mariana D' Elas corroboram com as estatísticas elencadas acima e com o caráter das atividades atribuídas às mulheres. Como evidencia a pesquisa de Carneiro (2024), a maior parte das mulheres entrevistadas estavam inseridas em campos relacionados às atividades de faxina e de serviços gerais. Os dados da tabela abaixo, como continua a autora, corroboram com a análise e o trabalho desenvolvidos por Teixeira (2016), que discute como o PRMIP Mariana – atualmente Mariana De Elas – tem contribuído para a perpetuação do trabalho precarizado da mulher, a divisão sexual do trabalho e a naturalização das atividades domésticas como atividade exclusiva da mulher.

Figura 2 – Informações sobre as condições das entrevistadas no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher – Mariana, MG

Tabela 2: Informações sobre condições das entrevistadas no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG

Nome Fictício	Tempo no Programa (Anos)	Postos de Trabalho Acessados	Renda Obtida
1. Ana	Está há 2 anos	Auxiliar de serviços gerais – limpeza creche, rua	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
2. Beatriz	Está há 2 anos e meio	Auxiliar de serviços gerais - limpeza no Centro de Convenções de Mariana – Setor de vigilância patrimonial de Mariana	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
3. Vera	Ficou mais de 8 anos	Varredora de rua, faxineira de escola e creche Conseguiu emprego como monitora de creche	Recebia Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
4. Fátima	Ficou mais de 14 anos	Varredora de rua e faxineira em igreja, APAE, creche e escola Conseguiu emprego na empresa de limpeza pública	Recebia Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
5. Sandra	Está há menos de 8 anos	Limpeza geral em escola e no CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
6. Amanda	Ficou menos de 2 anos	Limpeza de salas da Prefeitura de Mariana - Conseguiu emprego na Empresa de Engenharia Andrade Gutierrez de limpeza de alojamento masculino	Recebia Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
7. Roberta	Está há mais de 4 anos	Faxineira em posto de saúde e escola	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
8. Helena	Está há 6 anos	Varredora de rua e faxineira em creche e posto de saúde	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
9. Rita	Está há 6 anos	Faxineira em posto de saúde, escola e CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
10. Antônia	Está há 8 anos	Faxineira em escola e oficina de produção artesanato) no CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família

Fonte: CARNEIRO, 2024, p. 62⁴

Como veremos nas seções a seguir, a inserção do Brasil no capitalismo dependente apresenta particularidades às condições de trabalho e vida de sua população. Marcado por um longo período de submissão a Portugal, o país carrega uma herança colonialista e escravista que influencia ainda hoje a conformação da

⁴ A fim de preservar a identidade das participantes, Carneira utiliza nomes fictícios em seu trabalho.

classe trabalhadora, sendo o processo de precarização e exploração ainda maior sobre as mulheres pretas.

2.2 Particularidades do Brasil enquanto país de capitalismo dependente

Embora hegemônico nesse tempo histórico, o capitalismo não se manifesta de forma idêntica em todos os países. Como nos mostra Fernandes (1975), o processo de desenvolvimento do capitalismo nas nações da América Latina – outrora colônias de Espanha e Portugal – se difere dos ocorridos nos países centrais, como os Estados Unidos, Inglaterra e demais países europeus que se destacaram e foram impulsionados com as revoluções industriais. Para compreender essas diferenças que se mantêm atuais, explicam e impactam na relação de dependência da América Latina em relação aos países centrais, faz-se necessário resgatar o papel das nações latinoamericanas no processo de acumulação primitiva e da exploração sobre elas como fator indispensável para o processo de desenvolvimento e fortalecimento dos países de capitalismo central em detrimento do próprio desenvolvimento interno dos países de capitalismo dependente. Além disso, será feita uma breve síntese sobre os processos de dominação sobre a América Latina, bem como as crises resultantes que culminaram na dependência formal dessas nações e em novas configurações de dependência em relação aos países centrais de forma a compreender a perpetuação dessa submissão.

Segundo Fernandes (1975, p. 11), as nações latino-americanas – com destaque para o Brasil – são frutos de um tipo “moderno de colonialismo organizado e sistemático”, cujo início se deu com as “conquistas” espanhola e portuguesa, sendo a configuração pós-emancipação uma forma mais complexa da colônia de outrora. Para este autor, a permanência desse sistema de dependência decorre da transformação acelerada do capitalismo e da dificuldade dos países latino-americanos em se opor – nos âmbitos cultural, econômico e político – à incorporação pelos países capitalistas hegemônicos.

O sistema de colonização e de dominação externas, conforme aponta o sociólogo brasileiro, foi construído com base em resquícios do antigo sistema colonial. Nesse sistema, a legitimidade da dominação das coroas espanhola e portuguesa era ancorada em fundamentos legais e políticos, sendo posta em prática

pelos “colonizadores”, os quais deviam obediência e lealdade às coroas. Além disso, cabe destacar, como mostra Fernandes (1975, p. 13), a “[...] transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de africanos ou mestiços) [...]”, como forma de garantir uma ordem social que pudesse preservar e reforçar os interesses das metrópoles (países colonizadores). Nessa sociedade, como evidencia Fernandes (1975), os colonizadores tinham o papel fundamental de preservar a estrutura social, sendo eles próprios representantes do poder das metrópoles por serem europeus.

No que se refere à crise desse *primeiro tipo de dominação (dominação pela colonização das potências europeias da época)*, ressaltam-se o peso do padrão de exploração colonial e luta pelo controle econômico das colônias latino-americanas. Em relação ao primeiro fator, Fernandes (1975) evidencia as dificuldades das estruturas espanhola e portuguesa em sustentar as atividades econômicas mercantis relacionadas às colônias e a forte pressão da exploração colonial sobre os representantes das metrópoles nas colônias. Tratando-se especificamente do Brasil, Fernandes (1975, p. 14), fala brevemente sobre produção de açúcar, evidenciando a partilha desigual do lucro e a maior absorção deste pela Coroa Portuguesa:

[...] o "produtor" colonial retinha um' lucro bruto que variava de 12 a 18%; a Coroa absorvia aproximadamente de 25 a 30%; os mercadores holandeses recebiam o saldo e outras vantagens, economicamente mais importantes (como os lucros produzidos pelo financiamento da produção, do transporte, da Coroa etc.; ou os elevados lucros proporcionados pela refinação do produto e por sua comercialização dos mercados europeus).

Como resposta à essa exploração, destacam-se os movimentos de emancipação dirigidos contra as Coroas, bem como a disputa entre os países europeus – como a Holanda, a França e a Inglaterra – pelo controle econômico das colônias latino-americanas. No que se refere ao segundo ponto que culminou na crise desse modelo, Fernandes (1975) mostra a luta pelo controle das colônias latino-americanas, especialmente entre a Holanda, a França e a Inglaterra. Além dessa luta que contribuiu com o processo de desagregação das potências que detinham o controle externo do antigo sistema colonial, é importante considerar o interesse de alguns setores da sociedade pela destruição do sistema em decorrência do peso da dominação imposta pelas coroas espanhola e portuguesa.

O segundo tipo de dominação surgiu em decorrência da desagregação do antigo sistema colonial. Nesse período de dominação, que durou entre o fim do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, as nações europeias que conquistaram o controle das exportações e negociações na América Latina – como a Inglaterra – direcionaram os seus esforços mais para comércio do que para a produção local, ocupando o espaço das relações e processos comerciais em vez de se projetarem como impérios.

A produção com vistas à exportação imediata já estava organizada numa base bastante compensadora em termos de custos. **Por outro lado, a ausência de produtos de alto valor econômico e a existência de um mercado consumidor relativamente amplo tornou mais atraente o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras.** A Inglaterra, por exemplo, iniciou uma política comercial que propiciou rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias (FERNANDES, 1975, p. 15, grifo nosso).

A dominação externa, chamada pelo autor de **neocolonialismo** em razão do novo controle dos países dominantes nos processos econômicos, tornou-se amplamente indireta nesse período histórico, com a presença e expansão de agências comerciais e bancárias marcadas por um número reduzido de pessoal qualificado. Além disso, no que se refere ao contexto interno das ex-colônias latinoamericanas, destaca-se a continuidade da exportação de bens primários que eram (e ainda são) exportados aos países centrais, bem como a importação de produtos de maior valor agregado produzidos pelas grandes potências. Como bem analisa o pesquisador brasileiro acerca dessa situação:

A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação (FERNANDES, 1975, p. 15, grifo nosso).

Já o terceiro tipo de dominação externa surgiu em decorrência da reorganização da economia mundial, provocada e impulsionada pela revolução industrial na economia. Como mostra Fernandes (1975), o “comércio triangular” durante o “neocolonialismo” serviu como fonte de acumulação dos países europeus e de fortalecimento de diversos mercados nacionais estrangeiros. Esse fortalecimento, juntamente com o desenvolvimento e as transformações do

capitalismo, decorrentes da industrialização dos países europeus, propiciaram o surgimento de novos padrões de dominação externa que se tornaram proeminentes e se infiltraram em várias esferas da sociedade, denotando o caráter imperialista dessa nova fase do capitalismo.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de incorporações maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. **Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina** (FERNANDES, 1975, p. 17, grifo nosso).

Como bem ressalta Fernandes (1975, p. 17), o processo de controle financeiro sobre os países emergentes se complexificou de tal forma que o modelo de exportação-importação foi “refundido” com vistas à inclusão da “integração” do comércio interno, à “proteção” dos interesses dos grandes proprietários rurais, à “introdução” das indústrias de bens de consumo e à “intensificação” das operações bancárias, de forma que, em síntese “as economias dependentes foram transformadas em mercadorias negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra lucrativas”. Dentre as consequências desse processo de dominação imperialista, o autor elenca a manutenção das velhas estruturas econômicas fundamentais para a preservação do modelo de exportação-importação de bens primários e a ausência de um processo acelerado de revolução burguesa semelhante aos ocorridos nos países de capitalismo central. Tudo isso reforça o objetivo real do controle de determinados europeus de capitalismo central: “a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos” (FERNANDES, 1975, p. 17-18).

No que se refere ao quarto padrão de dominação externa, este surgiu, segundo o autor, com a expansão de grandes instituições corporativas na América Latina nas áreas comerciais, de serviços, financeiras e, principalmente, no setor industrial, representando a fase do “capitalismo monopolista”. Esta fase – marcada pelo apoderamento de posições de liderança (anteriormente ocupadas pelas empresas nacionais da América Latina) por mecanismos financeiros, de corrupção, pressão e estabelecimento de sociedades – pode ser analisada sob três aspectos: 1) a tendência de **imperialismo total** com a dominação/influência externa em diversos níveis da ordem social, como nos veículos de comunicação de massa e

nas políticas públicas; 2) a dificuldade dos países de se sustentarem e se desenvolverem de forma autônoma, que se manifesta pelo histórico papel assumido pelas nações estrangeiras em implementar mudanças e financiá-las; 3) a formação de economias satélites e de uma burguesia dependente, que não consegue pelos próprios esforços se desvincular dos interesses da burguesia dos países de capitalismo central e desenvolver o próprio país. Também se faz necessário destacar a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) no cenário mundial, firmada pelo seu papel no fornecimento material aos aliados na Segunda Guerra Mundial e na reconstrução dos países europeus após esse período por meio da implementação do Plano Marshall, bem como o seu histórico papel em fornecer empréstimos aos países de capitalismo dependente.

Em síntese, a dominação externa – na qual os recursos e produtos internos são exportados com baixo valor agregado com vistas à produção de produtos com maior valor agregado pelos países centrais e a sua posterior compra pelos países periféricos – ainda é uma realidade para as nações latinoamericanas, sendo a “especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas” (FERNANDES, 1975, p. 20), resultante desse processo sistemático de controle e exploração. Entre as realidades produzidas pelas novas configurações da dominação com a consequente transição da economia colonial para a nacional e da escravista para o capitalismo comercial e industrial, o autor destaca três: 1) a concentração de renda, o prestígio social e a estratificação social, 2) a existência simultânea de estruturas econômicas, socioculturais e políticas de “diferentes ‘épocas históricas’” como base para a manutenção da concentração interna de renda e pela submissão aos interesses externos e 3) exclusão de uma grande parcela da população nos âmbitos econômico, social; e político. Tal cenário, como bem analisa Fernandes (1975, p. 20), evidencia que o desafio latino americano não está em produzir riqueza, “mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”.

Aprofundando o debate e as particularidades do capitalismo no Brasil, Perez e Ribeiro (2024, p. 136) resgatam os processos de transição entre o **Brasil Colônia** e o **Brasil enquanto país de capitalismo dependente** sob uma perspectiva de totalidade, na qual se parte da concepção de que é “apenas quando um novo modo de produção se torna dominante é que o salto qualitativo se completa, alterando

estrutura e superestrutura [...]”. Para tanto, como mostram os autores, torna-se indispensável a compreensão acerca dos processos históricos de colonialismo e escravismo, bem como os processos de mediação entre o singular, o particular e o universal.

No contexto das grandes navegações, do “descobrimento” e dos processos sistemáticos de exploração e expropriação das terras que hoje correspondem à América Latina, o Brasil emergiu como uma colônia de Portugal. Tal fato implicou uma estrutura econômica criada para atender os interesses externos (da metrópole e dos representantes da Coroa Portuguesa neste território) baseados na exploração e escravização dos povos nativos e de milhões de africanos trazidos forçadamente para este território. Este período, como destaca Perez e Ribeiro (2024), não se trata de um modo de produção capitalista, pois não se trata da compra da força de trabalho tampouco do estabelecimento de trabalho assalariado, mas da compra da pessoa/do ser humano que produz. Portanto, neste período, a classe dominante na colônia (“a aristocracia rural”) não se manifesta como “burguesia”.

Como mostra os autores, é apenas em meados do século XVIII no contexto da Revolução Industrial que o escravismo no Brasil – antes articulado ao mercantilismo e ao processo de acumulação primitiva das potências europeias no período entre os séculos XV e primeira metade do século XVIII – passa a se articular com o crescimento e o desenvolvimento do capitalismo em âmbito global. Vale destacar também que foi em meados do século XIX – quando o Brasil deixa de ser uma colônia e passa a angariar mais autonomia – que se acentuaram as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Como mostra Ianni (1966, p. 78, apud PEREZ; FERNANDES, 2024, p. 138), neste período a contradição entre mercadoria e pessoa escravizada se torna um problema para o pleno desenvolvimento desse modo de produção capitalista. Neste sentido, a abolição formal da escravidão em 1888, permeada de luta dos povos negros oprimidos, representou também uma espécie de “resolução” com vistas ao processo de expansão do capitalismo. Como evidenciam Perez e Ribeiro (2024, p. 138), a abolição formal da escravidão “envolveu por partes das classes dominantes a possibilidade de ampliação da margem de lucro e do nível de desenvolvimento das empresas e do mercado” ao transformar o negro escravizado em trabalhador “livre” e assalariado.

Como evidenciam os autores, mesmo após o fim do Brasil Império e o início da República, há a manutenção do poder oligárquico e uma transição para o sistema capitalista, na qual as burguesias nacionais não conseguem assumir o protagonismo, mantendo-em relação de dependência às burguesias dos países centrais. Como analisa Fernandes (1975), há o estabelecimento de uma “modernização conservadora”, na qual a coexistência de estruturas de modos de produção pré-capitalistas e capitalistas continua a favorecer a dominação de alguns grupos oligárquicos que passam a se configurar como burguesia. Essa burguesia, entretanto, não consegue se desvencilhar do domínio dos países centrais.

Foi no contexto da Segunda Guerra Mundial que mudanças significativas ocorreram nos âmbitos político, econômico e cultural, fortalecendo ainda mais a fase imperialista e monopolista do capital e projetando os EUA como a nova potência hegemônica do capital. É nessa fase que as expressões da “questão social” – objeto de trabalho das (os) assistentes sociais, que se manifestam pelos conflitos entre o capital e o trabalho – e as crises deste sistema se intensificam. Como mostra Perez e Ribeiro (2024, p. 142), nesta fase do capitalismo, o desemprego já não se resume apenas em um “exército de reserva”, englobando também a expansão de “subempregos com alto grau de precarização, instabilidade e desproteção social, reduzindo o contingente de trabalhadores em melhores condições a uma parcela cada vez menor”.

Para além da degradação das condições de vida e trabalhistas, é importante destacar a ofensiva do capital sobre os trabalhadores, como a Contrarreforma Trabalhista em 2017, o Arcabouço Fiscal (Lei Complementar nº 200/2023), bem como as retiradas e tentativas de retirada de direitos dos trabalhadores e o processo de sucateamento das políticas públicas. Destaca-se também, nesse processo, a influência dos países de capitalismo central – em especial os EUA através de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – nas exigências e pressões realizadas sobre os países de capitalismo dependentes em troca de empréstimos.

Por fim, a fim de considerarmos as particularidades da exploração e da opressão sobre a classe trabalhadora no Brasil – país de capitalismo dependente –, a próxima seção abordará como o processo de nossa formação social – enraizado profundamente no modo de produção escravista nos períodos colonial e imperial – ainda se reflete na atualidade. Tal herança, como veremos, contribui para um

processo de precarização mais intenso sobre a população negra, incidindo de forma ainda mais intensa sobre as mulheres pretas, que constituem a maioria no PRMIP/Mariana. Para tanto, contribuições de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez serão mobilizadas a fim de aprofundar a análise e evidenciar os fundamentos históricos e estruturas da divisão sexual e racial do trabalho.

2.3 Formação social brasileira: relação entre raça, gênero e classe

O estudo acerca da formação social brasileira – com as intersecções entre raça, gênero e classe – são essenciais para compreender a história do nosso país, bem como as particularidades das expressões da questão social que se manifestam, sobretudo sobre a classe trabalhadora brasileira, em especial as mulheres negras, principal público do PRMIP Mariana/Mariana D' Elas. Segundo dados de Carneiro (2024), das 10 (dez) usuárias entrevistadas, 04 (quatro) se autodeclaram pardas, enquanto 06 se autodeclaram negras, o que corrobora ainda mais com a necessidade de analisar a nossa história juntamente com as categorias de raça e gênero.

Como bem mostram Lobo, Júnior e Albuquerque (2022, p. 2) no texto *“A formação social brasileira e as implicações nas expressões da questão social: apontamentos para uma análise”*, a história brasileira é formada por um conjunto de transformações econômico-sociais, “sendo perpassada por momentos de continuidade e ruptura, extermínios e pagamentos que engendram características particulares do que vem a ser apreendido como povo brasileiro”. Para compreendê-las, faz necessário um resgate à herança colonial brasileiro. Como mostram os autores mencionados, a questão social no Brasil foi construída em cima da invasão territorial liderada pela Coroa Portuguesa. Neste processo de colonização, a produção da riqueza era baseada na exploração dos povos nativos, de seus conhecimentos e terras. Destaca-se, neste momento, o uso da catequização como ferramenta de violência contra os indígenas a fim de “domesticá-los”, bem como as expedições de bandeirantes com vistas à captura de nativos para trabalho escravo, exploração de novas terras e metais preciosos. Posteriormente, foram realizados tráficos de africanos também com o objetivo de ampliar a mão-de-obra escravizada na produção do açúcar, café, entre outros

produtos de exportação da economia global. Importa ressaltar que, tanto o processo de incorporação do indígena quanto do africano escravizado se deu de forma violenta e por meio de práticas sistemáticas de expropriação de saber, conhecimento e corpos, e de tentativa de apagamento às culturas indígena e africana.

Apesar de todo esse sistema opressor, os negros e indígenas não aceitaram passivamente o lugar de “oprimidos”. Como bem aponta Moura (1981), apud Lobo; Júnior; Albuquerque (2022, p. 4-5):

[...] o negro escravizado não foi um componente passivo da dinâmica histórica e social; eles protagonizaram diversos movimentos de insurgência e rebeldia ao processo de exploração na qual foram submetidos, dentre os quais destacamos a organização dos quilombos, assassinato dos senhores de engenho, fugas e até mesmo o suicídio. A luta e resistência dos negros e dos povos originários não pode ser desconsiderada enquanto um elemento permanente nas relações sociais estabelecidas naquele período.

Tendo em vista o exposto e a necessidade de compreender como a nossa formação social tem relação intrínseca com o período escravocrata e com o perfil da população atendida pelas políticas públicas – em especial a Assistência Social – serão utilizadas obras do intelectual Clóvis Moura e artigos acadêmicos baseados nos estudos e reflexões dele, como forma de resgatar os elementos da nossa formação social e compreender o processo sistemático de exclusão da população negra que, conforme já ressaltado, não é passiva diante das tentativas de apagamento. Para tanto, como mostra Corato (2020), é fundamental resgatar os principais elementos do período escravagista do Brasil – entre 1500 e 1888 – bem como as particularidades dos modos de produção existentes nesse período em nosso território.

Conforme explanação de Corato (2020), a sociedade se configura como a forma específica de os seres humanos se organizarem para garantir a reprodução da vida. O trabalho, categoria fundante do ser social, desempenha este papel nas diferentes sociedades existentes ao longo da história humana, sendo os modos de produção as formas assumidas pela organização coletiva e pelas relações sociais.

Apesar de ser o sistema hegemônico atual, “o modo de produção capitalista é um entre muitos outros que a humanidade experienciou [...]”, (Corato, 2020, p. 40). Dessa constatação, decorre a necessidade de compreender os momentos de transição entre os modos de produção baseados na força de trabalho escravizada e

a instauração do capitalismo que, como já visto ao longo deste trabalho, assume o caráter de dependência/submissão nos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

Como mostra a autora, no momento da invasão às terras brasileiras, Portugal vivenciava a transição entre feudalismo e capitalismo (mais especificamente a fase do capitalismo mercantil). Ao descobrir as riquezas existentes, a Coroa Portuguesa instaurou um processo de colonização com vistas à exportação de nossa riqueza por meio do trabalho dos nativos e africanos escravizados. Essa riqueza, como discutida ao longo deste trabalho, favoreceu o processo de acumulação primitiva dos países europeus. Em outras palavras, o território que hoje se chama Brasil, desempenhou papel fundamental, assim como as demais colônias latino-americanas, no processo de desenvolvimento de países da Europa.

Entretanto, como mostra Gorender (2016) apud Corato (2020, p. 43), o modo de produção instaurado no território brasileiro, considerando o trabalho realizado e as suas condições de realização (trabalho forçado de nativos e negros escravizados), não representou uma mera reprodução do modo de produção da metrópole. De tal modo, como mostra o autor, não há o que se falar de feudalismo no Brasil neste período, mas sim do modo de produção escravista colonial.

Não sendo possível transpor as relações sociais e as forças produtivas advindas da Europa, bem como havendo a nula viabilidade em aceitar as relações já existentes, acabaram sendo estabelecidas, para atender aos interesses lucrativos de Portugal, novas relações. Essas estavam ancoradas primeiramente na extração de riquezas naturais, e, em seguida, na produção agrícola monocultural para exportação, com o uso de grandes extensões de terras e utilização da força (Corato, 2020, p 43).

Como mostra Sena (s.d, p. 4), baseada nas obras de Clóvis Moura, o processo de consolidação do modo de produção escravista só pode ser compreendido na totalidade quando se considera o quadro de desigualdades entre as classes sociais fundamentais deste período (escravocratas e os escravizados) e a assimetria de poder entre ambas, na qual “a/o negra/o estava materialmente e simbolicamente em situação de desvantagem e discriminação, desmentindo o ‘mito da democracia racial’, materializada hipoteticamente numa relação harmônica entre a senzala e a casa grande”. Ao contrário da ideia de conciliação, há como bem evidencia Moura (2014), uma luta de classes, nos quais destacam-se diversas formas de resistência negra, como a formação dos quilombos e os levantes, como a Inconfidência Baiana. Aprofundamento o debate sobre o escravismo, Moura (2014),

identifica duas fases desse modo de produção: o escravismo pleno e o escravismo tardio.

O escravismo pleno, como evidencia Moura (2014), se refere ao período que vai de 1550 a aproximadamente 1850, ano em que o tráfico internacional de africanos escravizados é extinto juridicamente por meio da Lei Eusébio de Queiroz. Esta longa fase da história brasileira - de mais de trezentos anos - abrangeu todo o período colonial, bem como os reinados de João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II. É neste período também que a estrutura e as características do modo de produção escravista se consolidam.

Como mostra Sena (apud Moura, 2014), as características fundamentais do escravismo pleno eram: a produção para a exportação, legalização do tráfico internacional de africanos escravizados, economia colonial subordinada aos interesses de Portugal, estrutura fundiária baseada no latifúndio escravista, legislação repressiva voltada à defesa da classe dominante na época (os escravocratas) em detrimento dos negros escravizados e a realização de lutas negras e radicais autônomas. Esta última evidencia um dos pressupostos do pensamento moureano que é a luta de classes, em detrimento da suposta “conciliação” de classes presente nas obras de autores como Gilberto Freyre.

Nesta fase, foram criadas as condições materiais - como de infraestrutura e de aparato jurídico, por exemplo -, mas também ideológicas com vistas ao funcionamento do escravismo. No âmbito ideológico, o negro era concebido como uma mercadoria, passível de ser vendida a um senhor e toda a estrutura criada era hostil a classe dominada. Como conclui Sena (s.d, p. 11)

Essa rigidez no aparato repressor eliminou as possibilidades de mecanismos reguladores e mediadores das classes fundamentais da sociedade escravista: escravos e senhores. Destituída dessas possibilidades, coube à classe dominada resistir àquele sistema através de rebeliões, fugas e organização de quilombos.

A economia no Brasil, neste momento histórico, estava concentrada na exploração e exportação de nossas riquezas, como pau-brasil, cana de açúcar e café. A configuração da economia assumida – por sua vez e como já mencionado – estava relacionada ao papel que o Brasil Colônia e Império assumia dentro da economia global e na divisão internacional do trabalho. Por fim, como bem ressalta Sena, a utilização do trabalho desenvolvido pelas pessoas escravizadas foram

fundamentais para que a colonização tivesse tomado os rumos que tomou bem para que as bases constituintes do capitalismo aqui fossem desenvolvidas.

Nesta fase, iniciou-se um processo de modernização (sem contudo isso resultasse em mudança social), principalmente nas áreas que se desenvolveram com a produção do café.

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização sem mudança* queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou (Moura, 2014, p.36-37).

Destaca-se também nesse período uma maior preocupação das classes médias e de grupos políticos em substituir a mão de obra escravizada. E é justamente neste contexto de modernização “injetada” (MOURA, 2014, p. 85) e de proibição do tráfico negreiro que se inicia a última fase do escravismo: o escravismo tardio. Nesta fase, – marcada pelo desenvolvimento inicial das relações capitalistas sobre o modo de produção escravista – a burguesia emergente não consegue se desvencilhar dos interesses das burguesias dos países centrais, assumindo um papel de subalternização em relação à burguesia internacional. Neste sentido e como apontado por Marini (apud Corato, 2020), o processo de desenvolvimento interno foi moldado pelo capital estrangeiro – em especial o capital britânico – de modo a consolidar ainda mais essa dependência. Como aponta Corato (2020), nesse período, o trabalho assalariado – umas das principais marcas do capitalismo – já podia ser observado nessa fase.

O inicial processo de industrialização fora comandado pelos ingleses. Destacamos especialmente a empresa Saint John d'El Rey Mining Company, na mina de Morro Velho, no município de Sabará, em Minas Gerais, entre os anos de 1834 e 1886. Essa empresa experimentou um crescimento exponencial, chegando a concentrar 2.500 trabalhadores, dentre eles 1.690 escravizados. Isto é, já se manifestavam formas de trabalho livre, muito embora com a utilização simultânea de trabalho escravo (Corato, 2020, p. 48).

Além do exposto, é fundamental considerar que – para além da ampliação do trabalho assalariado, as bases do capitalismo como um todo já estavam sendo institucionalizadas. Esse desenvolvimento, como mostra a autora, se intensificou e

foram desacompanhados de medidas que pudessem amparar os recém-libertos. Disso, resultou uma maior marginalização da população negra que ainda se expressa nos dias de hoje: segundo dados do IBGE em 2021, a taxa de pobreza foi de 34,5% entre os pretos e 38,4% entre os pardos. Já a taxa de pobreza entre os brancos foi de 18,6%.

No que se refere à intersecção entre raça e gênero, vemos ainda como as opressões se intensificam sobre as mulheres pretas. Nesse sentido, escritoras como Lélia Gonzalez, são fundamentais para o debate. González (1984) parte do engendramento da doméstica e da mulata a partir da mucama para mostrar como a articulação entre o racismo e o sexismo se estende do período colonial até a atualidade.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”) [...] (GONZÁLES, 1984, p. 230).

Ao fazer isso, a intelectual desmistifica o chamado mito da “democracia racial” ao mesmo tempo que analisa a chamada “neurose cultural brasileira”, compreendia como um conjunto de padrões que reforçam o racismo e a violência sobre a mulher preta, apesar das tentativas de ocultamento das marcas da africanidade na constituição da nossa identidade. Como evidencia González (1984), esse estado de opressão sistemática não é algo a que se tenha chegado, mas um lugar do qual a população negra no Brasil nunca tenha saído.

Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (GONZÁLES, 1984, p. 233).

Essas análises nos ajudam a compreender que, apesar da abolição formal da escravidão no Brasil em 1888 e da criminalização do racismo por meio da Lei nº 7.716/1989, este fenômeno continua a se manifestar nas diferentes esferas da vida

social, como o trabalho. Como mostram os autores trabalhados nesta seção, com destaque para Moura e González, as origens da nossa formação social se refletem ainda nos dias atuais, sendo o processo sistemático de exploração sobre a população preta – em especial as mulheres negras – o maior exemplo disso. As análises tecidas até o momento evidenciam como a intersecção entre gênero, raça e classe são fundamentais para a compreensão de nossa história como todo, mas também do PRMIP Mariana/Mariana D’ Elas, o qual é formado majoritariamente por mulheres pretas (Tabela 1) que exercem trabalhos relacionados à área de Serviços Gerais/Limpeza (Figura 2 – presente da seção 2.1 deste documento), o que corrobora com a divisão racial e sexual analisada pela González e com a perpetuação do racismo estrutural trabalhado por Moura.

Nos próximos capítulos, analisaremos as potências e os limites da Política Social no contexto de acirramento da luta de classe e a intensificação das ofensivas do capital, que culminam no processo de precarização das Políticas Sociais e piora da qualidade de vida das/dos usuárias.

Figura 3 – Perfil socioeconômico das usuárias do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher – Mariana, MG

Perfil sócioeconômico das usuárias do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG									
	Raça	Idad.	Est. Civil	Escol.	Nº Mem. Famíl.	Nº Filh.	Cida. Orig.	Cidade Resid.	Rend. Famíl.
	Negra	35	Solt.	8ª série Ensino Fundam.	6	5	Mariana	D.P. Mariana	1 Sal. Mín.
tri	Parda	39	Solt.	Ensino Médio Compl.	3	2	Mariana	Mariana	1 Sal. Mín.
	Parda	46	Solt.	Ensino Médio Compl.	7	5	Sete Lagoas	D.P. Mariana	Até 1 Sal. Mín.
m	Parda	43	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	5	4	Mariana	Mariana	Até 1 Sal. Mín.
dr	Parda	25	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	3	2	Mariana	Mariana	Até 1 Sal. Mín.
ad	Negra	46	Casad.	4ª série Ensino Fundam.	10	8	D. Campinas	Mariana	2 Sal. Mín.
ert	Negra	44	Solt.	2ª série Ensino Fundam.	7	3	Mariana	Mariana	1 Sal. Mín.
en	Negra	42	Solt.	2º ano Ensino Médio	4	3	Mariana	D.P. Mariana	Até 1 Sal. Mín.
	Negra	36	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	5	4	D. de Cláudio Manoel	Mariana	1 Sal. Mín.

Fonte: CARNEIRO, 2024, p. 59

3. Trabalho no capitalismo contemporâneo e sua relação com a Política de Assistência Social

Dividido em três subcapítulos, este capítulo tem como objetivo apresentar brevemente os impactos do capitalismo contemporâneo sobre o trabalho e sua relação com a Política de Assistência Social, de forma a compreender como a conjuntura atual impacta a vida e o trabalho da classe trabalhadora, em especial das mulheres.

Enquanto o subcapítulo **3.1 Trabalho no capitalismo contemporâneo: tendência de intensificação e ampliação dos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho** analisa os processos de precarização do trabalho e as ofensivas do capital contra as políticas públicas – trazendo como exemplo esse movimento no município de Mariana/MG –, o subcapítulo **3.2. A mulher no mundo do trabalho** aborda a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres, decorrente do acúmulo de funções remuneradas e não remuneradas, (como o trabalho doméstico e de cuidado). Ademais, esta seção evidencia como a questão racial se manifesta na realidade e se expressa nas estatísticas de desemprego e subutilização da força de trabalho.

Por fim, o subcapítulo **3.3. Assistência Social e Trabalho** apresenta de forma sucinta a relação histórica entre o trabalho e a assistência, destacando a mudança de concepção acerca da assistência quando esta passa a ser reconhecida como direito social e a ampliar o público atendido, não se restringindo mais às pessoas sem condições de trabalhar.

3.1. Trabalho no capitalismo contemporâneo: tendência de intensificação e ampliação dos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho

Conforme mostrado por Antunes e Druck (2015, p. 19),

[...] o capitalismo, em suas décadas mais recentes, vem apresentando um movimento tendencial em que a terceirização, a informalidade, a precarização, a materialização e a imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação de sua lógica.

Esse movimento, como evidenciam os autores, se intensificou com a crise global de 2007/2008, na qual o trabalho regulamentado vem sendo substituído exponencialmente pelo trabalho informal e terceirizado, revelando o caráter precarizante do trabalho na atualidade.

Essa mudança acerca do trabalho, como mostram ambos os autores, relaciona-se com a transformação do capitalismo e a ruptura com o padrão fordista. Essas transformações, por sua vez, decorrem do processo de financeirização e mundialização, em que o capital financeiro passa a dominar a esfera produtiva e a influenciar os modos de gestão do trabalho e as diversas outras esferas da vida social.

A reestruturação produtiva do capital e a consequente crise de 2007/2008, como bem destacam Antunes e Druck (2015), foi uma resposta do capital à crise de acumulação do padrão fordista – que se intensificou entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Em outras palavras, os processos de flexibilização, terceirização e desregulamentação do trabalho foram estratégias para tentar reverter os efeitos da Lei da Tendência à Queda da Taxa de Lucro.

[...] a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a este movimento tendencial de escala global (Antunes; Druck, 2015, p. 21).

Embora o Programa de Inclusão Produtiva/Mariana D'Elas seja um programa social – que, como já destacado, apresenta inquestionável importância às usuárias e suas famílias –, as manifestações e pressões se fazem igualmente necessárias como ferramentas de luta, de resistência e de contraposição às tentativas de corte. Conforme noticiado pelo *Jornal Primaz*, no dia 02 de junho de 2025, foi aprovado um parecer favorável ao Projeto de Lei nº 205 de 2025, que visava impor um teto de um salário-mínimo às beneficiárias, considerando o somatório de benefícios sociais – sejam eles do âmbito municipal, estadual ou federal, como é o caso do programa Bolsa Família.

Nessa mesma data, foi veiculado um vídeo pelo atual prefeito de Mariana, juntamente com o atual secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania, levantando questões como o recebimento de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos

reais) em benefícios sociais por algumas usuárias e a “preocupação” da atual gestão municipal com o não preenchimento de cerca de 400 (quatrocentas) vagas no comércio. Segundo matéria publicada no jornal digital *Território Press*, o secretário destacou o fato de essas vagas não serem preenchidas pela preferência das mulheres em continuarem no programa social devido ao valor que recebem.

A tentativa de corte, sob o discurso de evitar a dependência de programas sociais e incentivar a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, oculta os motivos que levam ao chamado ciclo intergeracional da pobreza e à permanência dessas famílias nos programas socioassistenciais.

Como mostra Gomes (2020, p. 49), ao analisar o ciclo intergeracional de dependência da política de Assistência Social no Município de Mariana/MG:

A desigualdade social e a perpetuação da pobreza nas diversas gerações das famílias brasileiras incidem diretamente no ciclo intergeracional de dependência da política de assistência. Uma vez que as famílias não conseguem sair da vulnerabilidade socioeconômica, elas necessitam recorrer à Política de Assistência Social para suprir suas necessidades básicas; e, muitas vezes, as famílias buscam nesta política meios de romper com a extrema vulnerabilidade, na busca futura de rompimento com a pobreza, e, assim, esperam também romper com a dependência da política de assistência.

Essa proposta, como bem apontada pela matéria do *Jornal Primaz*, teria impacto significativo na vida das beneficiárias, especialmente naquelas em situação de maior vulnerabilidade social, pois o maior corte no programa seria justamente no benefício da usuária em que o valor do Bolsa Família é maior. Outro ponto que merece destaque são as escassas alternativas que restariam às mulheres que acumulassem benefícios superiores ao salário mínimo, tais como trabalho voluntário (o que é inviável) ou a saída do programa para um trabalho com jornada 6x1. Tudo isso sem contar os possíveis gastos que poderiam surgir com o aumento da jornada de trabalho.

Desse modo, a mãe de família terá que escolher entre ter R\$1.059,00 [valor pago às participantes] a menos no orçamento doméstico por mês ou buscar um trabalho de 6 dias por semana e 8 horas por dia para receber R\$ 1.512,00 brutos ao mês. Atualmente mais de 300 crianças aguardam vagas em creches municipais (JORNAL PRIMAZ, 2025).

A aprovação dessa proposta, entretanto, não veio sem reação. Na época, como bem mostra a matéria, uma mulher que se identificou como usuária do

programa Mariana D'Elas demonstrou sua insatisfação com a medida, explicando que, caso fosse aprovada, passaria a receber cerca de R\$ 400,00 para realizar as mesmas tarefas e durante a mesma carga horária de trabalho. Diante da impopularidade, em menos de um mês, o prefeito revogou o projeto. Tal desfecho evidencia a importância da resistência diante dos processos de desmonte das políticas sociais e das ofensivas do neoliberalismo.

Este movimento de precarização do trabalho e das políticas, conforme destacam Antunes e Druck (2015), não é uma particularidade do Brasil, mas um processo em âmbito global, marcado pelo predomínio dos capitais transnacionais, que exercem forte pressão sobre diversos países com vistas à “flexibilização” da legislação trabalhista e à retirada de direitos sociais.

No lugar do trabalho regulamentado, há o avanço das chamadas “empresas enxutas”, do “empreendedorismo” e do “trabalho voluntário” que ocultam a exploração do trabalho.

[...]A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana (Vasapollo, 2005, apud Antunes; Pochmann, 2007, p. 204).

Esse processo de precarização do trabalho e de rebaixamento da qualidade de vida se faz presente também nos serviços públicos, com consequências diretas para a população, aos profissionais e, principalmente, à população usuária das políticas públicas. Segundo dados do relatório *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional* (2022), apesar de a maior parte dos assistentes sociais estarem inseridos no setor público (cerca de 59,8%), menos da metade (cerca de 34,57%) são estatutárias/os e quase 25% são celetistas.

Esse cenário encontra-se em sintonia com as reconfigurações do Estado e a progressiva implosão do estatuto do servidor público no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal. A lógica é ampliar ao máximo a mercantilização da força de trabalho, flexibilizando relações, vínculos e direitos

oriundos do trabalho, redefinindo as formas de regulação social, tanto nas organizações privadas quanto nas instituições públicas.

Ainda, segundos dados do relatório, constata-se um decréscimo de vínculos estatutários no âmbito municipal – cerca de 9.985 (51,8%) de servidores –, acompanhado de um alto índice de trabalhadoras/es com contratos temporários – correspondendo a 4.539 pessoas (23,6%).

Essa configuração, com mostra Rodrigues (2024) na pesquisa *“A Política de Assistência Social de Mariana: condições estruturais, ético-políticas e trabalhistas dos CRAS e CREAS, entre 2018 e 2023”*, se reflete na grande rotatividade dos profissionais em razão de seus vínculos empregatícios no município de Mariana/MG, o que evidencia a tendência geral de precarização do trabalho.

Por fim, importa ressaltar que este cenário – favorecido pela Lei da Terceirização de Atividades Meio e Atividades Fim (Lei nº 13.429/2017) e pela Reforma Trabalhista (13.467/2017) – possui impacto no processo de construção de vínculo dos profissionais com a população atendida, como as beneficiárias do Programa de Inclusão Produtiva, uma vez que os vínculos frágeis de trabalho e a alta rotatividade – acompanhada do processo de sucateamento das políticas públicas – inevitavelmente leva à redução da qualidade dos serviços prestados.

3.2. A mulher no mundo do trabalho

Como visto ao longo deste trabalho, há uma divisão sexual do trabalho, na qual as atividades da esfera produtiva são majoritariamente ocupadas por homens e as da esfera reprodutiva, por mulheres. Tal cenário, associado ao acúmulo das atividades domésticas e/ou de cuidado de pessoas, resulta na intensificação da exploração sobre a mulher, interferindo, inclusive, no tipo de trabalho procurado e a ser exercido, sendo o próprio Programa de Inclusão Produtiva uma alternativa de conciliar o trabalho de cuidado com uma atividade remunerada. É o que mostra a pesquisa de Rejane (2024) no trabalho intitulado *“Trabalho e Política de Assistência Social no Capitalismo Dependente: As mulheres atendidas no Programa Renda Mínima e Inclusão Produtiva em Mariana, Minas Gerais”*. Segundo relato das 10 (dez) usuárias entrevistadas, é possível conciliar o tempo de trabalho com a vida

familiar, em razão da jornada reduzida, das creches em tempo integral e do horário de trabalho ser no horário da escola dos filhos e netos.

Apesar das vantagens e possibilidades ofertadas pelo programa, como bem analisa Rejane (2024), nem sempre as usuárias do programa conseguem ter garantida a reprodução social da família apenas com a bolsa recebida. Essa situação decorre dos salários reduzidos, do aumento do custo de vida e da necessidade de outras fontes de renda por meio dos chamados “bicos”.

Destaca-se ainda o papel do neoliberalismo no processo de precarização da vida e sua intensificação sobre o trabalho feminino em escala nacional e global.

Como assinala Bruschini apud Souza e Souza (2019; 1994; p. 179), “a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das marcantes transformações sociais ocorridas no país [Brasil] desde os anos 70”. Entre os motivos dessa expansão elencados pela autora, destacam-se o aumento/intensificação da urbanização, da industrialização e a expansão da economia.

Essa transformação, como bem analisada pelas autoras, evidencia o caráter dialético da reestruturação do trabalho – que, ao mesmo tempo que permitiu a expansão da incorporação do trabalho da mulher, o fez em condições de desigualdade e de precarização.

De fato, as mudanças na estrutura produtiva e no mundo do trabalho, a nível global e do contexto brasileiro, possibilitaram a incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Por um lado, configura um avanço no sentido de confrontar o suposto papel natural da mulher (esposa e mãe), confinada no interior do lar. Contudo, no cenário de precarização das relações de trabalho, redução ou perda de garantias trabalhistas, trabalho terceirizado, contrato de trabalho temporário e parcial, além do aumento do mercado informal de trabalho, uma significativa parcela do trabalho feminino é absorvida como mão de obra barata, concentrando as trabalhadoras nos postos de trabalho precarizado. (SOUZA; SOUZA, 2019, p. 179).

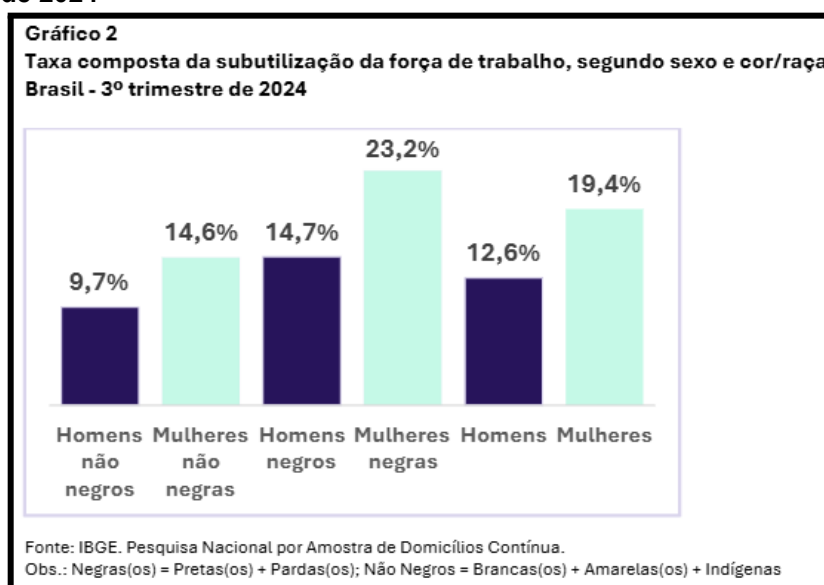
Ademais, como bem ressaltado por Souza e Souza (2019), a inserção das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma ruptura com o trabalho doméstico e familiar, mas de uma apropriação/exploração que se expressa na desvalorização, subordinação e precarização do trabalho feminino na esfera pública, em conjunto com a utilização do trabalho não remunerado na esfera privada, indispensável para a reprodução social e funcional à lógica de acumulação

do capital. Tal cenário, como levantam as autoras, nos fazem questionar se a feminização é uma conquista das mulheres ou do capital (ou de ambos!).

Por fim, cabe trazer o Boletim *“Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho”*, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2025), elaborado a partir dos dados do 3º trimestre de 2024 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC-IBGE). No documento, se constata a permanência das maiores taxas de desemprego, os menores salários e o acúmulo de tarefas domésticas entre as mulheres. Destaca-se, também, o número elevado de mulheres subutilizadas⁵ em razão das atividades domésticas e de cuidado: cerca de 13 milhões de mulheres, o que representa cerca de 31% das mulheres fora da força de trabalho, em contraste com a taxa de 3% dos homens na mesma condição.

Ademais, conforme consta no gráfico abaixo, a questão racial é outro elemento importante de análise dos dados e da realidade concreta, evidenciando como a raça interfere e reflete na (não) participação no mercado de trabalho formal e na subutilização da força de trabalho.

Figura 4– Taxa composta de subutilização da força de trabalho, segundo sexo e cor/raça Brasil – 3º Trimestre de 2024



Fonte: DIEESE (2025), com dados do IBGE

⁵ Formada pelas categorias de desocupadas, aquelas que trabalham menos horas do que desejavam e aquelas que gostariam de trabalhar, mas, por algum motivo, estavam impossibilitadas de trabalhar):

3.3. Assistência Social e Trabalho

Reconhecida como direito social pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.742 de 1993, a Política de Assistência Social no Brasil enfrentou e ainda enfrenta dificuldades para se efetivar como direito social. Como mostra Ferreira (1999, p. 66), essa dificuldade tem raízes na complexa e conflituosa relação entre a assistência social e o trabalho nas sociedades capitalistas, da qual “opera-se um movimento de retrocesso nos direitos conquistados, com crescente focalização dos benefícios, programas, projetos e serviços e redução dos recursos destinados à área assistencial”.

Como mostra Mota (2018) na obra *“O Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade”*, o cenário da institucionalização da Assistência Social como política social não contributiva, voltada para aqueles que dela necessitam e cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podem ser satisfeitas pelas rendas do trabalho, foi acompanhado posteriormente pela conjuntura que se formava na década de 1990. Marcada pela crise econômica e política que afetou significativamente os países de capitalismo dependente, essa fase (que se estende até os dias de hoje), foi marcada pelo aumento elevado do desemprego e pelo processo de precarização do trabalho.

Essas situações, como bem aponta a autora, extrapolam as finalidades da Política de Assistência Social, que passou a ser invocada pela classe dominante como um instrumento de combate às desigualdades, de forma que se instaurou neste período uma espécie de “fetiche social”, na qual a assistência passa a incorporar demandas reprimidas de outras políticas e a ser equivocadamente percebida para além de uma política social, como se as expressões da questão social pudessem ser tratadas e trabalhadas apenas neste âmbito.

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social. As tendências da Assistência Social revelam que, além dos pobres, miseráveis e inaptos para produzir, também **os desempregados passam a compor a sua clientela** (MOTA, 2018, p. 16, grifo nosso).

Ferreira (1999), em sua análise histórica, reflete sobre as dificuldades de a assistência social pública firmar sua identidade numa sociedade marcada pela lógica

capitalista, na qual o ser humano deve ser capaz de sustentar a si e à sua família por meio da venda de sua força de trabalho. A institucionalização da Lei dos Pobres, instituída em 1662, e a Lei de Speenhamland, no século 1795, são exemplos emblemáticos trazidos dessa relação antiga e tensa entre a assistência e o trabalho. Como mostra Polanyi (apud Ferreira, 1999), os pobres, sob a Lei dos Pobres, eram forçados a trabalhar independentemente do salário que conseguissem receber, sendo a assistência social direito somente daqueles que não conseguiam trabalho. Como bem destaca Ferreira (1999, p. 67), **o objetivo central desta lei era estimular o trabalho como fonte de renda.**

Os critérios eram de tal modo restritivos e seletivos que poucos conseguiam ter acesso às medidas assistenciais. E mesmo aqueles que conseguissem deveriam se envolver em alguma forma de atividade laborativa para justificar a assistência recebida (POLANYI; CASTEL, apud FERREIRA, 1999, p. 67).

Por sua vez, a Lei de Speenhamland, diferentemente da Lei dos Pobres, introduziu, segundo Polanyi (apud FERREIRA, 1999, p. 68), “[...] uma inovação social e econômica que nada mais era que o ‘direito de viver’ e, até ser abolida, em 1834, ela impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo”. Esta lei garantia um sistema de abonos que complementava os salários dos trabalhadores, garantindo-lhes uma renda mínima. Sua revogação na década de 1830, como mostra Ferreira (1999, p. 68), marcou o “primado do trabalho”, sendo as principais políticas nos países desenvolvidos orientadas pelo direito ao trabalho e, na impossibilidade deste, pelos direitos derivativos do trabalho.

No que se refere ao complexo previdenciário-assistencial na seguridade social brasileira – formado pela assistência e pelos seguros sociais –, Ferreira (1999) mostra como as prestações assistenciais para garantia de renda focalizaram públicos específicos, considerados incapazes para o trabalho: os idosos e as pessoas com deficiência.

Qual é o problema desta lógica? É que no Brasil o direito ao trabalho e a um salário digno não é garantido a todos e nem à maioria dos trabalhadores, de modo que estes ficam completamente desprotegidos: sem direito ao seguro/previdência porque estão fora do mercado de trabalho (ou dos mecanismos de contribuição) e sem direito à assistência porque são capazes de trabalhar (Ferreira, 1999, p. 69).

É com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), como mostra Neuza Maria dos Santos Nunes (2012) no artigo *“Inserção Produtiva e Assistência Social: caminhos para a inclusão?”* – posterior ao texto de Ferreira (1999), que ocorre a ampliação de usuários, de modo que o mero acesso ao mercado de trabalho não exclui automaticamente o direito à assistência social.

[...] o mundo do trabalho passou e vem passando por reorganizações que apresentam indicadores que dificultam a inserção e uma diminuição do valor do trabalho, além, é claro, dos baixos salários, demonstrando a necessidade de outros acessos de complementação de garantia de renda, como, por exemplo, os programas e projetos de transferência de renda para garantir um padrão digno de vida (Nunes, 2012, p. 63).

E é justamente sobre esse outro acesso à renda, mais especificamente sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva que se tratará o próximo capítulo.

4. Análise do Programa de Garantia de Renda Mínima sob a ótica do trabalho precarizado

Dividido em quatro subcapítulos, este capítulo tem como objetivo analisar o programa com base nos relatos das beneficiárias entrevistadas, no questionário respondido pela gestão e nas transformações do programa desde sua criação, em 2013, até 2025.

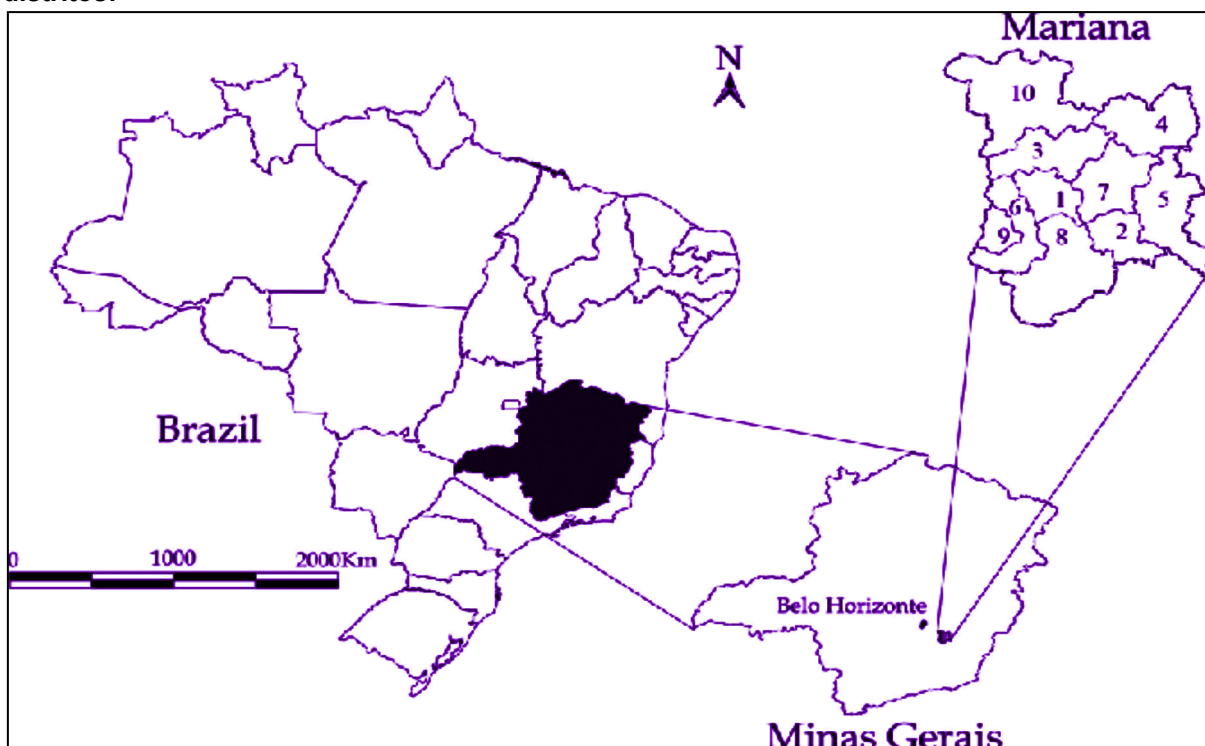
Enquanto o subcapítulo **4.1 - Panorama do município de Mariana** apresenta as especificidades do município de abrangência do Mariana D'Elas, o **4.2 - Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva para Mulheres (PRMIP)** analisa as transformações do programa ao longo do período de 2013 a 2025, destacando as principais mudanças na legislação. Já o subcapítulo **4.3 - Análise do PRMIP sob a ótica das usuárias** busca dar voz às beneficiárias do programa, destacando os limites e as potencialidades do programa sob a perspectiva delas. Por fim, o subcapítulo **4.4 - Programa PRMIP - Análise do questionário** busca compreender mais sobre o programa – especificamente sobre os meios de fiscalização e do tipo de trabalho exercido pelas usuárias –, com base nas informações fornecidas pela gestão do Mariana D'Elas.

4.1 Panorama do município de Mariana

A fim de compreender a operacionalização do PRMIP e o Mariana D'Elas e a relação das usuárias com estes programas, faz-se necessário analisar o território de Mariana/MG.

O município de Mariana – conhecido como a Primaz de Minas, por ser a primeira capital do estado mineiro – está na região central de Minas Gerais, a cerca de 112 km da atual capital, Belo Horizonte. Atualmente o município conta com nove distritos, além da própria sede (Mariana): Águas Claras, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeiras (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Cláudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana e Cachoeira do Brumado, como consta no mapa abaixo.

Figura 5 - Mapa do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil, com a sede e os respectivos distritos:



Mapa do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil, com a sede e os respectivos distritos: 1, Bandeirantes; 2, Cachoeira do Brumado; 3, Camargos; 4, Cláudio Manuel; 5, Furquim; 6, Mariana (sede do município); 7, Monsenhor Horta; 8, Padre Viegas; 9, Passagem de Mariana; 10, Santa Rita Durão.

Figura 5 – Mapa do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil, com a sede e os respectivos distritos.
 Fonte: Disponível em:
 <https://www.researchgate.net/figure/Mapa-do-municipio-de-Mariana-Minas-Gerais-Brasil-com-a-sede-e-os-respectivos_fig1_262623047>. Acesso em: 20 jan. 2026.

Localizada na região do Quadrilátero Ferrífero, Mariana terá a mineração como uma de particularidades desde o início de sua criação até os dias de hoje, com efeitos diretos na conformação no território e de sua população.

Fundada inicialmente como Arraial do Ribeirão do Carmo (1696) e ascendida ao patamar de Vila de Ribeirão do Carmo (1711) – em decorrência do aumento de pessoas escravizadas trazidas para a extração do ouro e, conseqüentemente da população como um todo – Mariana se desenvolverá tendo a mineração como atividade-chave. Mesmo com a decadência do ciclo do ouro no século XIX, a atividade minerária foi e ainda é uma realidade deste território.

É no século XX – e mais especificamente em 1960 – com a instalação das empresas Samarco e Companhia Vale do Rio Doce – atualmente apenas Vale⁶ – que a mineração (agora de ferro, não mais aurífera) se intensificará, tendo como uma de suas consequências o aumento do crescimento demográfico pela chegada dos trabalhadores da mineração e suas famílias e, sobretudo, de pessoas em busca de oportunidade de trabalho.

Mesmo após o crime da Vale e BHP em 2015 – que resultou no rompimento da barragem de Fundão, na morte de 19 ⁷(dezenove) pessoas, no expressivo aumento do desemprego, na intensificação das expressões sociais e na sobrecarga dos serviços públicos – a mineração, como vista ao longo deste território, não se configura como uma mera atividade econômica ligada ao passado, mas como uma expressão com impactos estruturais no território e na vida das pessoas que aqui residem.

Entre os vários impactos presentes da mineração, destacam-se a elevação dos aluguéis/custo de vida de forma geral, a expansão desordenada da população e até a variação do valor da receita arrecadada pelo município, em razão da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM)⁸. Pago

⁶ A antiga Companhia Vale do Rio Doce, criada em junho de 1942 no governo de Vargas, foi leiloada em 1997 durante o processo de desestatização do primeiro governo FHC. Esse processo foi iniciado pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), criado no governo Collor. Vendida à época por 3,3 bilhões de reais – quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de 100 bilhões de reais – a justificativa da venda foi o pagamento de parte da dívida pública interna e externa. Além da perda do Estado brasileiro com a venda da instituição – que em 2007 passou-se a chamar Vale S.A – ,a privatização da companhia marcou o fim da participação e do controle estatal sobre a mineração do país. Como bem afirmou Luiz Paulo Guimarães, coordenador nacional do Movimento pela Soberania na Mineração (MAM), “a partir da privatização da Vale, o Estado deixou de ser o explorador dos recursos naturais do país. Ele virou um mero concessionário de direitos a empresas”. Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes cometidos contra o Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/07/venda-da-vale-completa-20-anos-e-foi-um-dos-maiores-crimes-cometidos-contra-o-brasil>. Acesso em: 29 jul. 2024).

⁷ Embora o número oficial de vítimas fatais seja 19, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), conforme reportagem “Estamos vivos e somos muitos” do Brasil de Fato, contabiliza 21 vítimas. Este número inclui a memória de um aborto forçado, sofrido por Priscila Monteiro, e o falecimento de um idoso devido à depressão causada pelo crime. No primeiro caso, a justificativa fria dada pela empresa – antes de Priscila ingressar com ação judicial – era de que o bebê não poderia ser considerado vítima por não possuir uma Declaração de Nascido Vivo, documento emitido pela maternidade após o nascimento da criança.

⁸ Segundo matéria do Brasil de Fato, a prefeitura de Mariana anunciou ter tido, desde 2015, uma perda de 28% na arrecadação, deixando de receber R\$240 milhões do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, principalmente, da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). Antes do crime, os impostos gerados pelas atividades da mineradora correspondiam a aproximadamente 54% da receita da cidade. BRASIL DE FATO. Samarco retoma atividades em Mariana sem dar conta do legado de destruição. 05 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/05/samarco-retoma-atividades-em-mariana-sem-dar-conta-do-legado-de-destruicao/>>. Acesso em: 25 jan. 2026.

pelas empresas mineradoras ao Estado para o desenvolvimento e diversificação da economia local, bem como para a amenização dos efeitos da mineração em casos de esgotamento das minas e crises, este valor está diretamente relacionado à produção do minério.

Aprofundado a questão sobre o impacto da mineração, o recente estudo “Custo de Vida em Cidades Mineradoras”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) corrobora as particularidades de um município minerador. Como mostra o estudo – viabilizado pela seleção de três municípios mineradores e três municípios não-mineradores e a comparação entre eles –, o setor de Habitação e os custos de vida em geral no município de Mariana se destacam.

Considerando o grupo Habitação, **salta aos olhos o maior nível de custos relativos no município de Mariana.** De acordo com os dados, os custos com os itens do grupo Habitação são superiores em 27,3% no município em relação ao seu par não-minerador. Trata-se de uma diferença bastante considerável, especialmente pela relevância da habitação no orçamento familiar no Brasil. Esse componente, junto à alimentação, está entre os principais gastos das famílias brasileiras. (IPEAD, 2025, p. 37, grifo nosso)

Entre os municípios de Mariana e João Monlevade a diferença apurada no custo de vida foi de 9,4%. Sendo assim, é possível perceber uma diferença mais robusta no custo de vida para esse par de municípios que para o anterior. **Nesse sentido, além da maior maturidade da atividade mineradora no município de Mariana, se comparado a Conceição do Mato Dentro, também pode-se considerar dentre os motivos de tal diferença as repercussões do rompimento da Barragem de Fundão, que teve uma série de impactos sobre a economia local.** Nesse contexto, ao se considerar os quatro municípios de Minas Gerais onde foi realizada a pesquisa de preços, **pode-se dizer que, na média, os municípios mineradores pesquisados apresentam custo de vida superior ao dos não-mineradores em 7,9%** (IPEAD, 2025, p. 34, grifo nosso).

Referente à questão habitacional, destaca-se a expulsão de parcela da população para a periferia do município, com a consequente criação de ocupações em bairros como Cabanas, Santa Rita Clara e Vila Renascer. Tudo isso em razão da especulação imobiliária, que impacta não apenas a população local, mas a população estudantil da UFOP⁹.

Acrescenta-se a esse cenário, o aumento populacional é outro fator importante para a compreensão da cidade e seus desafios. Embora o último censo

⁹ A respeito desse assunto, segue o link : <<https://galile.com.br/evasao-ufop-mariana/>>. Acesso em 26 jan. de 2026.

do IBGE - 2022, tenha apontado uma população de 61.387 pessoas, este número pode estar subestimado. Conforme matéria do Jornal Galilé (2023) “População: Mariana pode estar com mais de 90 mil habitantes”, o município produz a quantidade de lixo equivalente a de uma população superior a 90 mil habitantes, o que sugere uma população flutuante de cerca de 30 mil habitantes. Essa população flutuante, como bem mencionada pela matéria, tem impacto direto na distribuição de recursos públicos e na abrangência das políticas públicas.

Em síntese, a mineração está longe de ser um fenômeno do passado. Com impactos diretos na vida de sua população, seja ela temporária (como no caso dos estudantes universitários e trabalhadores temporários da mineração), ou fixa/local (como é o caso das usuárias do programa analisado), essa expressão socioeconômica se relaciona com a elevação do custo de vida das pessoas que aqui residem e com a expulsão de parcela da população para a periferia.

No capítulo a seguir, conheceremos mais sobre a evolução do programa de garantia de renda mínima e as mudanças trazidas para as mulheres do programa analisado.

4.2. Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva para Mulheres (PRMIP)

Segundo Dutra, Jurumenha e Ruschel (2015), os programas de garantia de renda foram desenvolvidos em um momento histórico marcado pelo crescimento do desemprego, da desigualdade social e do aumento da pobreza. Como mostrado pelos autores no texto “Os programas de transferência de renda no Brasil e a institucionalização do programa bolsa família”, o objetivo desses programas reside na tentativa de melhorar o acesso das famílias às políticas públicas sem a necessidade de uma contribuição monetária prévia. Por sua vez, a família beneficiária precisa cumprir um conjunto determinado de condicionalidades para entrar e se manter no programa.

No caso específico do programa Mariana D’Elas – para além do trabalho a ser desenvolvido nas repartições públicas da Administração Pública Direta e Indireta e das condicionalidades socioeconômicas para acessar ao programa – existem as condições para manutenção das beneficiárias, presentes no art. 21 da Lei nº 3.873/2025:

- a) Frequência e participação nos cursos de capacitação promovidos pelo Município;
 - b) Matrícula e frequência regular dos filhos ou menores assistidos em unidades escolares da rede pública ou privada, no caso de aquisição de bolsa de estudos, quer seja: creches, escolas de ensino regular ou educação em tempo integral, a que for apontada no Diagnóstico da Unidade Familiar;
 - c) Inscrição no Serviço de Emprego mantido pelo Município - SINE;**
 - d) Participação em reuniões e demais ações realizadas pela Coordenadoria do Programa;
 - e) Comprovação mensal de contribuição junto a Previdência Social.
- (MARIANA, 2025, grifo nosso)

Embora as condicionalidades não tenham se alterado de forma substancial desde o ano de 2013, o programa passou por uma série de reformulações que foram consubstanciadas em lei.

LEI 2.737/2013: Em julho de 2013 foi criado o Programa de Garantia de Renda e Inclusão Produtiva da Mulher. Neste momento, o objetivo declarado era o de “[...] oferecer apoio institucional às unidades familiares **chefiadas por mulheres** em situação de vulnerabilidade territorial com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza [...]” (MARANA, 2013), sendo que às mulheres que tiveram sua **empregabilidade** limitada por motivos diversos, como maternidade e afazeres domésticos, baixa escolaridade ou falta de qualificação profissional. Entre os objetivos esperados pelo programa, estão: a promoção da inserção-provedora ao **mercado de trabalho**, a oferta de oportunidade de reintegração ao processo educacional.

No que se refere mais especificamente às ações de capacitação, a lei menciona o encaminhamento das mulheres beneficiárias a projetos de qualificação profissional e geração de renda alternativa, por meio de **cursos de capacitação/oficinas** correspondente a 4 horas diárias. A lei cita também o “caráter excepcional e temporário” de alocação das beneficiárias em postos de trabalho da Administração Pública Municipal com vistas à qualificação profissional e a integração das mulheres ao quadro de funções temporárias da administração municipal com vistas à manutenção do vínculo previdenciário e comprovação do período de trabalho – usualmente demandada pelo mercado de trabalho formal.

Em relação à contrapartida financeira, a legislação traz dois auxílios: um auxílio referente à inclusão e frequência em cursos de qualificação (corresponde a

50% do menor piso salarial do município) e o outro referente ao auxílio-alimentação (50% do menor piso salarial do município).

Quanto ao quantitativo de vagas, a lei criou 80 vagas e atribuiu ao Fundo Municipal de Assistência Social e à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), respectivamente, a responsabilidade de custear as despesas e fiscalizar o programa.

Destaca-se, neste momento, a **não necessidade de comprovação mensal de contribuição junto a Previdência Social**, sendo esta uma obrigação do município.

Figura 6 – Quadro das condições de entrada, manutenção e motivos de desligamento no PRMIP

CONDICIONALIDADES ENTRADA NO PROGRAMA	CONDICIONALIDADES MANUTENÇÃO NO PROGRAMA	MOTIVOS DE DESLIGAMENTO
ART. 6º	ART 19	ART 17º
• Inscrição do Cadastramento Único dos Programas Sociais do Governo Federal – Cad-Único • Diagnóstico da unidade familiar que aponte a situação de vulnerabilidade ○ Realizado por uma equipe multiprofissional; um assistente social, um psicólogo e um coordenador do Programa.	• Frequência e participação nos cursos de capacitação; • a matrícula e frequência regular em cursos de escolarização formal em caso indicado no estudo sócio-econômico • a matrícula e frequência regular dos filhos ou menores assistidos em unidades escolares mantidas pelo Município quer sejam, creches, escolas de ensino regular ou de educação em tempo integral, aquela que for apontada no Diagnóstico da Unidade Familiar.	• a pedido da família • por modificação socioeconômica da família • por encaminhamento da provedora ao mercado de trabalho • por desenvolvimento autônomo de atividades produtivas pelo provedor, suficientes para o sustento da unidade familiar; • por desenvolvimento autônomo de atividades produtivas pelo provedor, suficientes para o sustento da unidade familiar; • por abandono das atividades ou faltas reiteradas • por descumprimento das obrigações acessórias mencionadas nesta lei, • por decurso de prazo; • conforme avaliação da equipe multiprofissional que compõe

		a gestão Programa, na forma do artigo 18 parágrafo único; • outras razões de interesse público, fundamentadas em processo administrativo próprio.
--	--	---

Fonte: autoria própria

LEI 3.212/2018: A Lei 3.212/2018 traz uma série de modificações e detalhamentos da lei anterior. Em relação ao público-alvo, há a delimitação da idade: “Não constituem público-alvo do programa, menores de idade, mulheres acima de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou incapazes de qualquer espécie que possam ser atendidas por outros programas sociais” (MARIANA, 2018). Quanto aos locais de trabalho, a lei expande os locais de atuação das beneficiárias, incluindo entidades e organizações da sociedade civil organizada, especialmente as entidades de cunho social. Como consta na questão 14 do questionário respondido pelo setor do programa (Anexo I) naquele momento havia beneficiárias na APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), na ADEM (Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana), na Casa de Cultura de Mariana e nas associações de bairro.

Em relação à equipe multidisciplinar, esta passou a ser composta por um técnico de referência e um Coordenador.

Em relação à contribuição previdenciária, esta passa a ser de responsabilidade da própria beneficiária.

A legislação também detalha dois motivos possíveis de desligamento no programa: como o abandono **superior a 30 (trinta) dias**, faltas injustificadas superiores **a 05 (cinco dias)** consecutivos ou intercalados; fixa o prazo máximo no programa de até 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período e a frequência da avaliação socioeconômica para verificar o êxito do programa.

Art. 17. O tempo de permanência da beneficiária no Programa é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de estudo social realizado por técnico vinculado à Assistência Social.

§ 1º - Após findado o prazo máximo para permanência da beneficiária no Programa será necessário a realização de estudo social da unidade familiar

a que ela pertence, que determinará o lapso temporal de permanência no Programa por um período máximo de 6 (seis) meses.

§ 2º - A cada 12 (doze) meses a família assistida passará por avaliação socioeconômica a fim de verificar o êxito do programa e apontar medidas para sua adequação, suspensão ou continuidade (MARIANA, 2018).

Por fim, destaca-se a inscrição no Serviço de Emprego mantido pelo Município como mais uma condição para a manutenção no programa

Leis 3.249/2018 e Lei 3.408/2021 (quantitativo de vagas): aumentam o número de vagas respectivamente para 450 (quatrocentos e cinquenta) e 500 (quinhentas) vagas.

Leis 3.315/2019, 3.503/2021 e 3.503/2021 (concessão de abono natalino). Enquanto a primeira concedia o abono natalino à razão de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente às/aos beneficiárias/os dos programas sociais Inclusão Produtiva da Mulher (Lei Municipal nº 2.737/2013), Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência (Lei nº 3.277/2019) e Formação Profissional (Lei nº 2.605/2012), o segundo foi estendeu o benefício às beneficiárias do Ativa-Idade e na razão de 1/12 por mês de permanência do programa. Já a Lei nº 3.515/2021 fixa o valor do abono no valor do auxílio financeiro oferecido pelo programa para todos os beneficiários dos Programas Sociais de Mariana, independentemente do tempo no programa.

Lei nº 3.741/2023 (concessão de natal em pecúnia). Por fim, a legislação mais recente do programa é a **Lei nº 3.873/2025**, que reformula o Programa Inclusão Produtiva da Mulher, criando o programa Mariana D'Elas. Entre as várias mudanças, podemos elencar: a não necessidade de a beneficiária ser a chefe da unidade familiar; a inclusão de mulheres que se identificam como travestis e transexuais; e o critério socioeconômico de um (¼) do salário mínimo vigente. Com essas mudanças, o objetivo também muda:

Com a finalidade de dar eficácia plena ao disposto no art. 13, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, fica instituído no Município de Mariana o Programa Mariana D'Elas, **com objetivo único de oferecer apoio institucional às mulheres, bem como mulheres que se identificam como travestis e transexuais, em unidades familiares em situação de vulnerabilidade social, estipulando-se o critério socioeconômico de um quarto (1/4) do salário mínimo vigente (MARIANA, 2025, grifo nosso).**

A nova lei também altera o intervalo de idade do público-alvo, estabelecendo o limite de idade de 54 anos incompletos (art. 4º), estabelece a prioridade de inserção de mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) ou Centro de Referência da População de Rua (CENTRO POP), bem como aquelas encaminhadas por decisão judicial (art 5º, § 2º).

Em relação aos requisitos de comprovação da vulnerabilidade, o art. 6º engloba:

- I - Estar inserida no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- II - Comprovar residência permanente no Município de Mariana, há no mínimo, 03 (três) meses;
- III - Ser assistida por igual período nos serviços oferecidos pelo CRAS ou CREAS e/ou demais equipamentos de acompanhamento social do município de Mariana, salvo em casos específicos avaliados pelos técnicos do serviço;
- IV - Possuir renda per capita comprovada, dos quais serão considerados dois parâmetros, na seguinte ordem:
 - a) Considerar como renda o limite de pobreza do Cadastro Único dos Programas Sociais;
 - b) Possuir renda per capita no valor de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.
- V - Possuir em sua composição familiar gestantes, crianças ou adolescentes de 0(zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, idosos ou pessoas com deficiência (MARIANA, 2025).

Ainda no que se refere à renda, a nova legislação traz a possibilidade de inserção de famílias que ultrapassem o limite estabelecido de renda estabelecido. Neste caso, é necessária a comprovação de gastos exclusivos no valor de $\frac{1}{3}$ (um terço) ou mais do salário mínimo e a avaliação do técnico de referência.

§ 1º Caso haja na composição familiar membro que seja beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pensionista ou aposentado, e possa ser comprovado gastos exclusivamente com saúde que comprometam $\frac{1}{3}$ (um terço) do salário mínimo vigente ou mais, o técnico de referência poderá avaliar a necessidade de inserção no Programa, mesmo que não atenda ao critério de renda estabelecido no inciso IV do art. 6º (MARIANA, 2025).

Em relação aos critérios para manutenção no programa, não se observa diferenças. Entretanto, em relação aos casos de desligamento do programa, é adicionado um limite de rejeição de vaga pelas usuárias que participarem de entrevistas ou processos seletivos.

Art. 20; As beneficiárias do Programa deverão apresentar o cadastro no Serviço de Emprego mantido pelo Município.

Parágrafo único. As beneficiárias do Programa que participarem de entrevistas ou processos seletivos e rejeitarem a vaga ofertada por duas vezes, serão desligadas do Programa (MARIANA, 2025).

Esse limite de recusas evidencia a contradição entre os possíveis motivos que levam as usuárias a entrarem no programa e os desafios de se manterem em um emprego formal. Como observado na análise das entrevistas – assunto do próximo tópico –, esse limite é uma questão para algumas mulheres e é o caso de Andreia, nome fictício para uma das quatro entrevistadas:

R. Andreia: **A gente pode recusar até três oportunidades.** Na quarta, se recusar de novo, é desligada do programa. **Ou aceita, ou sai. Mas é complicado, porque muita gente tá no programa por causa dos filhos. Como é que eu vou trabalhar CLT se o principal motivo de eu estar no programa é por causa deles?** Então a gente fica naquela expectativa, quase rezando pra não ser chamada, pra não ter que recusar. **A gente fica meio pisando em ovos. Mas fazer o quê? A gente sabe que não é um programa pra vida toda. Não é pra ficar cinco, dez anos. Tem um prazo, tem que dar oportunidade pra outras mulheres também.[...]** Então é isso. O programa tem regras, mas é um programa muito bom.

Apesar de reconhecer o caráter temporário do programa e suas qualidades, o relato de Andreia expressa bem os desafios de sair do programa para um emprego formal quando a empregabilidade é afetada justamente pelos desafios de ser mãe solo.

Por fim, no anexo III encontra-se a esquematização das leis mencionadas neste subcapítulo.

4.3. Análise do PRMIP sob a ótica das usuárias

A fim de analisar a atividade e as condições laborais às quais as usuárias do Programa de Inclusão Produtiva de Mariana estão submetidas – bem como as potencialidades e os limites do programa, sob perspectiva das próprias usuárias – foram selecionadas e entrevistadas 04 (quatro) beneficiárias: duas lotadas em setores da Assistência Social (Marlene e Andreia) e duas lotadas em diferentes setores/secretarias da Prefeitura Municipal de Mariana (Isadora e Elza). Ressalta-se que todas as beneficiárias estão atualmente no programa Mariana D’Elas, com exceção de uma que está no Programa Ativa-Idade. Como previsto no TCLE (Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido), a ocultação do nome real e do local de trabalho se configuram como medidas necessárias para garantir a confidencialidade das participantes, sendo os nomes fictícios acima apresentados um meio de preservar a identidade das participantes.

Para a coleta das informações, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Segundo Minayo (2022), este instrumento articula elementos das entrevistas estruturadas e não estruturadas, que se distinguem pelo fato de serem “mais ou menos dirigidas”. Essa metodologia foi escolhida em razão de possibilitar a combinação de perguntas previamente formuladas com questões que possam surgir no decorrer das entrevistas. As perguntas não planejadas, bem como suas respostas, foram antecedidas pelas expressões **questão emergente** e destacadas em vermelho, como pode ser observado no **Anexo IV - Comparativo das Entrevistas**. Destaca-se também que as entrevistas foram realizadas de forma individual, após a leitura e assinatura do TCLE e com base nas perguntas do anexo II - Modelo Entrevistas.

A primeira pergunta **1- Qual a importância do programa para você e o que lhe permitiu/permite fazer?** foi realizada com objetivo de entender o significado do programa e suas potencialidades/possibilidades para cada uma delas.

R. Isadora: A importância do programa para mim é que **eu consigo trabalhar**, né? E ter **conhecimento por meio de alguns cursos**. **Eu aprendo muito**. É muito importante, né, porque é a **sustentabilidade da minha família**. Isso me ajuda muito, como é meio horário, **eu consigo trabalhar e fazer as minhas coisas**. Se eu estivesse em outro lugar, eu não conseguiria fazer isso por causa do horário

R. Elza: Bom, a importância do programa para mim no momento é porque eu tenho uma filha pequena, certo? E isso me ajuda porque ela tem uma questão a mais. **Ela tem uma necessidade a mais e com esse trabalho eu consigo trabalhar, ter algum ganho e cuidar da saúde da minha filha**.

R. Andreia: Pra mim é de **extrema importância esse programa**, sabe? Porque a gente, nós mães solo, a gente sempre pensa em priorizar os filhos. Então, assim, **esse programa permite muito a gente acompanhar o crescimento, o desenvolvimento, essa fase tão importante da primeira infância**, sabe? E a gente vai trabalhar, no meu caso, por exemplo, em setores que são diferentes, né? No meu caso, como recepcionista no [...] **eu consigo sair junto com as meninas, deixar na escola, na creche, subir, voltar pro trabalho, fazer meu horário certinho, depois pegar elas, voltar pra casa, colocar pra dormir o soninho da tarde, ir a uma consulta se tiver, sabe, algum momento de lazer**. [...]

R. Marlene: Para mim foi numa época que eu **estava com muita depressão**. Então, assim, para mim foi um... como posso dizer? **Para mim foi uma experiência, né? Porque eu cheguei lá pra ficar um ano, dois anos, e tô lá até hoje. O programa foi me ajudando bastante**, que eu fui conhecendo pessoas diferentes e, como diz, **me fez crescer como ser humano também**, né? Porque a gente convive com todo tipo de pessoas, né?

Como pode ser constatado, a possibilidade de conciliação do trabalho com o cuidado com os filhos é uma grande questão para 3 das 4 mulheres entrevistadas (Isadora, Elza e Andreia). Isso fica evidente na fala de Isadora que diz conseguir a **sustentabilidade** da família; na fala de Elza que diz conseguir cuidar da filha pequena e ainda ter a possibilidade de ter um ganho; e na fala de Andreia que expressa, em diversos momentos, a preocupação com os filhos e a possibilidade de acompanhar o crescimento e desenvolvimento de suas crianças estando no programa.

Por ser um programa de meio horário, essas mulheres conseguem obter uma renda e ainda ter tempo para cuidarem dos filhos, algo que seria difícil caso ocupassem um posto de trabalho em horário integral.

R. Isadora: Isso me ajuda muito, como é meio horário, eu consigo trabalhar e fazer as minhas coisas. Se eu estivesse em outro lugar, eu não conseguiria fazer isso por causa do horário”).

Já em relação à resposta de Marlene, o programa se apresentou como oportunidade de conhecer novas pessoas e crescer pessoalmente num momento em que estava com depressão e com dificuldades de se estabelecer num emprego de tempo integral, mostrando como o significado do programa para cada uma das beneficiárias pode ser diferente: enquanto para muitas, o programa se configura como um meio de conseguir renda conciliando trabalho e tarefas domésticas/do cuidado, para outras, esta conciliação não é a questão principal.

Apesar dessas diferenças, a análise dos relatos evidencia a maior facilidade que o programa apresenta a essas mulheres em comparação a um emprego formal, sendo o meio-período um grande atrativo para as beneficiárias do programa.

A questão 2 - **Qual foi seu principal objetivo ao entrar no programa? Bolsa, capacitação, oportunidade de voltar aos estudos?** teve como finalidade entender o principal motivo das beneficiárias entrarem no programa e se este era cumprido.

R. Isadora: Foi a **questão financeira**.

R. Elza: Primeiro foi **cuidar da minha filha, mas depois** que eu fui ver o que era exatamente o programa, **eu pensei em capacitação também. Seria e teria sido muito bom se tivesse acontecido.** [...]

R. Andreia: Essa questão de **conciliação com a família foi o principal motivo**. É poder a gente estar junto com os filhos da gente. Então, esse programa ajuda muito nisso, sabe? [...] Porque, durante o período do trabalho, **se tiver alguma atividade do programa na parte da tarde, eles liberam a gente na parte da manhã, sabe? Aí eles cedem pra gente uma declaração de comparecimento e a gente não ganha falta**. Então, assim, é muito importante, sabe? [...]

R. Marlene: Foi mesmo pra eu sair desse **estado de depressão**. Eu tava nele, **eu não conseguia trabalhar 8 horas**. Então, pra mim, meio período foi bom naquela época, **porque eu tava muito deprimida e não conseguia ficar num serviço de carteira assinada**. Então, lá eu podia, como diz, trabalhar meio período, trabalhar a parte da tarde e ficar em casa a parte da manhã. Sim. Aí, pra mim, foi uma experiência boa, assim.

Em relação aos principais motivos que levaram as participantes a entrar no programa, estão a questão financeira (Isadora), a oportunidade de cuidar dos filhos (Elza e Andreia) e a possibilidade de conseguir uma renda num momento de estado de depressão (Marlene). Neste último caso (o de Marlene), é importante reforçar o papel do programa, destacando a contrapartida financeira oferecida às mulheres pelo trabalho de meio horário. Como não conseguia se manter num emprego integral de carteira assinada em razão do estado depressivo, o programa se configurou como um meio objetivo de angariar renda, mesmo que tenha tido outros efeitos na vida da beneficiária, como a oportunidade de crescimento pessoal citada pela mesma na análise da questão 1.

No que se refere à questão da capacitação, é importante destacar que esta não foi mencionada, no primeiro momento, como a principal razão principal da entrada dessas mulheres no programa. No entanto, é importante destacar a frase de Elza que afirma não ter ocorrido a capacitação.

A pergunta **3- Já realizou algum curso de capacitação e profissionalização pelo PRMIP? Se sim, em quais áreas? As áreas de capacitação eram/são do seu interesse?** teve como objetivo verificar os tipos de capacitação oferecidos.

R. Isadora: **Antigamente a gente podia escolher se queria ir ou não, mas hoje a gente é obrigada a fazer. Eu fiz um curso de cabeleireiro**. E fui fazer a prova do Encceja. É fornecida pela prefeitura para formar

R. Elza: Nada ainda. **Nada ainda. Bem que eu gostaria bastante.**

R. Andreia: Então, eles capacitam sim antes da gente entrar nos setores, né. Quando a gente assina o contrato lá, a gente começa a trabalhar, mas depois eles chamam a gente pra uma capacitação. **É uma coisa bem rápida, não é um curso de longos meses ou anos, não. É algo simples mesmo, pra gente desempenhar bem a função que vai exercer no setor, né? [...]** Além disso, eu tô participando de uma formação, que é o tempo **mais longo de capacitação que eu já participei, uma semana inteira.** A gente vai fazer um mapeamento dos quilombolas, como eu já tinha comentado, e tá tendo todo um cuidado de como chegar, como abordar, estudando uma forma mais simples de conversar, adaptando termos que são mais complicados.[...]

R. Marlene: Não, eu **nunca participei de curso nenhum, nunca me ofereceram também.** Sei que tem esses cursos porque as minhas colegas fazem, mas eu mesmo, **nunca me ofereceram, nem nunca falaram nada a respeito.**

Em relação às respostas obtidas, observa-se que para algumas mulheres (Isadora e Andreia), a capacitação é realizada. Nas palavras de Andreia, a capacitação ofertada é de curta duração e visa o bom desempenho na função exercida no setor. Já Isadora menciona a realização de curso de salão e a preparação/inscrição no Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos). Já as outras participantes (Elza e Marlene) negam a participação em cursos de capacitação. Quando questionadas sobre o tempo de permanência no programa, as entrevistadas declararam tempos distintos, variando entre cerca de um ano e sete anos. Observa-se com a análise das respostas uma falta de padrão: metade afirma ter recebido capacitação e a outra nega.

Em relação à questão 4- **No setor em que é alocada, há meios e instrumentos de trabalho necessários à execução das tarefas? No caso de trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Gerais, por exemplo, há luvas de borracha para a realização da limpeza?** e 5 - **Há a disponibilização de uniforme pelo setor ou o programa? Se sim, de quantos?** objetivou-se analisar se os instrumentos e meios de trabalho eram adequadamente disponibilizados às usuárias ou se estão tinham despendido recursos para realizar as tarefas que lhe eram designadas.

R. Isabela: **Sim, tinha todos os materiais. Prefeitura sempre forneceu.** Antes, deu uma blusa. Uma blusa e uma bota. Mas agora não está dando, não. Deu duas blusas. **Dois blusas.**

R. Elza: Sim, **no momento eu tô no administrativo lá tem um aparato bom, eh, o equipamento bom, tudo condiz.**

Teve no começo duas blusas que com o tempo elas ficaram encardidas e não deu mais para usar. É, era um tecidinho ruim que fica fedendo. **Aí não disponibilizaram mais. Até disseram que depois que mudou o programa para Mariana D'Elas ia ter, mas até agora nada.**

R. Andreia: **Não, tem tudo lá.** Só vou com a minha mão de obra, simpatia, educação, com pacote tudo junto, então tem que reclamar não.

Agora está no programa Mariana D'Elas, mas no programa anterior deram duas camisas [...]Geralmente é só camiseta com o emblema do programa Mariana Delas, e não dão duas de uma vez, né? Num período eles dão uma, depois passa um tempo e chamam a gente pra pegar outra. Então é só uma camiseta mesmo. **Não sei se agora vai ser diferente, até então só pediram o tamanho das camisetas.**

R. Marlene: Às vezes tem que fazer uma vaquinha para o café, mas o resto tá tudo OK.

Sim, mas eu não tenho porque eu nunca peguei. [...] Tem as botas, mas como eu trabalho em recepção, eu quase não preciso, né? **Aí eu já deixo lá livre para outras pessoas.** Para quem trabalha com a limpeza, trabalha na chuva, por exemplo, que varre as varredoiras de rua. Uhum. Então elas precisam ficar com a bota, né? **Então, a gente tem aí, o programa disponibiliza.**

Em relação a esse tópico, as usuárias foram unânimes ao afirmar que os instrumentos de trabalho estão disponíveis nos setores em que estão localizadas, sendo requerida “apenas” a mão de obra (Andreia). Já em relação ao uniforme, o que há é a disponibilização de duas camisas pelo programa e de EPI's (botas, por exemplo) em casos específicos, como das trabalhadoras do serviço de limpeza urbana do município de Mariana.

Já a questão 6 - **Já sofreu alguma situação de assédio de trabalho, como, por exemplo, aviso sobre limite de atestados ou solicitação de ida ao setor mesmo nos casos de falta justificada?**, foi realizada com vistas a identificar possíveis casos de assédio laboral cometidos contra as beneficiárias do programa social analisado, bem como de condutas abusivas, como a recusa de recebimento de atestados médicos.

R. Isadora: **Não, o atestado é válido.** Eles não aceitam que você trabalhe de atestado. E eu nunca tive problema com isso, não. **Uma vez eu tive, assim, por falta de conhecimento da pessoa do setor. Mas não foi com a coordenação. A coordenação nunca impôs limite de atestado. E no setor em que eu trabalhei, quem estava lá não queria aceitar muito atestado.** Mas a coordenação nunca rejeitou, não. Sempre falou que atestado é atestado, que o atestado é válido. Questão emergente: a pessoa falava abertamente que não ia aceitar o atestado? Ela ficava pegando o pé, né? Falando que... igual o dia que eu levei atestado do meu menino, ele machucou a cara. E eu até saí de lá por causa disso, porque ela veio com falta de educação. E falou comigo assim: “até que enfim apareceu”. Mas é

uma senhora de idade. E ela não tem muita... não é muito capacitada, né, pra atender a gente. Foi muito grossa, sabe? Aí eu fui, desci na coordenação e conversei com o pessoal. O pessoal me transferiu, me colocou em outro lugar.

R. Elza: **Nos meus dois setores que eu tive anteriormente, não, mas nessa semana aconteceu uma coisa assim.** Eu estive de atestado segunda, terça e quarta porque ela estava doente. [...] Aí fiquei segunda, terça e quarta e voltei hoje. Aí quando eu cheguei que entreguei [...] **“Ah, agora você arranhou uma turista, minha filha, mal entrou, já está com atestado”.** Eu só olhei assim, pois é, né? Eu tenho uma vida também. Mas também não dei muita ideia, mas isso, em outro momento, não tinha acontecido de maneira nenhuma. E essa aqui, assim, na hora eu fiquei, caramba, ela falou assim, tipo, eu não sei se ela falou sério, se foi uma brincadeira, mas foi uma coisa que não é da conta dela.

R. Andreia: **Não, graças a Deus não.** Graças a Deus não. Tranquilo

R. Marlene: **Não, eu ia por minha livre e espontânea vontade. Quando a pessoa que trabalhava na parte da tarde faltava, eu cumpria o horário dela, [...] porque a recepção não podia ficar sozinha. [...] Aí depois ela me dava uma folga. [...].** Agora, atestado de ser recusado, nunca, nunca teve atestado. Até hoje entreguei um atestado. [...]. Questão emergente: Já aconteceu alguma situação desagradável no ambiente de trabalho? **Eh, já aconteceu alguma outra situação. Aconteceu bullying numa certa recepção que eu trabalhei. Tinha uma funcionária que ficava fazendo bullying, falando que, se fosse o prefeito, dispensaria esse povo de 4 horas porque só faz atrapalhar e não faz nada.** Assim que ela me dizia. Ela me fez chegar ao meu limite. Então, antes que acontecesse uma agressão, eu tive que sair. Aí fui lá e me encaminharam de novo, no setor em que estou até hoje. Questão emergente: E, quando você relatou essa situação para o pessoal do programa, eles providenciaram imediatamente? Como é que foi? Imediatamente, ela já mandou e-mail pra coordenadora. E avisando ela porque eu estava sofrendo bullying. E ela ficou até... aí ela me chamou e falou que ela poderia até perder o cargo dela por conta disso. [...]

Com exceção de Andreia, todas as outras participantes (Isadora, Elza e Marlene) vivenciaram situações indevidas/constrangedoras no ambiente de trabalho. Em relação aos atestados, por exemplo, Isadora menciona a resistência da ex-coordenadora do setor em aceitar atestados. Apesar de a Coordenação do Programa não estabelecer um limite para a entrega do documento – prática, inclusive, ilegal – e a beneficiária estar ciente disso, observa-se uma pressão do setor demandante pela assiduidade da trabalhadora que, por estar inserida em um programa social como o Programa Inclusão Produtiva/Mariana D’Elas não pode ser desligada por usufruir de um direito que é dela: o de se ausentar do serviço nos casos de necessidade de acompanhamento de seus filhos, entre outros casos previstos. Situação semelhante ocorreu com a beneficiária Elza que precisou se afastar alguns dias do serviço em razão da saúde de sua filha e foi chamada de “turista” no ambiente de trabalho, o que evidencia uma tensão entre a concretização dos

direitos das beneficiárias do programa social analisado/beneficiária e a postura dos coordenadores dos setores em que estão alocadas como trabalhadoras.

Já Marlene diz ter sofrido bullying em um setor, no qual uma funcionária do dizia abertamente que “esse povo de 4 horas [...] só faz atrapalhar e não faz nada”. Apesar dessa situação, destaca-se o papel da coordenação do programa em providenciar a transferência imediata da beneficiária após o relato.

Por fim, vale destacar as particularidades de cada setor e da relação deste com as usuárias, de modo a não cair numa generalização e esquecer as particularidades da vida de cada uma das beneficiárias, que podem estar mais ou menos suscetíveis a casos de assédio e cobrança indevidas. É o caso de Andreia, por exemplo, que relata ter uma boa relação com a coordenação do setor de lotação.

A fim de verificar a possibilidade de sobrecarga de trabalho, bem como possíveis desvios de função foi realizada a pergunta **7 - As atividades a serem executadas são informadas no local de trabalho ou avisadas com antecedência pelo programa? O contrato de trabalho cita as atividades a serem desenvolvidas? Em caso positivo, já foi solicitada a realizar atividades fora do contrato?**

R. Isadora: É no setor, mas eu já sei. **É a mesma coisa de sempre então, mas é o setor que avisa o que fazer.** [...] Questão emergente: já foi solicitada a exercer atividades administrativas, como, por exemplo, de recepção? Teve um setor em que fui solicitada a ficar na recepção.

R. Elza: Não, não tem esse documento. **O que eles avisam pra gente é: você vai para o administrativo ou você vai para os serviços gerais,** e lá no setor eles vão dizer o que você vai exercer. [...] O programa só diz qual o ramo que você vai ficar, se é administrativo ou serviços gerais. [...]

R. Andreia: **É avisado sim, sabe? A gente assina um contrato e avisam a gente para qual setor a gente vai. Aí a gente chega no setor e, lá na administração, quando chega mesmo, a coordenadora ou o coordenador passa pra gente a função que vai desempenhar, entendeu?** [...]

R. Marlene: **Não, porque lá eles perguntam se é área administrativa ou serviços gerais.** Quando eu entrei, foi para serviços gerais, porque eu não sabia muito bem o que eu queria, né? Aí, depois que eu fiquei lá, vi que era bom trabalhar na recepção e tô lá até hoje. [...] quando eu trabalhei na policlínica, **às vezes eu tinha que ficar até duas horas a mais. Foi na época da pandemia. Por exemplo, meu horário era de uma às cinco, mas eu ficava até às sete, porque tinha que esperar outras pessoas chegarem pra ficar na recepção** [...].

Segundo os relatos, as atividades a serem desenvolvidas são informadas apenas no setor de lotação. O que a coordenação do programa faz é avisar às usuárias se a atuação será em serviços gerais ou administrativos. Em relação à realização de atividades extras, em um primeiro momento, Isadora negou. Entretanto, após ser questionada sobre a realização de tarefas administrativas, afirmou já ter ficado na recepção. Já Andreia disse ter realizado sim, mas por livre e espontânea vontade, não como uma imposição:

R: Andreia: **Mas nunca foi alguém chegar e falar “deixa isso aí e faz isso aqui pra mim”, não. Eu já fiz sim, mas por livre e espontânea vontade, por iniciativa minha mesmo. Não foi ninguém desviando função, não. Foi iniciativa minha.**

Por fim, Marlene disse ter passado por situações passadas em que chegou a ficar até duas horas a mais na policlínica na época da pandemia. Embora a realização de horas extras tenha sido pontual, destaca-se que não foram compensadas.

Questão emergente: Essas horas eram compensadas? Não, não eram compensadas não. **A gente fazia porque, né, pra trabalhar tem que cumprir ordens, e a gente obedecia.** Mas foi assim, foi umas duas vezes que eu fiquei, não foi direto. [...]

Quando questionada sobre a disponibilização de EPI's na pandemia, a entrevistada afirmou que o setor de locação disponibiliza os materiais necessários.

Questão emergente: E nessa fase vocês receberam algum material, máscara, álcool em gel? Tinha tudo. Máscara, gel, tinha que limpar tudo, todo dia.

Já a pergunta **8 - Os atestados médicos são aceitos ou já houve algum questionamento?** demonstrou, como relatado abaixo, que os atestados são aceitos. Analisando em conjunto com a questão 6, constata-se ainda que os atestados são aceitos pela coordenação do programa, mesmo que possa haver algum incômodo/resistência por parte da coordenação do setor de lotação (Isadora e Elza).

R. Elza: Foi aceito, mas teve a situação da piada, né

R. Andreia: Não, são aceitos, pelo menos no meu setor. É de boa, sem problema nenhum.

R. Marlene: Nunca foram questionados, sabe? [...] acho que foram dois que eu dei até hoje.

Tendo o intuito de analisar a percepção das mulheres sobre a capacidade de capacitação do programa, foi realizada a pergunta **9 - O programa cita diversas vezes o objetivo de capacitação das participantes do PRMIP. Em sua opinião, o programa consegue, de fato, capacitar?**

R. Isadora: Ah, eu acho que não. Deveria ter mais cursos. **Os cursos são poucos. A gente mais trabalha do que é capacitado em cursos.** Só tem o Encceja, salão, padaria. E quando tá funcionando. O salão eu não tô vendo, tá vazio. O corte e costura só tem as máquinas. **Tem os lugares, mas falta equipamento, falta muita coisa pra capacitar.** Mas eles oferecem a prova (Encceja). [...].

R. Elza: Não, não tá conseguindo. **Não consegue.** Eles fazem muita propaganda de que vai, de que vai, de que vai. **Perguntam quais os cursos que as pessoas têm interesse, mas até o presente momento não.**

R. Andreia: Então, eles **passam pra gente tudo o que tem que passar mesmo, né? E a gente vai absorvendo. Cabe a gente executar aquilo que foi passado.** Eles confiam que a gente vai exercer bem a nossa função. Mas eu já vi muitos colegas de trabalho que fazem meio que de qualquer jeito, sabe? Arrastando, não levam a sério. É tipo “tô ganhando mesmo, então não vou caprichar”. Eu já vi muito isso. **Mas capacitam sim, dá pra aprender, principalmente na questão de comportamento. Só que tem gente que não leva a sério, e aí já é uma questão individual, porque a parte deles eles fazem, eles passam tudo direitinho.**

R. Marlene: **Eu, até hoje, não vi ninguém que tenha sido capacitado trabalhando em outra área, não.** Por exemplo, a menina que está fazendo um curso de cabeleireiro no salão escola... como se no programa tivesse isso, você acaba trabalhando de professora no salão escola. **Fora isso, eu vejo também que dão mais preferência pras pessoas mais novas, né,** as que estão há menos tempo no programa, porque as mais velhas, coitadas, ficam lá, e vão só empurrando de um canto pro outro. Questão emergente: Como assim, preferência? Eu não vejo pessoas com 50 anos ou mais nessas capacitações. Mas essa capacitação, eu acho que é mais pra essas mulheres mais novas, que têm filhos, né, eu acho que é mais pra elas.

Em relação a esse tópico, 3 das 4 participantes afirmaram que a capacitação ofertada não é suficiente. Isadora menciona a questão da falta de equipamentos e as poucas opções de curso, dizendo que as beneficiárias trabalham mais do que são capacitadas. Elza diz que o programa não consegue capacitar e Marlene diz que até o momento não conhece alguém que tenha sido capacitado em outra área de

atuação e menciona a possível preferência do programa em capacitar pessoas mais novas. Tendo em vista que a beneficiária foi transferida para o Programa Ativa Idade em razão da idade, foi perguntada se na época de inserção no programa de Renda Mínima realizou algum curso, ao que respondeu que não. Andreia, por sua vez, diz que o programa faz a parte dele, cabendo às beneficiárias a execução. Ainda em relação à capacitação, Andreia destaca a capacitação na área comportamental.

R. Andreia: **Eles falam sobre não deixar roupa íntima aparecer, cuidado com decote, esse tipo de coisa, pra passar mais seriedade no que você tá fazendo.** Não ficar desleixada, não ficar dando gargalhada alta, não ficar fazendo comentários indevidos. No meu caso, que trabalho no [...], por exemplo, não comentar fora o que a gente vê nos atendimentos, porque isso pode chegar num lugar que não deveria, numa secretaria, numa ouvidoria, sabe? E isso também é muito individual, porque eles confiam na nossa integridade, no nosso respeito. Tudo isso entra. [...] Então **a gente tem que saber lidar com isso, respeitar o espaço das pessoas. Tudo isso é passado na capacitação. Cabe à gente colocar em prática. É isso.**

Já a pergunta **10 - O programa faz alguma orientação em caso de assédios de trabalho? Canal de denúncia, por exemplo?** foi realizada com objetivo de identificar algum canal no qual as usuárias poderia denunciar possíveis situações de assédio e de violação de direitos.

R. Isadora: O caso é... **a gente passa por uma capacitação. Explica lá os nossos direitos. Mais sobre nós do que as pessoas, os chefes do setor. Mas mais como a gente tem que se comportar, mais sobre nós.** Sobre assédio, fala sobre a casa da gente, sobre violência doméstica, entendeu? **Mais sobre a gente, na casa da gente. [...]**

R. Elza: **Bom, eles fizeram uma palestra, certo? Que tudo que acontecer pode ser levado para o programa, né? No caso, lá, [...], as meninas que ficam na secretaria. Mas dizer assim: “Ah, tem um canal”... Às vezes a gente manda uma mensagem para lá, eles visualizam, respondem um mês depois, e quando respondem.** Você liga, você morre de ligar, eles não atendem. Então, assim, é uma coisa que eles disponibilizam que não funciona. Essa é a verdade. Agora, uma coisa: no instante que eles precisam, no instante eles ligam, eles mandam mensagem, mas para responder uma coisa que a gente tem dúvida, jamais.

R. Andreia: **Então, a nossa coordenadora é bem aberta. Se acontecer alguma coisa, a gente pode passar pra ela, a gente reporta tudo, e aí ela toma as providências. Ela chega no responsável, repassa o caso e, se for algo mais grave, o funcionário pode ser chamado atenção, levar advertência ou até ser desligado.** Mas tudo a gente passa pra ela, sabe? Se acontecer alguma coisa, a gente reporta. Tudo isso é repassado pra gente, esse cuidado de não faltar, de justificar, porque o programa também tem regras, sabe? Por exemplo, a gente tem que estar em dia com o INSS. [...]

R. Marlene: **Nunca fui informada sobre isso, não. Só quando eu estive lá na diretoria do programa é que foi passado pra mim que qualquer coisa era pra procurar eles. [...] Todo mundo que chega lá, eles agora orientam sobre isso. Então, agora não querem que tenha discriminação no serviço.**

Referente a esse assunto, as beneficiárias não citam um meio de comunicação oficial em casos de denúncia, o que há é uma orientação para que qualquer assunto seja levado ao programa (Elza) e a boa comunicação com determinados coordenadores dos setores de lotação (caso de Andreia). Destaca-se também a mudança de postura do programa que, na percepção de Marlene, passou a orientar as beneficiárias em possíveis casos de assédio, e a percepção de Isadora que o programa foca mais no comportamento das usuárias e nos possíveis casos de violência intrafamiliar do que casos de assédio que podem ocorrer no ambiente laboral.

Em relação à questão **11 - Já sofreu algum acidente no setor de trabalho em decorrência da falta de instrumentos e condições de trabalho adequadas? Se sim, o caso foi relatado ao programa?**, as beneficiárias responderam de forma unânime que não sofreram nenhum acidente de trabalho. Além disso, é importante destacar a experiência de Elza que conseguiu fazer o tratamento de sua doença estando no programa – mesmo com a apresentação de “muito” atestado – e ser transferida para o setor administrativo.

R. Isabela: **Eu não, nunca sofri.**

R. Elza: **Não, não. Teve no primeiro setor em que eu trabalhei que, devido ao trabalho, como eu trabalhava em serviços gerais, eu entregava muito atestado.** Porque eu descobri que eu tenho uma bursite na perna, uma doença de velho, mas que, graças a Deus, sempre que eu precisei faltar, que eu precisei ir ao médico, eles me ampararam super bem. Eu não tenho o que dizer, entende? **Aí, desde então, eu comecei, fiz um tratamento e tudo. E foi devido eu ter saído e ido exercer outra função que eu não senti mais nada.** Questão emergente: O programa teve conhecimento dessa situação? Se sim, ajudou na transferência do setor de serviços gerais para o setor administrativo? Foi isso. Eu relatei lá [...]. Aí depois, quando mudou, eles me colocaram no administrativo. Não sei se eles analisaram a situação e viram que eu realmente estava com atestados recorrentes pelo mesmo motivo e decidiram mudar. Aí foi isso.

R. Andreia: Não.

R. Marlene: Não, acidente nenhum. Nunca.

Por último, a questão **12 - Qual a sua visão sobre o programa, considerando os pontos positivos e os pontos a melhorar?** buscou compreender o programa como um todo para cada uma das mulheres atendidas.

R. Isabela: **O ponto positivo é que eu consigo o meu sustento.** Nós também estamos amparadas pelo CRAS, que nos dá direito a uma cesta básica de três em três meses. **E sobre o curso, ou as palestras, nós adquirimos conhecimento. Pelo horário, eu consigo trabalhar e cuidar dos meus filhos dentro de casa.** Porque eu trabalho, cuido dos meus filhos e consigo fazer as minhas coisas dentro de casa. Se eu estivesse trabalhando em outro local, eu não conseguiria fazer. **E o que tem que melhorar, eu acho que deveria melhorar os cursos, colocar mais cursos. Mais cursos e alguns setores de serviço. Porque tem alguns setores, como eu já expliquei a minha situação. A gente deveria ser acompanhada, sabe? A gente mesmo ter nossa voz. Muitas vezes a gente fala, e muitas vezes elas acham que o erro está na gente. Até ir outra pessoa ou não parar ninguém no setor, e eles veem que o erro não está na gente. [...]** O curso... dar um curso melhor, capacitar mais, porque os cursos são muito poucos. [...] E tem hora também que é a falta de oportunidade de curso para capacitação de informática. **A gente está ali aprendendo, na informática, mas quando você entrar no mercado de trabalho, igual eu trabalho na prefeitura, não necessariamente eu vou só limpar. Eu posso pegar, posso ficar na recepção. Posso trabalhar de outra forma, porque muitas trabalham mexendo no computador. Eu não mexi porque não tenho estudo e não aprendi. Ter mais curso de computador, de informática, para a gente aprender. É só isso. No mais, é tudo tranquilo.**

R. Elza: **Bom, na ideia ele é maravilhoso, a ideia dele é muito boa, porque possibilita quem tem filhos, quem quer fazer um curso à tarde, de diversas situações. Você consegue trabalhar, ter seu ganho e fazer outra coisa. Mas, na prática, é um pouco difícil, porque eles não oferecem a capacitação que você esperava, não está sendo posto em prática.** Eu acho que isso poderia melhorar: eles realmente fazerem a capacitação. É só pôr em prática o objetivo, não é nem criar algo a mais, porque isso já está na lei. Já está na lei. **Assim, a questão do ganho, meio salário, é justo. Você trabalha meio expediente, é justo. De segunda a sexta, nos feriados você fica em casa, está tudo direitinho. Eu não tenho o que reclamar disso, não [...].** Eles realmente colocarem em prática o que eles vendem, concluir o que eles querem, o objetivo que, como eles disseram, é capacitar para inserir vocês no mercado de trabalho, num emprego de 8 horas, num emprego melhor, e tal, que não acontece.

R. Andreia: **Eu não tenho do que me queixar, sinceramente.** A gente não tem férias, né, muitas mulheres até acham que devia ter um pouquinho de férias pra gente, mas a gente trabalha quatro horas por dia e ganha relativamente bem pra isso, pro período que a gente fica no programa. **Pra mim é ótimo, porque só o fato de eu estar com as minhas filhas já não tem o que questionar, não tem mesmo.** Então eu dou graças a Deus. Não tem férias? Tá ótimo, é compreensível. [...] **Muitas mães não veem os filhos crescerem, deixam na creche com quatro, seis meses, e eu sempre tive muito medo disso. Hoje a menor tá com quatro anos e a maior com seis, e eu acompanhei todo o processo. Pra mim isso é maravilhoso, isso não tem preço.**

R. Marlene: **Eu acho que o programa é uma boa iniciativa, mas deveria ter mais fiscalização, porque eu acho que muita gente tá no programa e não precisa. A gente vê que a pessoa tá lá, mas não precisa. E também tem essa parte de melhorar. Eu acho que o salário tinha que ser**

compatível pra todas, porque quem tá na atividade recebe menos do que o pessoal da Mariana D'Elas. **Agora, eu acho que isso é uma injustiça, porque a gente vai envelhecendo, tem mais gastos e recebe menos.** [...]

Como se observa nos relatos e sob a perspectiva das entrevistadas, o programa tem tantos pontos positivos quanto a melhorar. Em relação aos positivos, destacam-se o sustento da família, o conhecimento adquirido com alguns cursos/palestras (Isadora), a possibilidade de ficar com os filhos e acompanhar o desenvolvimento deles (Andreia) e a oportunidade de conciliar o trabalho com outras tarefas (Elza). Já em relação aos pontos a melhorar, são citadas a oferta de cursos de capacitação e a necessidade de maior escuta às beneficiárias (Isadora) de modo que não fiquem limitadas às tarefas de Serviços Gerais nem sejam prejudicadas com possíveis transferências entre os setores/secretarias do Município; a oferta de capacitação que possibilite, de fato, a inserção no mercado de trabalho (Elza) e a maior fiscalização de quem entra no programa (Marlene). Ademais, é importante considerar a possível equiparação entre o valor pago às beneficiárias do Programa Mariana D'Elas e o Programa Ativa Idade. Embora não seja o foco deste trabalho, como bem afirma Marlene, com o envelhecimento da população há uma tendência de aumento dos gastos (com medicamentos, por exemplo), o que não justifica a diminuição da contrapartida financeira, ainda mais se levado em conta que o trabalho permanece o mesmo.

4.4. Programa PRMIP - Análise do questionário

Com objetivo de identificar possíveis ferramentas de fiscalização do programa, bem como os tipos de atividade desenvolvidas pelas usuárias, foi enviado um questionário à Coordenação do Programa Mariana D'Elas, cujas perguntas se encontram nos anexos I e V.

Referente à fiscalização (questão 1), a coordenação informou sobre a existência de um grupo de *WhatsApp* como meio de comunicação entre os coordenadores dos setores e à coordenação do programa. Já as beneficiárias conseguem entrar em contato pelo contato do telefone corporativo e pela ida à sede do programa que fica aberto das 8:00 às 17:00.

No que se refere ao campo de maior inserção das usuárias (questão 2), o programa cita os serviços gerais no SASU (Secretaria Adjunta de Serviços Urbanos) do município. Embora o número de beneficiárias possa chegar a 500 (quinhentos), o programa conta, atualmente, com 300 beneficiárias, distribuídas em mais de 150 locais. Cabe destacar que não foi possível averiguar o número de beneficiários por campo de atuação (questão 3). Embora não se tenha a porcentagem, é possível inferir que a maior parte das beneficiárias estão no campo de serviços gerais.

Referente aos critérios de encaminhamentos das usuárias (questão 4), os encaminhamentos são realizados de acordo com a demanda dos setores de lotação e a disponibilização de beneficiárias para encaminhamentos.

Quanto à existência de um canal para recebimento de reclamações/denúncias de situações indevidas no ambiente de trabalho (questão 5), o programa não possui um canal, podendo ser utilizada a Ouvidoria do município. Ainda referente às denúncias, o programa afirma que as principais denúncias são relacionadas ao não enquadramento de perfil de algumas usuárias e ao não desenvolvimento das atividades como o esperado (5). Percebe-se nessa resposta como o foco está mais nas denúncias realizadas em desfavor das usuárias do que as realizadas em seu favor. Essa visão corrobora com as falas de algumas entrevistadas como a da Isadora e Elza na análise da questão 10 do roteiro da entrevista, referente à orientação do programa em casos de assédio e a existência de canais de denúncia.

R. Isadora: O caso é... a gente passa por uma capacitação. Explica lá os nossos direitos. Mais sobre nós do que as pessoas, os chefes do setor. Mas mais como a gente tem que se comportar, mais sobre nós.

R. Elza: Bom, eles fizeram uma palestra, certo? [...] Mas dizer assim: “Ah, tem um canal”... Às vezes a gente manda uma mensagem para lá, eles visualizam, respondem um mês depois, e quando respondem.

Quanto aos direitos (questão 6), o programa diz que são informados no curso de capacitação inicial e em relação à disponibilização de instrumento de trabalho – como confirmado na análise das entrevistas –, estes são disponibilizados pelo setor de lotação.

Referente à capacitação e a interface com o mercado de trabalho (questões 8 e 9) a coordenação do programa informou não ter uma estimativa das mulheres que conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Além disso, foi informado que o único curso de capacitação disponibilizado é o Salão Escola e que os interesses

das usuárias são levados em consideração, “tanto que temos uma listagem com vários cursos nos quais elas gostariam de participar”.

Referente à porcentagem de mulheres que tiveram o contrato renovado (questão 10) e à informação quanto à permanência das mulheres nos setores durante a pandemia do Covid-19 (questão 11), não foi possível obter informações do programa. Entretanto, o caso de Marlene, indica que as beneficiárias continuam trabalhando normalmente.

Quanto à oportunidade de reintegração ao processo educacional (questão 12) o programa menciona a inscrição para o Encceja ou prova do CESEC mediante o interesse das beneficiárias.

Referente à transição de mulheres do programa Mariana D’Elas para o Ativa-Idade (questão 13). a coordenação afirma que, ao completar a idade de 55 anos, a beneficiária do programa é desligada do programa e realizado um novo cadastro e uma nova avaliação socioeconômica. Caso tenha o perfil, a beneficiária é incluída no programa Ativa Idade. Já a contrapartida financeira das beneficiárias do Ativa Idade são menores do que as beneficiárias do Mariana D’Elas, uma vez que a legislação do primeiro programa não prevê o auxílio-alimentação (Lei nº 3.144/2017) Tendo em vista que o valor do auxílio é 50% do valor pago aos servidores municipais, há diferença entre o valor pago por ambos programas é de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Por fim, destaca-se a presença das beneficiárias em setores para além da administração pública, como na APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), ADEM (Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana), Casa de Cultura e associações de bairro.

5.0 Considerações Finais

Como informado no início deste trabalho, o objetivo geral da pesquisa foi analisar e refletir sobre os tipos de atividade e as condições laborais às quais as usuárias do Programa de Inclusão Produtiva de Mariana estão submetidas, bem como a pertinência as possibilidades de concretização dos objetivos do programa, a partir da perspectiva das próprias usuárias e dos meios de fiscalização existentes. Partindo das hipóteses de que **1 - O PRMIP Mariana/Mariana D'Elas, assim como quaisquer outros programas socioassistenciais, não possui o potencial para combater as causas da pobreza; 2 - as atividades desenvolvidas podem se configurar como trabalho precarizado, não estando as beneficiárias imunes ao assédio e 3 - grande parte das usuárias executam atividades relacionadas ao campo de serviços gerais;** foi realizada uma pesquisa com base nos dados obtidos das entrevistas com as beneficiárias e do questionário respondido pela gestão do programa.

Tendo como método o materialismo histórico dialético de Marx, buscou-se, no decorrer da pesquisa, analisar o programa sob uma perspectiva totalizante, levando em consideração as particularidades do território do Município de Mariana, mas também o seu contexto no Brasil – país de capitalismo dependente, com suas particularidades e formações sociais próprias – e no mundo.

Como visto no texto, a formação social brasileira – marcada pela exploração dos povos originários e dos negros escravizados – se reflete ainda nos dias atuais, sendo a maior parte do público atendido pelo programa formado por mulheres negras. Já a inserção do país na periferia do capitalismo, faz com que o desemprego e os processos de precarização sejam diretamente afetados pelas crises econômicas cada vez mais intensas, sendo as ofensivas neoliberais, com o consequente corte nos orçamentos das Políticas Públicas, uma realidade presente. Tal fato pode ser evidenciado na recente tentativa frustrada de limitar a contrapartida financeira das beneficiárias sob o discurso de evitar a dependência de programas sociais e incentivar a inserção no mercado de trabalho.

A mineração é outra parte fundamental na compreensão deste município, tendo forte influência sobre este território e o aumento do custo de vida da população residente, impactando de forma significativa a população flutuante e fixa, como é o caso das beneficiárias do Mariana D'Elas.

Neste contexto, o programa Mariana D'Elas se configura como um meio importantíssimo de apoio institucional e financeiro às mulheres e suas famílias, de modo que estas consigam conciliar o trabalho do cuidado/materno com o trabalho de meio exercido nos setores da Administração Pública e de algumas instituições do terceiro setor.

Destaca-se também as transformações do programa desde sua criação, em 2013, até a sua reformulação no programa Mariana D'Ela (2025). Entre elas, destacam-se a concessão de abono natalino e a concessão de cesta de natal em pecúnia para além do auxílio financeiro e auxílio-alimentação mensais, benefícios importantes para as beneficiárias que, por não estarem em um trabalho formal, não fazem jus a direitos trabalhistas, como férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros.

Para além da questão financeira, o tempo é outro aspecto fundamental a ser considerado. Por ser meio-horário, as mulheres entrevistadas conseguiram ter tempo, tempo para cuidar da saúde (Elza), de acompanhar o desenvolvimento dos filhos (Andreia, Isadora e Elza) e de conciliar com as outras esferas da vida – que, como bem destacou Andreia, não tem preço.

Entretanto, tendo como foco o trabalho exercido e o assunto capacitação, confirmou-se a tese de que a maior parte das beneficiárias exercem atividades de serviços gerais, sendo os cursos de capacitação muito restritos (Salão Escola) e não oferecidos/realizados por todas as usuárias, o que compromete de forma significativa o objetivo de capacitar às mulheres para o mercado de trabalho.

Já em relação às relações de trabalho, constatou-se a vivência de situações constrangedoras/indevidas por grande parte das entrevistadas (Isadora, Elza e Marlene). Apesar de estarem em um programa social, há a condicionalidade do trabalho. Em razão disso, pode haver tensões entre a coordenação do setor de trabalho e a concretização dos direitos da beneficiária, como o de se ausentar em casos de doença dos filhos, em caso de reuniões escolares, entre outros casos, uma vez que mesmo não sendo o “empregador” das beneficiárias, o setor aloca essas mulheres para execução de um conjunto de tarefas que demandam frequência e assiduidade.

Em relação às ferramentas de fiscalização, destaca-se a ausência de um canal oficial para recebimento de denúncias/reclamações realizadas pelas

beneficiárias, o que evidencia uma maior necessidade de comunicação entre o programa e as beneficiárias, de modo que estas sintam e tenham, de fato, mais voz.

Em suma, o Programa Mariana D'Elas cumpre com a função de oferecer apoio institucional às mulheres e suas famílias, mas não consegue – como é esperado de todo e qualquer programa social – combater as causas da pobreza. No que se refere ao seu objetivo de capacitar e encaminhar para o mercado de trabalho, observa-se uma dificuldade do programa em fazê-lo por uma série de questões, como falta de equipamentos, cursos diversos e orçamento. Além disso, o fato de a maioria das mulheres estarem executando atividades de serviços gerais é outro ponto fundamental para entender o tipo de trabalho demandado pelas usuárias e o processo de precarização do trabalho. Por fim, é importante destacar que as mulheres do programa Mariana D'Elas, para além de beneficiárias da Assistência Social, são também trabalhadoras – não estando imunes a situações de assédio, o que demanda uma maior fiscalização do Poder Público.

Referências Bibliográficas

Agência de Notícias IBGE. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.**

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência de Notícias IBGE. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.**

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência de Notícias IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência de Notícias IBGE. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência GOV EBC. **Governo prepara proposta para valorizar trabalho de cuidadores.** Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-prepara-proposta-para-valorizar-trabalho-de-cuidadores>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência GOV EBC. **Governo prepara proposta para valorizar trabalho de cuidadores.** Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-prepara-proposta-para-valorizar-trabalho-de-cuidadores>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência Primaz. **Juliano desiste de projeto que defendeu e mantém Mariana Delas.** 30 jun. 2025. Disponível em:

<https://www.agenciaprimaz.com.br/2025/06/30/juliano-desiste-de-projeto-que-defendeu-e-mantem-mariana-delas/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Agência Primaz. **Juliano desiste de projeto que defendeu e mantém Mariana Delas.** 30 jun. 2025. Disponível em:

<https://www.agenciaprimaz.com.br/2025/06/30/juliano-desiste-de-projeto-que-defendeu-e-mantem-mariana-delas/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Inclusão e trabalho. CBAS, 2025. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1874/1831>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

CARNEIRO, Rejane do Carmo João. **Trabalho e política de assistência social no capitalismo dependente: as mulheres atendidas no Programa Renda Mínima e Inclusão Produtiva em Mariana, Minas Gerais.** 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/762d56e1-bc1b-4aec-baac-fa1e327ec249/content>. Acesso em: 5 jan. 2026.

CLACSO. **Desigualdades e inclusão social.** Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/08antu.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 5 jan. 2026.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica nº 273/2023: Arcabouço Fiscal – Análise do PLP 93/2023.** São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec273Arcabouco.html>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Dieese. **Mulheres 2025: boletim especial.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025/index.html?page=1>. Acesso em: 5 jan. 2026.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Galile. **Evasão na UFOP em Mariana.** Disponível em: <https://galile.com.br/evasao-ufop-mariana/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Galile. **População de Mariana: 90 mil habitantes.** Disponível em: <https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. **Mariana (MG).** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/mariana.html>. Acesso em: 5 jan. 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologias científicas.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIANA. **Lei n. 2.737, de 10 de Julho de 2013. Dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher.** Portal da Câmara

Municipal de Mariana, Mariana, MG, p.1-6. Disponível em: http://camarademariana.mg.gov.br/uploads/camara_mariana_2014/camara/legislacao/201307-19-96bad94d78.pdf. Acesso em: 12 jul. 2016.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. Rio de Janeiro: UNIRIO, s.d. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena-marques/formacao-social-do-brasil/Dialetica-Radical-do-Brasil-Negro.pdf/view>. Acesso em: 5 jan. 2026.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. V.I Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MEDEIROS, Priscilla Brandão de. **Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres**. Libertas, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 205-227, jun. 2023. DOI: 10.34019/1980-8518.2023.v23.40576. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2023.v23.40576>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180793/Eixo_3_094.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 jan. 2026.

PEREZ, Davi Machado; RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **As determinações do imperialismo sobre a produção e as relações de trabalho na particularidade brasileira**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XXVII, n. 60, p. 133-156, set./dez. 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/67591/67591.PDF>. Acesso em: 10/12/2025

Poder360. **Relatório: Custo de vida nas cidades mineradoras. AMIG – Ipead – UFMG, 2025**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/09/Relatorio-Custo-de-Vida-nas-Cidades-Mineradoras-AMIG-Ipead-UFMG.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

Prefeitura de Mariana. **Dados demográficos**. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/dados-demograficos>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ROCHA, Keytiane Mardem Bandeira. **Mulheres Negras Trabalhadoras e o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher em Mariana/MG**. 2019. 54 f. (Monografia – Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2315>. Acesso em: 14 mar. 2025.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **Crise de 1929**. Fundação Getúlio Vargas.

Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf>. Acesso em 10/12/2025.

RUFINO, Priscila de Moraes. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6170/1/A%20pobreza%20no%20contexto%20da%20sociabilidade%20capitalista.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SOUZA, Juciara Gomes de Matos; SOUZA, Anna Beatriz Valentim de. **Mulheres e mercado de trabalho: uma análise sobre a precarização do trabalho feminino**. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, n. 1, 2019.

TEIXEIRA, Marisa da Conceição. **Programa de garantia de renda mínima e inclusão produtiva da mulher do município de Mariana: emancipação econômica da mulher ou reprodução da divisão sexual do trabalho?** 2016. 60 f. (Monografia – Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/599>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Território Press. **Prefeito Juliano Duarte esclarece: não há corte de benefícios para mulheres do programa Mariana Della S**. Disponível em: <https://www.territoriopress.com.br/noticia/3725/prefeito-juliano-duarte-esclarece-nao-ha-corte-de-beneficios-para-mulheres-do-programa-mariana-della-s>. Acesso em: 5 jan. 2026.

VAREJANO, Igor. **População: Mariana pode estar com mais de 90 mil habitantes**. Jornal Galilé, Ouro Preto, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Anexos

Anexo I – Questionário

1. O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana possui alguma ferramenta/instrumento de fiscalização do trabalho e das condições laborais às quais as usuárias estão submetidas? Em caso positivo, quais são esses instrumentos e como são operacionalizados?
2. Em qual campo e para quais atividades há maior demanda para as usuárias do PRMIP Mariana?
3. Qual a proporção entre o número de participantes e os campos de atuação?
4. Quais fatores são levados em consideração para o encaminhamento das usuárias a um determinado setor?
5. O programa possui algum canal para recebimento de reclamações/denúncias de assédio de trabalho? Se sim, quais canais são estes e quais os tipos principais de reclamações/denúncias?
6. As usuárias são orientadas quanto aos seus direitos? Quais são eles e como ocorre a orientação?
7. São disponibilizados instrumentos, ferramentas de trabalho e uniformes às usuárias?
8. Existe alguma ferramenta de avaliação do programa quanto ao alcance dos objetivos do programa? Exemplo: 50% (cinquenta por cento) das participantes do programa conseguiram emprego. Se sim e considerando o exemplo relatado, é possível identificar o tipo de emprego obtido?
9. Em relação aos cursos de capacitação: com que frequência são ministrados, quais os critérios de participação e do que se tratam? Existe alguma relação entre os cursos realizados e o campo de trabalho para o qual as usuárias são encaminhadas? Os interesses das usuárias são levados em consideração quanto ao tipo de curso disponibilizado?
10. Existe algum dado que mostra a porcentagem de mulheres que tiveram seu contrato renovado? Se sim, qual foi a proporção entre os anos de 2019 a

junho de 2025?

11. Durante a pandemia do Covid-19, as usuárias do programa continuaram trabalhando? Em caso positivo, receberam orientações e instrumentos (máscara e álcool em gel, por exemplo) para tentar minimizar as chances de contágio?
12. Referente à oferta de oportunidade de reintegração ao processo educacional: como é operacionalizada?
13. Como ocorre a transição de mulheres do PRMIP da Mulher ao Ativa Idade? O valor da bolsa é o mesmo?
14. Além dos setores da Administração Pública Direta e Indireta, atualmente há alguma usuária do programa em alguma entidade do terceiro setor? Se sim, que entidades são estas?
15. Referente ao recolhimento junto ao INSS: como ocorre o preenchimento e o pagamento da guia?

Anexo II – Entrevista

1. Qual a importância do programa para você e o que lhe permitiu/permite fazer?
2. Qual foi seu principal objetivo ao entrar no programa? Bolsa, capacitação, oportunidade de voltar aos estudos?
3. Já realizou algum curso de capacitação/profissionalização pelo PRMIP? Se sim, em quais áreas? As áreas de capacitação eram/são do seu interesse?
4. No setor em que é alocada, há meios e instrumentos de trabalho necessários à execução das tarefas? No caso de trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Gerais, por exemplo, há luvas de borracha para a realização da limpeza?
5. Há a disponibilização de uniforme pelo setor ou o programa? Se sim, de quantos?

6. Já sofreu alguma situação de assédio de trabalho, como, por exemplo, aviso sobre limite de atestados ou solicitação de ida ao setor mesmo nos casos de falta justificada?
7. As atividades a serem executadas são informadas no local de trabalho ou avisadas com antecedência pelo programa? O contrato de trabalho cita as atividades a serem desenvolvidas? Em caso positivo, já foi solicitada a realizar atividades fora do contrato?
8. Os atestados médicos são aceitos pelos responsáveis pelo seu acompanhamento ou são questionados?
9. O programa cita diversas vezes o objetivo de capacitação das participantes do PRMIP. Em sua opinião, o programa consegue, de fato, capacitar?
10. O programa faz alguma orientação em caso de assédios de trabalho? Canal de denúncia, por exemplo.
11. Já sofreu algum acidente no setor de trabalho em decorrência da falta de instrumentos e condições de trabalho adequadas? Se sim, o caso foi relatado ao programa?
12. Qual a sua visão sobre o programa, considerando os pontos positivos e pontos a melhorar?

Anexo III – Esquema das Legislações

LEGISLAÇÃO	DISPOSIÇÃO	OBSERVAÇÕES
LEI 2.737/2013	Dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no município de Mariana	Art 1º. [...] objetivo único de oferecer apoio institucional às unidades familiares chefiadas por mulheres, em situação de vulnerabilidade social, com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável. Art. 4º. O Programa que trata o artigo anterior congrega um conjunto de ações que tem por objetivo, entre outros resultados esperados: • propiciar qualificação, capacitação e readequação profissional [...] • oferecer oportunidade de reintegração ao processo educacional, como meio de promoção e desenvolvimento humano; Art. 5º. O Programa atenderá mulheres provedoras previamente selecionadas de acordo com diagnóstico da unidade familiar, que serão encaminhadas para projetos de qualificação profissional e geração de renda alternativa, de acordo com suas habilidades, através de cursos de capacitação, oficinas, palestras e ações afins, com carga horária correspondente a 4 horas diárias, definido como aprendizado em atividade, nos locais indicados pela coordenadoria do programa. Parágrafo Único – O Município poderá, em caráter excepcional e temporário, alocar as beneficiárias do programa em frentes de trabalho temporárias, com a finalidade de promover a qualificação profissional em

		atividade, observadas as disposições do artigo 9º. Art. 9º. A mulher provedora selecionada para o programa integrará o quadro de funções públicas temporárias da administração municipal, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, com propósito de preservar o vínculo funcional, manutenção de benefícios previdenciários e delimitação de período de experiência para fins de empregabilidade no mercado formal. Art. 10. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio alimentação a cada uma das unidades familiares inseridas no programa, até o limite de 24 (vinte e quatro) cotas mensais, calculado à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor ofertado aos servidores municipais de nível I.
LEI 3.212/2018	Dá nova redação a Lei nº 2.737, de 10 de julho de 2013 e dá outras providências	Art. 2º - Parágrafo Único – Não constituem público-alvo do programa, menores de idade, mulheres acima de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou incapazes de qualquer espécie que possam ser atendidas por outros programas sociais. Art 6º - § 1º - O Município poderá, em caráter excepcional e temporário, alocar as beneficiárias do programa nos diversos setores da administração pública direta ou indireta, além da sociedade civil organizada, em especial as entidades e associações de cunho social, com a finalidade de promover à qualificação profissional em atividade, observada as disposições do art. 9º desta Lei.

		Art. 9º. Para atender esta Lei e por se tratar de programa social, a beneficiária receberá bolsa em contrapartida da execução de suas atividades, ficando a mesma para sua manutenção no referido programa, obrigada mensalmente a realizar sua respectiva Contribuição Previdenciária junto ao INSS. Art. 14. As mulheres provedoras incluídas no Programa e que reúnam condições para disputar vagas no mercado formal de trabalho, de acordo com suas aptidões ou habilidades, serão cadastradas no Serviço de Emprego mantido pelo Município. Art. 23. Ficam criadas 380 (trezentas e oitenta) vagas em função pública de Agente de Serviços, destinadas a acolher as provedoras de unidade familiar alcançadas pelo programa ora criado.
LEI 3.249/2018	Dá nova redação aos artigos 1º, 10 e 23 da Lei Municipal nº 2.737, de 10 de julho de 2013, e dá outras providências.	Art. 23 Ficam criadas 450 (quatrocentas e cinquenta) vagas em função pública, destinadas a acolher as provedoras de unidade familiar alcançadas pelo programa ora criado.
LEI 3.408/2021	Altera a Lei Municipal nº 2.737, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana e dá outras providências	23. Ficam criadas 500 (quinhentas) vagas em função pública, destinadas a acolher as provedoras de unidade familiar alcançadas pelo programa ora criado.
LEI 3.503/2021	Autoriza a concessão de abono natalino aos beneficiários dos programas sociais do município de Mariana.	Art 1º: Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, anualmente, abono natalino aos beneficiários dos seguintes Programas Sociais mantidos pelo Município:

		I - Inclusão Produtiva da Mulher; II - Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência; III - Ativa-Idade; IV - PROJOVEM. Art. 2º. O abono de que trata esta lei corresponderá ao valor equivalente ao auxílio financeiro oferecido pelo programa, proporcional ao tempo de vinculação no exercício financeiro, à razão de 1/12 por mês de permanência, a ser pago no mês de dezembro de cada ano.
LEI 3.515/2021	Dá nova redação ao art. 2º da Lei Municipal 3.503/2021 que instituiu abono natalino aos beneficiários dos Programas Sociais do Município de Mariana.	Art. 2º O abono de que trata esta lei corresponderá ao valor equivalente ao auxílio financeiro oferecido pelo programa, a ser pago no mês de dezembro de cada ano ao beneficiário que estiver inserido no referido programa no mês de dezembro.
LEI 3.741/2023	Altera o art. 1º da Lei nº 3.482, de 19 de outubro de 2021 a fim de autorizar a concessão da cesta de natal em pecúnia	§ 3º. O benefício de que trata esta lei alcança os beneficiários dos Programas de Inclusão Produtiva da Mulher, Programa de Inclusão para pessoas com deficiência física, Ativa-Idade e PROJOVEM, mantidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.
LEI 3.873/2025	Cria o Programa Mariana D'Elas	Art 2º: [...] com objetivo único de oferecer apoio institucional às mulheres, bem como mulheres que se identificam como travestis e transexuais, em unidades familiares em situação de vulnerabilidade social, estipulando-se o critério socioeconômico de um quarto (1/4) do salário mínimo vigente.

		Art 5º - p.2º: § 2º Os casos de mulheres vítimas de violência encaminhados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS ou Centro de Referência da População de Rua - CENTRO POP, bem como aquelas encaminhadas por meio de ordem judicial, serão atendidos prioritariamente, podendo haver exceção nos requisitos para inserção no Programa, dispostos no decorrer desta lei. Art. 20. As beneficiárias do Programa deverão apresentar o cadastro no Serviço de Emprego mantido pelo Município. Parágrafo único. As beneficiárias do Programa que participarem de entrevistas ou processos seletivos e rejeitarem a vaga ofertada por duas vezes, serão desligadas do Programa. Art. Ficam criadas 500 (quinhentas) vagas, destinadas a acolher as provedoras de unidade familiar alcançadas pelo programa ora criado.
--	--	--

Fonte: autoria própria

Anexo IV - Comparativo das Entrevistas

QUESTÕES	Isadora	Elza	Andreia	Marlene
1- Qual a importância do programa para você e o que lhe permitiu/permite fazer?	A importância do programa para mim é que eu consigo trabalhar, né? E ter conhecimento por meio de alguns cursos. Eu aprendo muito. É muito importante, né, porque é a sustentabilidade da minha família. Isso me ajuda muito, como é meio horário, eu consigo trabalhar e fazer as minhas coisas. Se eu estivesse em outro lugar, eu não conseguiria fazer isso por causa do horário.	Bom, a importância do programa para mim no momento é porque eu tenho uma filha pequena, certo? E isso me ajuda porque ela tem uma questão a mais. Ela tem uma necessidade a mais e com esse trabalho eu consigo trabalhar, ter algum ganho e cuidar da saúde da minha filha.	Pra mim é de extrema importância esse programa, sabe? Porque a gente, nós mães solo, a gente sempre pensa em priorizar os filhos. Então, assim, esse programa permite muito a gente acompanhar o crescimento, o desenvolvimento, essa fase tão importante da primeira infância, sabe? E a gente vai trabalhar, no meu caso, por exemplo, em setores que são diferentes, né? No meu caso, como recepcionista no [...] eu consigo sair junto com as meninas, deixar na escola, na creche, subir, voltar pro trabalho, fazer meu horário certinho, depois pegar elas, voltar pra casa, colocar pra dormir o soninho da tarde, ir a uma consulta se tiver, sabe, algum momento de lazer. Então é de suma importância, sabe? Porque a gente pensa muito na questão dos filhos, naquela preocupação de com quem eu vou deixar, com quem eu vou contar hoje pra buscar na escola, pra levar numa consulta,	Para mim foi numa época que eu estava com muita depressão. Então, assim, para mim foi um... como posso dizer? Para mim foi uma experiência, né? Porque eu cheguei lá pra ficar um ano, dois anos, e tô lá até hoje. O programa foi me ajudando bastante, que eu fui conhecendo pessoas diferentes e, como diz, me fez crescer como ser humano também, né? Porque a gente convive com todo tipo de pessoas, né?

			sabe? E aquela preocupação de ter que faltar no trabalho. Então, pra mim, é excelente. Não tenho do que reclamar, não.	
2 - Qual foi seu principal objetivo ao entrar no programa? Bolsa, capacitação, oportunidade de voltar aos estudos?	Foi a questão financeira.	Primeiro foi cuidar da minha filha, mas depois que eu fui ver o que era exatamente o programa, eu pensei em capacitação também. Seria e teria sido muito bom se tivesse acontecido. Questão emergente: E você sabe o motivo de não ter ocorrido a capacitação? Porque tem o que é dito, que é para fazer e tem o que é feito. E no meio do caminho foi desviado o que era para se fazer. Não, eles fizeram várias perguntas, várias várias vezes, eh, o que a gente gosta de fazer de curso, isso, mas até o momento nada. Questão emergente: você está no programa há quanto tempo? [...]	Essa questão de conciliação com a família foi o principal motivo, É poder a gente estar junto com os filhos da gente. Então, esse programa ajuda muito nisso, sabe? De estar junto dos filhos, de dar um espaço pra gente participar de algum projeto enquanto as crianças estão na escola ou na creche. Porque, durante o período do trabalho, se tiver alguma atividade do programa na parte da tarde, eles liberam a gente na parte da manhã, sabe? Aí eles cedem pra gente uma declaração de comparecimento e a gente não ganha falta. Então, assim, é muito importante, sabe? O principal motivo é a gente estar pertinho dos nossos filhos, acompanhando o desenvolvimento deles, participando de todas as atividades da primeira infância.	Foi mesmo pra eu sair desse estado de depressão. Eu tava nele, eu não conseguia trabalhar 8 horas. Então, pra mim, meio período foi bom naquela época, porque eu tava muito deprimida e não conseguia ficar num serviço de carteira assinada. Então, lá eu podia, como diz, trabalhar meio período, trabalhar a parte da tarde e ficar em casa a parte da manhã. Sim. Aí, pra mim, foi uma experiência boa, assim.

3- Já realizou algum curso de capacitação e profissionalização pelo PRMIP? Se sim, em quais áreas?As áreas de capacitação eram/são do seu interesse?	Antigamente a gente podia escolher se queria ir ou não, mas hoje a gente é obrigada a fazer. Eu fiz um curso de cabeleireiro. E fui fazer a prova do Encceja. É fornecida pela prefeitura para formar	Nada ainda. Nada ainda. Bem que eu gostaria bastante.	Então, eles capacitam sim antes da gente entrar nos setores, né. Quando a gente assina o contrato lá, a gente começa a trabalhar, mas depois eles chamam a gente pra uma capacitação. É uma coisa bem rápida, não é um curso de longos meses ou anos, não. É algo simples mesmo, pra gente desempenhar bem a função que vai exercer no setor, né? Eu gosto muito dessa área, eu gosto de conversar, de recepcionar as pessoas, atender telefone, fazer agendamento, tratar bem as pessoas, isso é comigo mesmo, não tenho como negar. [...] Acabei de tomar posse. Além disso, eu tô participando de uma formação, que é o tempo mais longo de capacitação que eu já participei, uma semana inteira. A gente vai fazer um mapeamento dos quilombolas, como eu já tinha comentado, e tá tendo todo um cuidado de como chegar, como abordar, estudando uma forma mais simples de conversar, adaptando termos que são mais complicados. Eu tô gostando muito, porque a gente aprende coisas que foram colocadas na nossa cabeça há muito tempo e	Não, eu nunca participei de curso nenhum, nunca me ofereceram também. Sei que tem esses cursos porque as minhas colegas fazem, mas eu mesmo, nunca me ofereceram, nem nunca falaram nada a respeito. Questão Emergente: Você está no programa há quanto tempo? Desde [...]
--	--	--	--	--

			que a gente vai vendo que não é bem assim. Então, pra mim, tá sendo muito gratificante, vai ser um aprendizado enorme e mais um, como é que fala, um itenzinho no currículo.	
4- No setor em que é alocada, há meios e instrumentos de trabalho necessários à execução das tarefas? No caso de trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Gerais, por exemplo, há luvas de borracha para a realização da limpeza?	Sim, tinha todos os materiais. Prefeitura sempre forneceu.	Sim, no momento eu tô no administrativo lá tem um aparato bom, eh, o equipamento bom, tudo condiz.	Não, tem tudo lá. Só vou com a minha mão de obra, simpatia, educação, com pacote tudo junto, então tem que reclamar não.	Às vezes tem que fazer uma vaquinha para o café, mas o resto tá tudo OK.
5 - Há a disponibilização de uniforme pelo setor ou o programa? Se sim, de quantos?	Antes, deu uma blusa. Uma blusa e uma bota. Mas agora não está dando, não. Deu duas blusas. Duas blusas.	Teve no começo duas blusas que com o tempo elas ficaram encardidas e não deu mais para usar. É, era um tecidinho ruim que fica fedendo. Aí não não disponibilizaram mais. Até disseram que depois que mudou o programa para Mariana D'Elas ia ter, mas até agora nada.	Agora está no programa Mariana D'Elas, mas no programa anterior deram duas camisas. E assim, eu creio que nesse programa também vai ter, porque eles já recolheram as nossas medidas, mas a gente ainda não recebeu. Geralmente é só camiseta com o emblema do programa Mariana Delas, e não dão duas de uma vez, né? Num período eles dão uma, depois passa um tempo e chamam a gente pra pegar outra. Então é só uma camiseta mesmo. Não sei se agora vai ser diferente,	Sim, mas eu não tenho porque eu nunca peguei. [...] Tem as botas, mas como eu trabalho em recepção, eu quase não preciso, né? Aí eu já deixo lá livre para outras pessoas. Para quem trabalha com a limpeza, trabalha na chuva, por exemplo, que varre as varredeiras de rua. Uhum. Então elas precisam ficar com a bota, né? Então, a gente tem aí, o programa disponibiliza.

			até então só pediram o tamanho das camisetas.	
6 - Já sofreu alguma situação de assédio de trabalho, como, por exemplo, aviso sobre limite de atestados ou solicitação de ida ao setor mesmo nos casos de falta justificada?	Não, o atestado é válido. Eles não aceitam que você trabalhe de atestado. E eu nunca tive problema com isso, não. Uma vez eu tive, assim, por falta de conhecimento da pessoa do setor. Mas não foi com a coordenação. A coordenação nunca impôs limite de atestado. E no setor em que eu trabalhei, quem estava lá não queria aceitar muito atestado. Mas a coordenação nunca rejeitou, não. Sempre falou que atestado é atestado, que o atestado é válido. Questão emergente: a pessoa falava abertamente que não ia aceitar o atestado? Ela ficava pegando o pé, né? Falando que... igual o dia que eu levei atestado do meu menino, ele machucou a cara. E eu até saí de lá por causa disso, porque ela veio com falta de educação. E falou comigo assim: “até que enfim apareceu”. Mas é uma senhora de idade. E ela não tem muita... não é muito capacitada, né, pra atender a	Nos meus dois setores que eu tive anteriormente, não, mas nessa semana aconteceu uma coisa assim. Eu estive de atestado segunda, terça e quarta porque ela estava doente. Eu e meu marido revezamos. Semana passada ele ficou com ela, mas ele trabalha à noite, né? Aí ele trabalhou a noite toda e ficava com ela de manhã e eu ia trabalhar, e essa semana eu tive que ficar porque, assim, para ele ficou muito puxado. Aí revezamos, uma semana ele ficou, essa eu fiquei. Aí fiquei segunda, terça e quarta e voltei hoje. Aí quando eu cheguei que entreguei [...] “Ah, agora você arranhou uma turista, minha filha, mal entrou, já está com atestado”. Eu só olhei assim, pois é, né? Eu tenho uma vida também. Mas também não dei muita ideia, mas isso, em outro momento, não tinha acontecido de maneira	Não, graças a Deus não. Graças a Deus não. Tranquilo.	Não, eu ia por minha livre e espontânea vontade. Quando a pessoa que trabalhava na parte da tarde faltava, eu cumpria o horário dela, [...] porque a recepção não podia ficar sozinha. [...] Aí depois ela me dava uma folga. [...]. Agora, atestado de ser recusado, nunca, nunca teve atestado. Até hoje entreguei um atestado. [...]. Questão Emergente: Já aconteceu alguma situação desagradável no ambiente de trabalho? Eh, já aconteceu alguma outra situação. Aconteceu bullying numa certa recepção que eu trabalhei. Tinha uma funcionária que ficava fazendo bullying, falando que, se fosse o prefeito, dispensaria esse povo de 4 horas porque só faz atrapalhar e não faz nada. Assim que ela me dizia. Ela me fez chegar ao meu limite. Então, antes que acontecesse uma agressão, eu tive que sair. Aí fui lá e me encaminharam de novo, no

	gente. Foi muito grossa, sabe? Aí eu fui, desci na coordenação e conversei com o pessoal. O pessoal me transferiu, me colocou em outro lugar.	nenhuma. E essa aqui, assim, na hora eu fiquei, caramba, ela falou assim, tipo, eu não sei se ela falou sério, se foi uma brincadeira, mas foi uma coisa que não é da conta dela. Questão emergente: Foi sua supervisora que falou isso? Não, não foi, mas minha supervisora concordou.		setor em que estou até hoje. Questão Emergente: E, quando você relatou essa situação para o pessoal do programa, eles providenciaram imediatamente? Como é que foi? Imediatamente, ela já mandou e-mail pra coordenadora. E avisando ela porque eu estava sofrendo bullying. E ela ficou até... aí ela me chamou e falou que ela poderia até perder o cargo dela por conta disso. [...]
7 - As atividades a serem executadas são informadas no local de trabalho ou avisadas com antecedência pelo programa? O contrato de trabalho cita as atividades a serem desenvolvidas? Em caso positivo, já foi solicitada a realizar atividades fora do contrato?	É no setor, mas eu já sei. É a mesma coisa de sempre então, mas é o setor que avisa o que fazer. Questão emergente: já foi solicitada a exercer atividades administrativas, como, por exemplo, de recepção? Teve um setor em que fui solicitada a ficar na recepção.	Não, não tem esse documento. O que eles avisam pra gente é: você vai para o administrativo ou você vai para os serviços gerais, e lá no setor eles vão dizer o que você vai exercer. Então, assim, no meu caso, as supervisões de cada lugar que eu entrei que designaram: “Ah, você vai fazer isso, isso e isso”. O programa só diz qual o ramo que você vai ficar, se é administrativo ou serviços gerais. Questão emergente:	É avisado sim, sabe? A gente assina um contrato e avisam a gente para qual setor a gente vai. Aí a gente chega no setor e, lá na administração, quando chega mesmo, a coordenadora ou o coordenador passa pra gente a função que vai desempenhar, entendeu? Onde tá precisando ali na área administrativa. Como estava precisando de recepcionista, eu fiquei na recepção. Questão Emergente: Em algum momento você teve que executar alguma atividade que não estava relacionada com o	Não, porque lá eles perguntam se é área administrativa ou serviços gerais. Quando eu entrei, foi pra serviços gerais, porque eu não sabia muito bem o que eu queria, né? Aí, depois que eu fiquei lá, vi que era bom trabalhar na recepção e tô lá até hoje. [...] quando eu trabalhei na policlínica, às vezes eu tinha que ficar até duas horas a mais. Foi na época da pandemia. Por exemplo, meu horário era de uma às cinco, mas eu ficava

		você escolhe o tipo de ramo (administrativo ou serviços gerais)? Às vezes a gente consegue escolher. No meu caso, eu entrei e pedi para ficar no administrativo, mas eu passei um ano no meu primeiro setor, nos serviços gerais. Aí, quando eu mudei — que foi até quando teve a mudança do Inclusão para o Mariana Delas — eu fui para o administrativo. Desde então, estou no administrativo. Questão Emergente: você pode ir para a opção que você escolheu, mas não necessariamente. Não necessariamente. Eles mandam, dão prioridade para quem está precisando nos setores.	que foi acordado inicialmente? Não, que tenham me pedido, não. Mas eu aprendi uma coisa na vida, que é ter iniciativa. Isso não faz mal a ninguém. Então, assim, se eu vejo que tá precisando fazer alguma coisa e a pessoa responsável não tá ali, e eu tenho capacidade pra fazer, eu faço com prazer, entendeu? Mas nunca foi alguém chegar e falar “deixa isso aí e faz isso aqui pra mim”, não. Eu já fiz sim, mas por livre e espontânea vontade, por iniciativa minha mesmo. Não foi ninguém desviando função, não. Foi iniciativa minha.	até às sete, porque tinha que esperar outras pessoas chegarem pra ficar na recepção [...]. Na pior fase da pandemia. Questão Emergente: E nessa fase vocês receberam algum material, máscara, álcool em gel? Tinha tudo. Máscara, gel, tinha que limpar tudo, todo dia. Questão Emergente:Essas horas eram compensadas? Não, não eram compensadas não. A gente fazia porque, né, pra trabalhar tem que cumprir ordens, e a gente obedecia. Mas foi assim, foi umas duas vezes que eu fiquei, não foi direto. [...]
8 - Os atestados médicos são aceitos ou já houve algum questionamento?	Já foi respondida.	Foi aceito, mas teve a situação da piada, né	Não, são aceitos, pelo menos no meu setor. É de boa, sem problema nenhum.	Nunca foram questionados, sabe? [...] acho que foram dois que eu dei até hoje.
9 - O programa cita diversas vezes o objetivo de capacitação das participantes do PRMIP. Em	Ah, eu acho que não. Deveria ter mais cursos. Os cursos são poucos. A gente mais trabalha	Não, não tá conseguindo. Não consegue. Eles fazem muita propaganda de que vai,	Então, eles passam pra gente tudo o que tem que passar mesmo, né? E a	Eu, até hoje, não vi ninguém que tenha sido capacitado trabalhando em outra área,

sua opinião, o programa consegue, de fato, capacitar?	do que é capacitado em cursos. Só tem o Encceja, salão, padaria. E quando tá funcionando. O salão eu não tô vendo, tá vazio. O corte e costura só tem as máquinas. Tem os lugares, mas falta equipamento, falta muita coisa pra capacitar. Mas eles oferecem a prova. Questão emergente: o Programa oferece preparação para a prova? As aulas de preparação foram muito poucas. Duas vezes na semana e tava praticamente quase no dia da prova. Foi uma coisa que foi muito... como é que eu posso falar? Foi muito sem pensar. Não teve preparação, não teve muita preparação. Foi tudo em cima da hora.	de que vai, de que vai. Perguntam quais os cursos que as pessoas têm interesse, mas até o presente momento não. Questão emergente: e eles dão prazo para a realização da capacitação? Não, não dão prazo.	gente vai absorvendo. Cabe a gente executar aquilo que foi passado. Eles confiam que a gente vai exercer bem a nossa função. Mas eu já vi muitos colegas de trabalho que fazem meio que de qualquer jeito, sabe? Arrastando, não levam a sério. É tipo “tô ganhando mesmo, então não vou caprichar”. Eu já vi muito isso. Mas capacitam sim, dá pra aprender, principalmente na questão de comportamento. Só que tem gente que não leva a sério, e aí já é uma questão individual, porque a parte deles eles fazem, eles passam tudo direitinho. Questão Emergente: Essa capacitação é mais sobre como se comportar no mercado de trabalho? Sim. Eles falam sobre não deixar roupa íntima aparecer, cuidado com decote, esse tipo de coisa, pra passar mais seriedade no que você tá fazendo. Não ficar desleixada, não ficar dando gargalhada altas, não ficar fazendo comentários indevidos. No meu caso, que trabalho no [...], por exemplo, não comentar fora o que a gente vê nos atendimentos, porque isso pode chegar num lugar que não	não. Por exemplo, a menina que está fazendo um curso de cabeleireiro no salão escola... como se no programa tivesse isso, você acaba trabalhando de professora no salão escola. Fora isso, eu vejo também que dão mais preferência pras pessoas mais novas, né, as que estão há menos tempo no programa, porque as mais velhas, coitadas, ficam lá, e vão só empurrando de um canto pro outro. Questão Emergente: Como assim, preferência? Eu não vejo pessoas com 50 anos ou mais nessas capacitações. Mas essa capacitação, eu acho que é mais pra essas mulheres mais novas, que têm filhos, né, eu acho que é mais pra elas. Questão Emergente: E quando você participava do programa de Renda Mínima? Também nunca me ofereceram curso, não.
--	--	---	--	---

			deveria, numa secretaria, numa ouvidoria, sabe? E isso também é muito individual, porque eles confiam na nossa integridade, no nosso respeito. Tudo isso entra. Na recepção do [...] isso é muito importante, porque a gente ouve muita coisa, é uma questão ética mesmo. Já teve situação de quase agressão, mas a gente tem que manter a postura, não revidar. A gente vai se adaptando, aprendendo a lidar com o público, com reclamação, porque pra reclamar é muita gente, pra agradecer são poucos. Então a gente tem que saber lidar com isso, respeitar o espaço das pessoas. Tudo isso é passado na capacitação. Cabe à gente colocar em prática. É isso.	
10 - O programa faz alguma orientação em caso de assédios de trabalho? Canal de denúncia, por exemplo.	O caso é... a gente passa por uma capacitação. Explica lá os nossos direitos. Mais sobre nós do que as pessoas, os chefes do setor. Mas mais como a gente tem que se comportar, mais sobre nós. Sobre assédio, fala sobre a casa da gente, sobre violência doméstica, entendeu? Mais sobre a gente, na casa da gente. Questão	Bom, eles fizeram uma palestra, certo? Que tudo que acontecer pode ser levado para o programa, né? No caso, lá, [...], as meninas que ficam na secretaria. Mas dizer assim: "Ah, tem um canal"... Às vezes a gente manda uma mensagem para lá, eles visualizam, respondem um mês depois, e	Então, a nossa coordenadora é bem aberta. Se acontecer alguma coisa, a gente pode passar pra ela, a gente reporta tudo, e aí ela toma as providências. Ela chega no responsável, repassa o caso e, se for algo mais grave, o funcionário pode ser chamado atenção, levar advertência ou até ser desligado. Mas tudo a gente passa pra ela, sabe? Se	Nunca fui informada sobre isso, não. Só quando eu estive lá na diretoria do programa é que foi passado pra mim que qualquer coisa era pra procurar eles. [...] Todo mundo que chega lá, eles agora orientam sobre isso. Então, agora não querem que tenha discriminação no serviço.

	emergente: E em relação ao trabalho e às exigências do supervisor? Eu acredito que tenha tido, sim. Mas eu não participei. E é muito... é muita reunião, sabe? E eu já faltei muito. Eu não sei, mas eu acredito que tenha falado. Porque as palestras lá falam muita coisa quando tem reunião.	quando respondem. Você liga, você morre de ligar, eles não atendem. Então, assim, é uma coisa que eles disponibilizam que não funciona. Essa é a verdade. Agora, uma coisa: no instante que eles precisam, no instante eles ligam, eles mandam mensagem, mas para responder uma coisa que a gente tem dúvida, jamais.	acontecer alguma coisa, a gente reporta. Questão Emergente: E em relação às orientações do programa nos casos de assédio e atestados? Tem sim um limite de faltas injustificadas. Tudo isso é repassado pra gente, esse cuidado de não faltar, de justificar, porque o programa também tem regras, sabe? Por exemplo, a gente tem que estar em dia com o INSS. Eles mandam os carnês do ano inteiro. Agora tá bem mais rígido: se deixar de pagar, ou se pagar e não mandar o comprovante para coordenação até o dia 10, a pessoa é desligada do programa. Eles exigem responsabilidade. Tem muita gente que critica o programa, mas tá dentro dele e não quer exercer a função direito. Eu ouço muitas críticas, infelizmente. Mas por isso mesmo tem que ter regras. Como na vida de todo mundo, né? Tem regras. A gente tem que andar em dia com tudo. Eles exigem também que a gente participe de algum curso. No meu caso, eu tô participando desse projeto que eu acho super bacana, então já é um ponto positivo. E se surgir alguma vaga no mercado, numa empresa,	
--	--	--	--	--

			a empresa entra em contato com o programa, a pessoa responsável seleciona algumas usuárias que se encaixam no perfil e já encaminha. A gente pode recusar até três oportunidades. Na quarta, se recusar de novo, é desligada do programa. Ou aceita, ou sai. Mas é complicado, porque muita gente tá no programa por causa dos filhos. Como é que eu vou trabalhar CLT se o principal motivo de eu estar no programa é por causa deles? Então a gente fica naquela expectativa, quase rezando pra não ser chamada, pra não ter que recusar. A gente fica meio pisando em ovos. Mas fazer o quê? A gente sabe que não é um programa pra vida toda. Não é pra ficar cinco, dez anos. Tem um prazo, tem que dar oportunidade pra outras mulheres também. Pra alguém entrar, alguém tem que sair. Então existe toda essa questão de regras que a gente tem que respeitar. Agora mesmo parece que teve uma empresa de limpeza que fez parceria com a prefeitura e selecionou algumas mulheres para um curso de capacitação. Então é isso. O	
--	--	--	---	--

			programa tem regras, mas é um programa muito bom.	
11 - Já sofreu algum acidente no setor de trabalho em decorrência da falta de instrumentos e condições de trabalho adequadas? Se sim, o caso foi relatado ao programa?	Eu não, nunca sofri.	R. Elza: Não, não. Teve no primeiro setor em que eu trabalhei que, devido ao trabalho, como eu trabalhava em serviços gerais, eu entregava muito atestado. Porque eu descobri que eu tenho uma bursite na perna, uma doença de velho, mas que, graças a Deus, sempre que eu precisei faltar, que eu precisei ir ao médico, eles me ampararam super bem. Eu não tenho o que dizer, entende? Aí, desde então, eu comecei, fiz um tratamento e tudo. E foi devido eu ter saído e ido exercer outra função que eu não senti mais nada. Questão Emergente: O programa teve conhecimento dessa situação? Se sim, ajudou na transferência do setor de serviços gerais para o setor administrativo? Foi isso. Eu relatei lá [...]. Aí depois, quando mudou, eles me colocaram no administrativo. Não sei se		Não, acidente nenhum. Nunca.

		eles analisaram a situação e viram que eu realmente estava com atestados recorrentes pelo mesmo motivo e decidiram mudar. Aí foi isso.		
12 - Qual a sua visão sobre o programa, considerando os pontos positivos e os pontos a melhorar?	O ponto positivo é que eu consigo o meu sustento. Nós também estamos amparadas pelo CRAS, que nos dá direito a uma cesta básica de três em três meses. E sobre o curso, ou as palestras, nós adquirimos conhecimento. Pelo horário, eu consigo trabalhar e cuidar dos meus filhos dentro de casa. Porque eu trabalho, cuido dos meus filhos e consigo fazer as minhas coisas dentro de casa. Se eu estivesse trabalhando em outro local, eu não conseguiria fazer. E o que tem que melhorar, eu acho que deveria melhorar os cursos, colocar mais cursos. Mais cursos e alguns setores de serviço. Porque tem alguns setores, como eu já expliquei a minha situação. A gente deveria ser acompanhada, sabe? A gente mesmo ter nossa voz. Muitas vezes a	Bom, na ideia ele é maravilhoso, a ideia dele é muito boa, porque possibilita quem tem filhos, quem quer fazer um curso à tarde, de diversas situações. Você consegue trabalhar, ter seu ganho e fazer outra coisa. Mas, na prática, é um pouco difícil, porque eles não oferecem a capacitação que você esperava, não está sendo posto em prática. Eu acho que isso poderia melhorar: eles realmente fazerem a capacitação. É só pôr em prática o objetivo, não é nem criar algo a mais, porque isso já está na lei. Já está na lei. Assim, a questão do ganho, meio salário, é justo. Você trabalha meio expediente, é justo. De segunda a sexta, nos feriados você fica em casa, está tudo direitinho. Eu não	Eu não tenho do que me queixar, sinceramente. A gente não tem férias, né, muitas mulheres até acham que devia ter um pouquinho de férias pra gente, mas a gente trabalha quatro horas por dia e ganha relativamente bem pra isso, pro período que a gente fica no programa. Pra mim é ótimo, porque só o fato de eu estar com as minhas filhas já não tem o que questionar, não tem mesmo. Então eu dou graças a Deus. Não tem férias? Tá ótimo, é compreensível. A parte ruim é que, por causa do meu setor, que não fecha, a não ser em feriado nacional, a gente não consegue viajar, porque eu não tô de férias. Mas, por outro lado, no meu setor eu posso levar minhas filhas pro trabalho, a coordenadora é super de boa e entende perfeitamente. Eu posso levar as meninas comigo, é pertinho de casa, não preciso pegar ônibus, vou	Eu acho que o programa é uma boa iniciativa, mas deveria ter mais fiscalização, porque eu acho que muita gente tá no programa e não precisa. A gente vê que a pessoa tá lá, mas não precisa. E também tem essa parte de melhorar. Eu acho que o salário tinha que ser compatível pra todas, porque quem tá na atividade recebe menos do que o pessoal da Mariana D'Elas. Agora, eu acho que isso é uma injustiça, porque a gente vai envelhecendo, tem mais gastos e recebe menos. Tanto é que eles cortam até o Bolsa Família, né? Quando você tá na atividade, eles cortam. Cortou o meu, cortou de outras pessoas também. Então, assim, foi falado que o nosso programa não é um programa social, que o

	gente fala, e muitas vezes elas acham que o erro está na gente. Até ir outra pessoa ou não parar ninguém no setor, e eles veem que o erro não está na gente. O erro está realmente na pessoa do setor. Se ouvissem mais nós funcionários... e pensar. Eu acho que é só isso. O curso... dar um curso melhor, capacitar mais, porque os cursos são muito poucos. E ouvir a gente, ter mais voz, porque muitas vezes a gente não é ouvida. Muitas vezes, igual eu fui falar com ela, ela achou que o erro estava em mim. Aí outra pessoa está passando a mesma dificuldade que eu passei. E tem hora também que é a falta de oportunidade de curso para capacitação de informática. A gente está ali aprendendo, na informática, mas quando você entrar no mercado de trabalho, igual eu trabalho na prefeitura, não necessariamente eu vou só limpar. Eu posso pegar, posso ficar na recepção. Posso trabalhar de outra forma, porque muitas trabalham	tenho o que reclamar disso, não [...]. É o ponto-chave. Eles realmente colocarem em prática o que eles vendem, concluir o que eles querem, o objetivo que, como eles disseram, é capacitar para inserir vocês no mercado de trabalho, num emprego de 8 horas, num emprego melhor, e tal, que não acontece.	andando com elas uns quinze minutinhos. Então vou reclamar pra quê? Eu só tenho que agradecer. Todo dia eu agradeço pelo programa, porque pra mim é maravilhoso. Não tenho mesmo do que reclamar. E tudo na vida é fase, é momento. Vai passar, vai chegar uma hora que a gente vai poder viajar, curtir junto. Mas agora o momento é aproveitar essa fase de acompanhamento, no meu caso, da primeira infância das minhas filhas, que é excelente. Muitas mães não veem os filhos crescerem, deixam na creche com quatro, seis meses, e eu sempre tive muito medo disso. Hoje a menor tá com quatro anos e a maior com seis, e eu acompanhei todo o processo. Pra mim isso é maravilhoso, isso não tem preço.	Mariana D'Elas é um programa social. Foi essa a informação que eu recebi lá no CadÚnico, de que o programa que eu tô agora não é programa social. Não é que eu tenha direito ao Bolsa, mas eu acho que isso tá errado, né? Mas são ordens lá de cima. A gente não pode fazer nada, mas eu acho que essa parte deveria ter sido mais estudada, porque eu acho que é um direito de todas que estão trabalhando receber salário igual dentro da área.
--	--	---	---	---

	mexendo no computador. Eu não mexi porque não tenho estudo e não aprendi. Ter mais curso de computador, de informática, para a gente aprender. É só isso. No mais, é tudo tranquilo.			
--	---	--	--	--

Anexo V - Questionário Respondido

1. O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana possui alguma ferramenta/instrumento de fiscalização do trabalho e das condições laborais às quais as usuárias estão submetidas? Em caso positivo, quais são esses instrumentos e como são operacionalizados?

O programa mantém um grupo de WhatsApp com os coordenadores; sempre que há alguma situação, os coordenadores nos avisam. Além disso, possui telefone corporativo. Sempre que necessário, as beneficiárias entram em contato, e ficamos abertos das 8 às 17 horas para atender às demandas.

2. Em qual campo e para quais atividades há maior demanda para as usuárias do PRMIP Mariana?

Serviços Gerais, no SASU (Secretaria Adjunta de Serviços Urbanos) do município.

3. Qual a proporção entre o número de participantes e os campos de atuação?

Hoje temos 300 beneficiárias e temos mais de 150 locais onde as beneficiárias estão alocadas

4. Quais fatores são levados em consideração para o encaminhamento das usuárias a um determinado setor?

Os encaminhamentos são feitos de acordo com a demanda de cada setor e se temos beneficiárias disponíveis ou não para encaminhar.

5. O programa possui algum canal para recebimento de reclamações/denúncias de assédio de trabalho? Se sim, quais canais são estes e quais os tipos principais de reclamações/denúncias?

O Programa não, mas o município tem um canal chamado Ouvidoria. Atualmente, não estamos tendo tantas demandas; as principais denúncias são de beneficiárias

que não têm o perfil para estarem no programa ou denúncias de que elas não estão desenvolvendo suas atividades como deveriam.

6. As usuárias são orientadas quanto aos seus direitos? Quais são eles e como ocorre a orientação?

Sim, ao iniciar no programa, elas recebem um curso de capacitação inicial, no qual são passadas todas as informações sobre o programa, deveres e direitos.

7. São disponibilizados instrumentos, ferramentas de trabalho e uniformes às usuárias?

Cada setor é responsável por fornecer os EPIs e ferramentas de trabalho.

8. Existe alguma ferramenta de avaliação do programa quanto ao alcance dos objetivos do programa? Exemplo: 50% (cinquenta por cento) das participantes do programa conseguiram emprego. Se sim e considerando o exemplo relatado, é possível identificar o tipo de emprego obtido?

Não tem uma ferramenta específica para isso; consigo ter essas informações na minha planilha de desligamento, na qual coloco o motivo do desligamento.

9. Em relação aos cursos de capacitação: com que frequência são ministrados, quais os critérios de participação e do que se tratam? Existe alguma relação entre os cursos realizados e o campo de trabalho para o qual as usuárias são encaminhadas? Os interesses das usuárias são levados em consideração quanto ao tipo de curso disponibilizado?

No momento, o único curso de capacitação que está sendo disponibilizado é o Salão Escola. Os interesses das beneficiárias são contados, sim, tanto que temos uma listagem com vários cursos nos quais elas gostariam de participar.

10. Existe algum dado que mostra a porcentagem de mulheres que tiveram seu contrato renovado? Se sim, qual foi a proporção entre os anos de 2019 a junho de 2025?

Não tenho essa porcentagem

11. Durante a pandemia do Covid-19, as usuárias do programa continuaram trabalhando? Em caso positivo, receberam orientações e instrumentos (máscara e álcool em gel, por exemplo) para tentar minimizar as chances de contágio?

Sem resposta.

12.Referente à oferta de oportunidade de reintegração ao processo educacional: como é operacionalizada?

Temos uma planilha na qual consta o grau educacional delas e, quando temos as inscrições para o Encceja ou prova do CESEC, entramos em contato para saber se têm interesse ou não.

13.Como ocorre a transição de mulheres do PRMIP da Mulher ao Ativa Idade? O valor da bolsa é o mesmo?

Quando alguma beneficiária do programa completa 55 anos, é realizado o desligamento do Mariana D'Elas. Em seguida, é feito um novo cadastro e, então, realizada a avaliação socioeconômica atualizada para verificar se a beneficiária possui o perfil para entrar na nova faixa etária ou não. Se for favorável, assim que houver inserção, essa beneficiária será incluída.

14.Além dos setores da Administração Pública Direta e Indireta, atualmente há alguma usuária do programa em alguma entidade do terceiro setor? Se sim, que entidades são estas?

APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), ADEM (Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana), Casa de Cultura e associações de bairro

15.Referente ao recolhimento junto ao INSS: como ocorre o preenchimento e o pagamento da guia?

O preenchimento é feito por nós, da coordenação do programa, que, no início do ano, tiramos o carnê anual para elas. O pagamento é feito por elas no início de

cada mês, e deve ser entregue o xerox do carnê com seu respectivo comprovante de pagamento ao coordenador, para ser anexado à folha de ponto, que deve estar no RH da Secretaria de Assistência até o dia 10 de cada mês.